O colapso do figurino francês

Crítica às ciências sociais no Brasil

Nildo Ouriques

O colapso do figurino francês

Crítica às ciências sociais no Brasil

3ª edição

Florianópolis

2015

Editora Insular

Nildo Ouriques

O colapso do figurino francês

Crítica às ciências sociais no Brasil

Editor
Nelson Rolim de Moura

Ilustração da Capa
Honoré Daumier

Projeto gráfico
Carlos Serrao

Revisão
Carlos Neto e Gilnei Silveira

O93c Ouriques, Nildo

O colapso do figurino francês – crítica às ciências sociais no Brasil/ Nildo Ouriques. Florianópolis : Insular, 3 ed., 2015.

208 p.

ISBN 978-85-7474-776-7

1. Ciências sociais 2. América latina 3. Política 4. Economia 4. Socialismo III. Título

CDD-300

Editora Insular
Rodovia João Paulo, 226
Florianópolis/SC – CEP 88030-300
Fone/Fax: (48) 3232-9591
editora@insular.com.br –www.insular.com.br
– twitter.com/EditoraInsular

Insular Livros
Rodovia José Carlos Daux, 647, sala 2
Florianópolis/SC – CEP 88030-300
Fone: (48) 3334-2729
insular livros@gmail.com

A los criollos les quiero hablar: a los hombres que en esta tierra se sienten vivir y morir, no a los que creen que el sol y la luna están en Europa. Tierra de desterrados natos es ésta, de nostálgicos de lo lejano y lo ajeno; autoricelo o no su sangre, y con ellos no habla mi pluma... Nuestra realidad vital es grandiosa y nuestra realidad pensada es mendiga.

Jorge Luis Borges, 1925

Nos tempos acadêmicos só tínhamos olhos e admiração para as coisas que de lá vinham. De um colega sei que conhecia como um guia as ruas tortuosas do Paris balzaquiano, como se aí sempre tivesse vivido; outro sabia de cor as alamedas da floresta de Fontainnebleau, por onde idilizavam os pares adúlteros de Maupassant e Bourget. Éramos assim: a literatura e o Romantismo, criador de ideias falsas, tudo deturpavam e tudo envenenavam. Se o nosso sentimento era brasileiro, a imaginação era europeia, como tão finamente disse Nabuco.

Paulo Prado, 1925

Não achas realmente paradoxal que um argentino quase totalmente voltado para a Europa em sua juventude, a ponto de queimar os navios e vir para a França sem qualquer ideia precisa de seu destino, tenha descoberto aqui, depois de uma década, a sua verdadeira condição de latino-americano?

Júlio Cortázar, 1967

Até poucos anos era mais fácil nos reconhecermos no Quartier Latin de Paris que em qualquer um dos nossos países. Hoje, estamos vendo, não parece estranho para ninguém que tenha sido preciso que atravessássemos o Atlântico para nos encontrarmos conosco em Paris.

Gabriel Garcia Marques, 1999.

Yo descubrí América Latina en París, en los años sesenta.

Mario Vargas Llosa, 2005

"Como se viu, alguns de nossos mais importantes intelectuais foram discípulos de Roger Bastide, o qual, de muitas maneiras, viria a tornar-se para nós um maître-à-penser. *Antonio Candido já testemunhou ser tamanha a influência recebida, ao ponto de encontrar ideias que acreditava dele mesmo em textos esquecidos do mestre."*

Walnice Nogueira Galvão, 2008

Sumário

Prefácio

Os textos aqui reunidos – quase todos inéditos – foram escritos ao longo dos últimos anos e tematizam o subdesenvolvimento e a dependência, esta espécie de elo perdido das ciências sociais no Brasil. O golpe cívico-militar de 1964 interrompeu a crescente consciência sobre a natureza específica de um país dependente no capitalismo contemporâneo que até então se desenvolvia nos marcos do reformismo nacionalista representado pelo governo de João Goulart. Na época, as ciências sociais ainda não estavam dominadas pelo espírito bandeirante que sofremos na atualidade; em consequência, a experiência da UnB em Brasília e o acumulo propiciado a partir do ISEB no Rio de Janeiro ditavam em grande medida o ritmo e a intensidade do debate intelectual entre nós. Naquele período, o Rio de Janeiro organizava, em grande medida, os programas de pesquisa em torno da Revolução Brasileira e não era pequeno o impacto de sua produção nas universidades. Não resta dúvida que se tratava de época menos acadêmica, razão pela qual a universidade era também indiscutivelmente mais culta e admitia mais pessoas comprometidas com a transformação revolucionária da sociedade brasileira.

A ditadura (1964-1985) cortou pela raiz o processo de amadurecimento político do povo, especialmente dos trabalhadores, e impôs crescente isolamento social ao mundo universitário com a reforma presidida pelo acordo MEC/USAID aplicada a partir de 1968. Enfim, uma boa dose de terrorismo de Estado e transformações institucionais redefiniram a universidade funcional para o aprofundamento da dependência. É espantoso que a maioria dos universitários tenha perdido de vista esta crucial questão, em particular aqueles estudantes, professores e técnicos que se situam no mundinho acadêmico desde uma perspectiva potencialmente crítica. Todos os programas de pesquisa, as linhas de

financiamento, os seminários turbinados por generosas verbas oficiais, os convênios "internacionais" e outras tantas iniciativas estão, agora mais do que nunca, marcadas por dupla função. A primeira delas é a redução da universidade a mera formadora de mão de obra, ou seja, sua plena identificação com a posição do país na divisão internacional do trabalho cujos cursos de engenharia ou economia constituem expressão máxima. Em poucas palavras, é necessário produzir ensino de qualidade, suficientemente bom para reproduzir a força de trabalho em abundância para as empresas nacionais e principalmente para as multinacionais. A segunda é a redução da universidade a instrumento de colonialismo mental, cultural e científico a que, de fato, está quase totalmente limitada. Ambas funções devem ser bem compreendidas: não considero que exista – contra esta universidade que sofremos – outra universidade marcada pelo "universalismo", a eterna casa do saber, expressão do conhecimento desinteressado que alguns liberais ilustrados e a maioria dos socialistas ingênuos defendem. Tal universidade jamais existiu! Uma universidade a serviço da cultura, da busca do conhecimento, entregue a conquistas científicas e culturais da Humanidade é apenas expressão de um mito, sob o qual se ocultam todas as misérias de uma instituição a serviço da classe dominante, especialmente graves na periferia do sistema capitalista.

Portanto, considero insuficiente a crítica que denuncia a "universidade operacional" sem observar as diferenças decisivas da produção do conhecimento entre um país central e outro dependente. A crítica realizada por Michel Freitag – no Brasil Marilena Chauí é responsável por sua reprodução – termina por tangenciar a especificidade da produção de conhecimento na periferia capitalista. O reconhecimento de que o ideal de universidade colide com a universidade atual induz o analista à reivindicação daquela substância mítica que parece alimentar o professor universitário fora do mundo atual e seus terríveis condicionamentos. Não é preciso recordar com muitos exemplos o fato de que a universidade é fruto da divisão social do trabalho e somente possui importância quando está a serviço do estado-nação. É verdadeiramente espantoso que alguns intelectuais brasileiros e também aqueles acadêmicos que buscam certa ilustração quando permanecem por algum tempo nos países metropolitanos ignorem este fato elementar na vida universitária experimentada naquelas instituições estatais. Não desconheço que o estatuto da autonomia poderia ser diferente entre nós, mas no fundo, a despeito de processos e formas legais, impõe-se uma questão decisiva: a universidade francesa ou estadunidense, ainda que ilustradas, existem exclusivamente para a grandeza nacional e o poderio imperialista daqueles países. Em consequência, o discurso que entre nós, na periferia capitalista, reproduz aquela imagem mítica da universidade universal e do saber desinteressado como norma da vida institucional é, no mínimo, uma ideologia que merece ácida crítica. A propósito, ainda quando encontramos companheiros muito bem intencionados lutando por um ideal de universidade, não podemos desconhecer que eles também estão alimentando as ilusões inauguradas pelos liberais, segundo a qual "sem educação nenhum país poderá superar seus problemas".

Ora, o desconhecimento do caráter dependente do capitalismo latino-americano representa um obstáculo imperceptível para a maioria das pessoas de esquerda ou com alguma militância no ambiente universitário. Ainda que possa parecer heresia, é preciso dizer com clareza que uma "universidade pública, totalmente gratuita, de qualidade e socialmente referenciada" ainda pode ser uma universidade inserida nas duas reduções anteriormente indicadas, de tal forma que o sindicalismo combativo e o movimento estudantil ao apresentarem suas reivindicações podem, mesmo sem intenções, fortalecer o caráter colonial e a divisão social do trabalho que finalmente justificam a existência da universidade brasileira.

Diante desta situação, um programa de pesquisa dedicado a superação do subdesenvolvimento e da dependência encontra imensa resistência. Nos tempos em que a lei do valor funciona sem constrangimento estatal algum, ou seja, aquela época chamada neoliberalismo, a universidade adquire um caráter mercantil mais acentuado e, em decorrência, fica também mais próxima dos empresários e/ou do Estado por meio

de políticas públicas. No entanto, também nos marcos do keynesianismo envergonhado que sofremos – quando supostamente os neoliberais sofreram certa derrota política – a tematização do subdesenvolvimento e da dependência passou a ser um formidável obstáculo. Afinal, um keynesianismo com dentes para morder, capaz de enfrentar a "república rentista", destinado a colocar a universidade a serviço de um projeto nacional, supõe a existência de uma burguesia nacional capaz de liderar grandes transformações como de certa forma ocorreu nos países metropolitanos. Mas o que podemos dizer de uma burguesia dependente, cujo projeto não tem sido outro senão a venda da nação como a principal mercadoria no mercado mundial? Esta é a razão pela qual os neoliberais e desenvolvimentistas se revelam incapazes de avançar na direção da universidade necessária, ou seja, aquela universidade cuja função é participar organicamente do esforço nacional pela superação do subdesenvolvimento e da dependência ao exibir as limitações estruturais do capitalismo dependente, tanto na versão neoliberal quanto na desenvolvimentista.

Neste contexto, não é preciso muito esforço para perceber que estamos diante de grande disputa intelectual no terreno das ciências sociais. Na verdade, esta disputa implica todas as áreas do conhecimento científico, mas é, por óbvias razões, particularmente saliente na economia, na sociologia, na antropologia, na psicologia, na ciência política... Nas ciências sociais é preciso superar o programa atualmente dominante, marcadamente eurocêntrico, alimentado por imensa carga colonial, cuja função fundamental é a mera imitação na periferia do sistema capitalista de certa mentalidade e comportamento satelizado, destinado unicamente a justificar o subdesenvolvimento e à reprodução ampliada da dependência. O programa de pesquisa implícito na grade curricular da graduação, e especialmente evidente no sistema de pós-graduação nacional, é expressão acabada do colonialismo científico e cultural, cuja existência está garantida basicamente para manter os interesses dominantes. Na aparência, este programa rejeita a perspectiva crítica, pois a considera "política", portanto, supostamente sem compromisso com o

"espirito científico" que as instituições universitárias dizem exigir. Mas já se tornou impossível ocultar que precisamente este comportamento e perspectiva acadêmica que se impôs no campus universitário é profundamente e, antes de tudo, essencialmente político! Ora, um currículo ou programa de pós-graduação afastado dos grandes problemas nacionais, típicos de um país subdesenvolvido, dependente, garante como prioridade o ocultamento dos mecanismos pelos quais a dependência se reproduz entre nós como se outro destino histórico não fosse possível.

Esta é a razão fundamental que impulsiona a permanente "modernização" dos planos de estudo, do sistema de pós-graduação, dos currículos, dos programas governamentais, do intercâmbio acadêmico, sem, contudo, inaugurar um tempo em que os universitários brasileiros estivessem efetivamente pensando com cabeça própria e com rigor científico, virtudes necessárias para enfrentar o colonialismo cultural e a dependência econômica. Assim, antes da curiosidade intelectual e do compromisso com a superação do subdesenvolvimento (únicos motivos para a existência da universidade na América Latina), sofremos a lobotomia acadêmica e a mera reprodução de programas que a imensa maioria sequer logra dominar, pois o "império do efêmero" joga nossos estudantes – e especialmente os professores – para a necessidade colonial de estar atualizado com a última moda acadêmica emanada de Paris ou Nova Iorque, movimento que por sua própria natureza não permite acúmulo de conhecimento e experiência de pesquisa, mas meros reprodutores de um programa de pesquisa que jamais dominarão por completo. Quando logram certo êxito no domínio do programa importado, as convicções adquiridas são logo abaladas pela aparição de novo modismo e novas estrelas acadêmicas, sempre ultrafestejada pelos monopólios de comunicação, que cancelam o esforço de alguns anos e indicam um "novo" caminho de Sísifo para o acadêmico impotente que vive na periferia e sonha com uma vida nas metrópoles.

O esforço para elaborar e manter um programa de pesquisa destinado a superação do subdesenvolvimento e da dependência é, em consequência, subalternizado, quando não completamente esquecido. Contu-

do, as condições políticas do país – e de toda a América Latina – estão mudando, ainda que sem a velocidade necessária. Assim, este novo e incerto cenário atualizou nossa perspectiva analítica, abrindo um imenso campo de possibilidades para maior desenvolvimento da teoria marxista da dependência. Não se trata de mera recuperação daquele notável esforço intelectual, entre outras razões porque o programa de pesquisa aqui reivindicado também requer sua atualização, não somente pelas deficiências inerentes aos condicionamentos políticos sob os quais nasceu e se desenvolveu, mas, sobretudo, porque existem novas exigências sociais para sua aplicação.

Mas sobre algo não pode existir dúvidas: a novidade consiste no fato de que a tendência à imitação, à cópia de tudo que vem de fora, enfim, o surrado figurino francês colapsou. Não se trata de otimismo desmedido. A hegemonia liberal que sofremos é incapaz de resolver os problemas elementares das maiorias em nosso país. Esta hegemonia foi, de certa forma, eficaz durante a ditadura, pois os liberais progressistas reivindicavam o "retorno à democracia" como uma premissa para as transformações que julgavam necessárias tanto na economia quanto no sistema político. Após décadas de funcionamento da democracia restringida, o sistema político já não possui os antigos encantos e a "teoria" econômica revela cada dia de maneira mais acentuada seu conteúdo ideológico. As novas exigências sociais derivam do cansaço com o sistema político e com a constatação de que a "concentração da renda" não se move substancialmente, a despeito do "vigor" dos programas sociais. Agora é cada dia mais claro que a superexploração da força de trabalho é um mecanismo tão eficaz na ditadura quanto na democracia e os liberais progressistas já não podem explicar sua permanência em função dos limites do sistema político. Em consequência, se defrontam com o capitalismo dependente, com as estruturas profundas do subdesenvolvimento. Neste contexto, revelam sua miséria analítica e impotência política, razão pela qual a teoria marxista da dependência conta agora com novas condições para seu desenvolvimento. O processo de reconstrução da esquerda radical no Brasil não pode prescindir desta perspectiva

analítica e os novos partidos – ainda muito presos à antiga correlação de forças e, sobretudo, submetidos aos ícones intelectuais criados pela USP – não terão futuro se seguirem ignorando os aportes da teoria marxista da dependência.

Na universidade – como sempre – tudo é muito mais lento. O academicismo que ali domina é, como indiquei, ainda muito forte, ainda que igualmente insustentável. O academicismo é profundamente anti-intelectual, colonizante, eurocêntrico. Ainda que esnobe, não faz menos do que simular produção intelectual; é esterilizante e inútil do ponto de vista das maiorias, das necessidades sociais e nacionais num país dependente. Ainda que estimulado pelos centros metropolitanos, o academicismo é intolerável nas universidades, que são aqui consideradas como modelo de centros de ensino e pesquisa ("centros de excelência" no jargão ideológico), pois nos países centrais estão a serviço do interesse nacional e da expansão imperialista. Nos países dependentes, ao contrário, funcionam como mera simulação intelectual, ou seja, como academicismo nocivo que merece denúncia e combate.

Contudo, também sobre a universidade a pressão social existirá com mais força. Não sou demasiadamente otimista em pensar que está próximo o dia em que o atual sistema de avaliação – cuja triste metáfora é o Lattes – será reconhecido como um tempo em que o cinismo, a indiferença, a covardia intelectual e a ignorância alcançaram seu apogeu. No momento, é necessário combater energeticamente este sistema de extração colonial que alimenta a distância dos universitários em relação ao seu povo e a realidade de seu país e do mundo. É necessário denunciá-lo como uma forma de alienação e grave limitação da capacidade de todos aqueles que ainda depositam suas esperanças na construção da universidade necessária. É precisamente via pós-graduação onde mais avançou o sistema alienante, ainda que também se alimente das energias que não são menores na graduação. Insisto em algo elementar: não se trata apenas de rechaçar o caráter "operacional" da universidade e/ou denunciar o Currículo Lattes como um "horror". Ora, o academicismo anti-intelectual que sofremos é essencialmente colonizante, uma peça

para garantir a ideologia segundo a qual um país dependente – porém democrático e com algumas moléculas de justiça social – é tudo o que podemos conquistar.

Neste sentido, os textos aqui reunidos constituem em grande medida um capítulo de história intelectual, especialmente importante para as novas gerações de estudantes e professores, de militantes sociais e sindicalistas, que poderão compreender de maneira crítica uma parte do debate das ideias que, conscientes ou não, de maneira direta ou indireta, influenciou sua formação político-intelectual. Contudo, este resgate não está voltado com os olhos para o passado; ao contrário, observa o presente e o futuro imediato como um tempo em disputa, de crescente radicalização, ainda que sob o ritmo político brasileiro, onde todas as transformações ocorrem, de fato, de maneira muito lenta.

Em minha perspectiva, nem a democracia – certamente restringida – nem o desenvolvimento – a ideologia por excelência na periferia capitalista – pode limitar a avanço deste programa de pesquisa que não somente recupera antigas contribuições teóricas iniludíveis para explicar o desenvolvimento capitalista no Brasil, mas amplia novos temas de estudo apenas sugeridos na década de sessenta e setenta quando ganharam certa visibilidade em nosso continente e influenciaram em grande medida o mundo universitário dos países centrais. Ao contrário, é precisamente pelas restrições que o regime político democrático liberal adquire entre nós e sua íntima relação com a reprodução ampliada da dependência que os estudos sobre a teoria marxista da dependência retomam vitalidade teórica e ganham visibilidade social.

Não tenho dúvidas a respeito: as graves limitações que sofremos nas universidades brasileiras expressam as condições dominantes na sociedade, razão pela qual somente a retomada do movimento de massas recolocará questões teóricas ainda incipientes entre nós e permitirá o pleno desenvolvimento da perspectiva analítica aqui defendida. O fim das ilusões semeadas pela "alternativa petista" criada na década de oitenta e o impacto da crise inaugurada em 2007/2008 são acontecimentos importantes que abalam fortemente o minguado neodesenvolvimentismo,

que se apresenta entre nós como espécie de representação do "melhor dos mundos possíveis". O superendividamento estatal, a superexploração da força de trabalho, o fortalecimento da economia exportadora, o raquitismo do mercado interno quando o país exibe a menor taxa de desemprego da história recente, fenômenos aliados à virtual desaparição de uma burguesia industrial produtora de máquinas e equipamentos – crescentemente importados da China – demonstram que as bases materiais para uma política de corte desenvolvimentista simplesmente não existem em nosso país.

Enfim, se as limitações da ditadura já não mais existem e o esgotamento do sistema político brasileiro exige das classes subalternas novo esforço teórico-político, também diminuem os obstáculos para atender esta demanda social desde a universidade. A covardia intelectual agora está ainda mais desprotegida, quando comparada com a época da ditadura. Não há razão para negar que as condições são mesmo favoráveis para novo impulso do marxismo no país. No entanto, este novo esforço terá que reconhecer a importância da teoria marxista da dependência e a superação do academicismo não poderá surgir senão do estabelecimento de inabaláveis vínculos dos intelectuais com as forças sociais efetivamente interessadas na transformação revolucionária da sociedade brasileira.

O colapso do figurino francês

O filósofo Paulo Arantes foi preciso quando descreveu a experiência filosófica da USP como expressão de um "departamento francês de ultramar". O sugestivo nome de seu livro – curiosamente motivo de orgulho para muitos – deve-se, na verdade, ao autoelogio que Michel Foucault fez em 1965 sobre os resultados do ensino ministrado pelos franceses no Brasil. No entanto, a exaustiva revisão de Paulo Arantes sobre a "implantação" da filosofia no país, tangencia algo essencial: afinal, entre os "heróis franceses" – Gerard Lebrun à cabeça – responsáveis pelo "despertar da modorra colonial" em que supunham estar, também representou o mais importante capítulo neocolonial da universidade brasileira. A missão francesa reproduziu durante décadas uma considerável dose de colonialismo como se, de fato, estivéssemos diante de um grito de emancipação intelectual. No relato de Arantes é notável a poderosa ausência do conceito *colonialismo* para descrever aquela experiência. Ao contrário de Renato Janine Ribeiro, não creio que a saudável e frequente ironia de Arantes assegure possível intenção crítica nos ensaios lá reunidos.

Antes de Paulo Arantes, foi Gilda de Melo e Souza quem, para dar apenas um exemplo, viveu a experiência uspiana durante as décadas de 40 e 50 e parece ter descoberto com a missão civilizatória francesa quase tudo: a música, a crítica literária, a estética, a revelação do que era de fato uma aula etc. No entanto, ela tampouco se sentia afrancesada! Gilda acreditava que a convivência com Mario de Andrade por um lado e os ecos da Semana da Arte Moderna por outro a permitiram escapar da influência colonial europeia que tão precocemente recebera.

É significativo a respeito daquele capítulo de neocolonialismo intelectual o diálogo entre Walnice Nogueira Galvão e Gilda sobre o período:

WNG – Já que estamos fazendo o registro cronológico da sua iniciação artística, fale um pouco de literatura. Quais eram os livros que vocês liam?
GMS – Bem, este ponto é muito comprometedor, pois revela mais facilmente as vogas da época do que nossa capacidade de discriminação. Por isso prefiro falar sobretudo em meu nome. No grupo havia pessoas eruditas, como era o caso de Ruy Coelho que, aos vinte anos, já conhecia Proust de cabeça para baixo e se iniciou na crítica literária com um ensaio sobre ele que marcou época. Mas eu era muito ignorante, apenas começava a me cultivar. A única coisa que me consola é que muitos dos livros que eu então lia – muitos dos livros que se *liam* então – eram os que, na geração de Simone de Beauvoir, estavam em voga em Paris.
WNG – Então vocês estavam em boa companhia.
GMS – Embora um pouco atrasados...

O relato de Gilda sobre o ambiente acadêmico iniciado em 1937, com apenas 18 anos, é realizado com a convicção de quem, a despeito da juventude, viveria, "do dia para a noite, na instigante atmosfera intelectual de uma faculdade tipicamente europeia".[1] Não há que duvidar da convicção, pois até mesmo fora do ambiente estritamente universitário – a sala de aula propriamente dita –, quando se dirigiam aos cafés e/ou se reuniam para cantar, por exemplo, aquela geração vivia com a cabeça realmente na França: "parece incrível" – afirma Gilda – "mas nunca música popular brasileira. E *sempre* canções francesas num repertório bastante variado que ia desde canções muito antigas – *chansons à boire,* peças cômicas *e grivoises* –, até os sucessos recentes de Maurice Chevalier e Fernandel, terminando numa ou noutra canção dilacerada de Edith Piaff, na ária central de Kurt Weil para a *L'Opera des Quat'Sous*".

Era uma época na qual a "presença da França nos acompanhava onde quer que fôssemos. Aliás, este aspecto mundano de nossa vida talvez pareça alienado aos olhos da juventude de hoje; no entanto, foi incrívelmente formador. Sobretudo para mim."

1 A palavra afiada. Gilda de Mello e Souza. Organização, introdução e notas de Walnice Nogueira Galvão. Ed. Ouro sobre Azul, Rio de Janeiro, 2014.

Aqui é onde mora o perigo: a influência francesa ocorria num período de formação, onde aprendemos quase tudo. Oswald de Andrade alertou em 1923 para o fato de que, ainda antes da missão civilizatória francesa, sempre existiu certa "disposição" para o figurino francês já moldado nas entranhas do colonialismo lusitano. Oswald advertiu que este "fenômeno do domínio intelectual do padre latino na formação da sociedade sul-americana contribuiu, mais do que se pensa, para afastar dela os perigos das heterodoxias futuras. A escolástica constitui, pois, muito naturalmente, a semente do pensamento brasileiro. Ainda hoje ela continua sua longa carreira na Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo, nos seminários e nos colégios dos estados confederados..."[2]. Em defesa dos doutores escolásticos eu diria que, nos longos séculos de sua acidentada evolução, eles representavam os limites do pensamento nas condições do feudalismo europeu e, em consequência, representavam também, consciência própria. Entre nós, a escolástica nunca deixou de ser um instrumento de racionalização colonial, da mesma forma que a missão francesa contribuía a sua maneira com o academicismo que cada dia nos domina de forma mais intensa, construindo uma universidade de costas para a nação.

Não será preciso muito esforço para perceber que o figurino francês, inicialmente limitado ao ensino da filosofia, logo se estendeu para todas as áreas de conhecimento da USP. Com o tempo, valendo-se de sua posição no coração burguês do país, aquele padrão "internacional" de educação tornou-se o exemplo para todo o Brasil tão rapidamente quanto a consolidação do sistema de pós-graduação nacional o permitiu. A hegemonia uspiana foi em consequência profunda, pois há alguns anos até 75% dos estudantes de pós-graduação no Brasil eram originários daquela universidade. Recentemente, os principais jornais paulistas comemoraram a cifra de 100 mil mestres e doutores que a USP alcançou, cujos programas ainda são responsáveis por 25% dos pós-graduandos no Brasil. É, sem dúvida alguma, uma marca respeitável!

2 Andrade, Oswald de. *Estética e Política*, Obras Completas, Editora Globo, São Paulo, 2011, pág. 40.

Louvado o pioneirismo, é preciso deixar claro que não foi somente por eventuais virtudes que a USP é ainda reconhecida como nossa principal universidade. Da mesma forma, a tão enaltecida "escola paulista de sociologia" venceu no terreno das ciências sociais a partir de uma conjugação de forças e circunstâncias que ultrapassam largamente a ideologia meritocrática. Outros fatores, menos conhecidos e divulgados, igualmente menos nobres, contribuíram de maneira decisiva.

No dia 13 de maio de 1964, pouco menos de dois meses após o golpe militar, Theotonio Dos Santos – então professor da Universidade de Brasília (UnB) e mais tarde um dos grandes sociólogos latino-americanos – recebia o ofício número 2184 em que era comunicado de sua sumária demissão como professor da instituição. No mesmo documento, o "reitor" da UnB indicava que os "dispensados" teriam 30 dias para desocupar as unidades residenciais da universidade e teriam direito a passagens aéreas – incluindo dependentes – para qualquer cidade do território nacional. A correspondência era assinada por *Zeferino Vaz*, reitor *pro tempore* nomeado pela ditadura, quem anos depois, apareceria como "um grande educador" paulista, reitor da Unicamp, cujo *campus* leva seu nome como expressão da hegemonia reacionária e merecedora de todos os elogios que a conveniente falta de memória pode conceder. A propósito, a criação da Unicamp em plena ditadura, em 1966, foi outra peça importante na consolidação da hegemonia liberal-conservadora que predomina amplamente na universidade brasileira.

Evitar temas perigosos

Os fatos expostos acima revelam como a ditadura mudou a correlação de forças políticas e favoreceu tanto o liberalismo nas ciências sociais quanto a hegemonia paulista no país: uma vez extirpado o tumor do radicalismo teórico, o caminho para o avanço do liberalismo nas ciências sociais era não somente inevitável, mas consequência necessária. Um pouco mais tarde, a hegemonia liberal consolidou o apelo ao "pluralismo", abrindo espaço para a "dissidência", de tal forma que a crítica

bem comportada à ditadura representava ao mesmo tempo o fortalecimento do regime – e a estratégia da "transição lenta gradual e segura" – e o posterior elogio à democracia. A expansão do sistema universitário brasileiro é impossível sem valorar sua importância para o processo de acumulação de capital desenvolvido durante a ditadura, cujo coração burguês foi São Paulo. Na festa dos 70 anos da USP, o professor Antonio Junqueira de Azevedo elucidou magistralmente a importância da instituição para o domínio burguês no país, ao afirmar que, na relação entre "saber" e "poder", a USP soube se desenvolver sob o lema de "harmonia com autonomia"[3]. O lema não poderia ser mais preciso!

A construção de um modelo universitário europeu e o padrão de trabalho acadêmico respectivo é uma antiga ambição de extração colonial. Não deixa de ser uma curiosidade que esta ambição sempre apareça, não como o que realmente é, ou seja, mais uma manifestação de colonialismo intelectual, mas como busca de um *padrão internacional* na pesquisa em ciências sociais. Nem mesmo Florestan Fernandes, um ícone socialista, deixou de alimentar durante largo período este projeto antinacional, berço do academicismo brasileiro. No Brasil, esta ambição colonial está legitimada "teoricamente" porque as ciências sociais "pensam" a partir do dualismo, que afirma a luta do "moderno contra o atraso" e do "democrático contra o autoritário", as conhecidas oposições que embalam o desenvolvimento intelectual paulista. As ciências sociais das universidades paulistas não sabem pensar fora destas oposições binárias, razão pela qual a temática do subdesenvolvimento participou do imaginário dos professores daquelas instituições apenas como um espectro a condenar, temática que seus melhores expoentes tentam exorcizar revelando as ilhas de modernidade que verificamos no Brasil como prova inequívoca de que aqui também podemos ser tão civilizados quanto na Europa e/ou, em tempos recentes, quanto nos Estados Unidos. Nas certeiras e tardias palavras de Arantes, "filosofar sobre o subdesenvolvimento era coisa arriscada", razão pela qual, os uspianos

3 *Jornal da USP*, 2/8 de fevereiro de 2004, Ano XIX, Número 673.

– e as ciências sociais no Brasil – se afastaram radicalmente do mais brilhante movimento intelectual da América Latina. Arantes considera que "o marxismo filosófico uspiano desenvolveu-se à margem do momento mais inventivo da ciência social do tempo: deixou passar sem registro a nova literatura sociológica acerca da combinação de capitalismo e escravidão na origem do Brasil atual, acerca das singularidades deste resultado histórico, também não deu a devida atenção à economia política do desenvolvimento (contribuição original brasileira), nem reconheceu a seguir a novidade da Teoria da Dependência"[4]. Não somente não reconheceu, é preciso insistir. O desenvolvimento uspiano das ciências sociais se desenvolveu justamente *contra* o mais importante movimento de ideias já criado na América Latina, a teoria marxista da dependência.

Afinal temos, de fato, uma singularidade brasileira? Muito antes de Arantes, foi Roberto Schwarz – também doutor em Estudos Latino-Americanos em Paris III – quem já insistira na "singularidade" nacional em *Ao vencedor as batatas*, o festejado ensaio destinado a tangenciar o essencial, sem, portanto, tirar as consequências teóricas e políticas necessárias no caso. Pode-se dizer, sem medo de errar, que este tipo de ensaio é recebido com grande entusiasmo precisamente porque mantém e reproduz a olímpica indiferença brasileira em relação ao perigoso tema do subdesenvolvimento[5]. Há que esclarecer, contra a opinião de Arantes, que a "originalidade" que ele reconhece na economia política brasileira deve ser matizada porque, afinal, foram outros latino-americanos os responsáveis pelo esforço intelectual mais bem-sucedido sobre a economia política na periferia capitalista, encabeçado, em seus primórdios, por Raul Prebisch e, posteriormente, por uma geração de intelectuais de distintas nacionalidades. Mas havia presença brasileira no esforço e esta não era pequena! No Brasil, ainda que tal registro possa irritar alguns

4 ARANTES, Paulo Eduardo. *Um departamento francês de ultramar. Estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (Uma experiência nos anos 60).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1994, p. 291.

5 SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Editora 34, 5ª edição, 2003.

intelectuais festejados tanto à direita quanto à esquerda – especialmente na USP e na Unicamp –, é importante mencionar os brasileiros que participaram ativamente desse processo de criação sociológica e de estruturação da economia política latino-americana. Alguns deles amargaram largo exílio, razão pela qual, enquanto recebiam o devido reconhecimento mundial, não passavam de desconhecidos do público interno: refiro-me a Ruy Mauro Marini, Theotonio Dos Santos, Vânia Bambirra, entre outros[6]. Quanto à articulação entre escravidão e capitalismo assinalada por Arantes, o tema é muito importante não somente no caso brasileiro, mas na estruturação do desenvolvimento capitalista em escala mundial. Contudo, Arantes, naquilo que nos interessa, menciona apenas o "resultado" da articulação escravidão-capitalismo, tal como os estudiosos brasileiros reconhecidos do assunto. Na verdade trata-se de elogio velado à tese de doutorado de Fernando Henrique Cardoso – FHC. Creio que o "resultado" é, precisamente, o objeto valioso de estudo evitado: a expansão capitalista em escala mundial criou o subdesenvolvimento. Este reconhecimento foi, aliás, uma das grandes contribuições de Ruy Mauro Marini, um intelectual vigoroso, mas proscrito pela confraria paulista. Marini enfatizou: "*la historia del subdesarrollo latinoamericano es la historia del desarrollo del sistema capitalista mundial*"[7]. Não se trata, portanto, de uma articulação qualquer em que a escravidão figura como protagonista; ao contrário, é a acumulação em escala global que cria a

6 Sobre o ponto, ninguém tratou melhor do tema que Agustín Cueva em *América Latina en la frontera de los anos 90.* Capítulos VI e VII. Quito: Planeta Letraviva, 1989.

7 MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución.* México: Siglo XXI Editores, 10ª edición, 1980, p. 3. Este livro, ultraconhecido em vários países, ganhou recentemente uma tradução brasileira, publicada pela Editora Insular (5ª ed., 2014) e o Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) na Coleção Pátria Grande – Biblioteca do pensamento crítico latino-americano. A obra completa de Marini pode ser acessada eletronicamente em (www.marini-escritos.unam.mx). A Editora Insular e o IELA também publicaram na mesma coleção *O capitalismo dependente latino-americano* (2013, 2ª ed.), de Vânia Bambirra. A Insular está lançando as Obras Escolhidas de Theotonio Dos Santos, cujo primeiro volume é *Teoria da Dependência* em edição revisada e ampliada.

escravidão nas entranhas daquilo que Sérgio Bagú, em seu magistral estudo de 1949, chamou de "capitalismo colonial"[8]. Tampouco estamos diante de uma originalidade sobre o tema, pois em 1943 o caribenho Eric Williams escreveu um extraordinário livro que elucidava as questões centrais da "articulação" capitalismo/escravidão.

Desde a perspectiva da economia política, a tradução teórica daquela ambição colonial – conquistar o padrão acadêmico eurocêntrico – sempre esteve centrada na tentativa de articular a classe operária com os interesses da burguesia industrial no cenário paulista, o estado mais "moderno" de um país reconhecidamente "atrasado". A estratégia de unir os polos opostos – uma postulação inocente que pretendia o "melhor dos mundos possíveis" sem passar pelos horrores das revoluções europeias – asseguraria nos trópicos os mesmos ou ainda melhores resultados que os europeus conquistaram. O programa de pesquisa orientado pela meta de superação do atraso e do autoritarismo organizou os programas universitários em ciências humanas, subalternizando ou, no limite, eliminando qualquer possibilidade de elaboração de um projeto nacional-revolucionário. Em consequência, pode-se observar o verdadeiro horror que os universitários paulistas – e sua influência no Brasil – alimentam diante de toda e qualquer manifestação de nacionalismo, tanto na literatura quanto na economia e na política. Mesmo Paulo Arantes, ao debruçar-se sobre o tema da nação, privilegia a posição de Ernest Gellner e Benedict Anderson, ignorando a imensa e fecunda tradição latino-americana sobre a questão nacional. A propósito – também contra a opinião de Arantes –, impossível aceitar a hipótese segundo a qual o nacionalismo possui um "poder político assustador" em oposição a sua "pobreza e a incoerência conceitual".[9] Anderson afirma que "em contraste com a enorme influência do nacionalismo sobre o mundo moderno, é notável a escassez de teorias plausíveis sobre ele". Ainda mais insustentável é sua insistência em que "o nacionalismo demonstrou ser uma *anomalia* incômoda para a teoria marxista e, justamente por isso, preferiu evitá-lo, em vez de enfrentá-lo"[10]. A mera reprodução da análise de Anderson ignora que precisamente neste terreno as contribuições do marxismo latino-americano sobre o nacionalismo elucidou sua principal dúvida: "por que o conceito de burguesia nacional" foi utilizado por mais de um século sem nenhuma tentativa de justificar teoricamente a pertinência do objetivo?"[11]. Ora, precisamente no marxismo latino-americano a "anomalia" indicada por Anderson apresentou os melhores resultados, pois desde o princípio a questão controversa era a incapacidade da "burguesia nacional" latino-americana de enfrentar a dominação imperialista e "completar" a nação. É fácil concluir que a adoção nos trópicos da perspectiva anunciada por intelectuais do centro merecem um tratamento crítico que até agora, lamentavelmente, não tem sido o costume.

A despeito das considerações sobre a força do nacionalismo na América Latina existem, precisamente em solo latino-americano, trabalhos de extraordinário valor conceitual sobre a questão nacional que seguem sendo ignorados tanto pela intelectualidade europeia quanto pela paulista. A propósito, o comportamento da maior parte da intelectualidade paulista é semelhante àquele da intelectualidade francesa em relação aos clássicos da literatura russa no século XIX. O escritor Otto Maria Carpeaux escreveu que "a descoberta de Tolstoi e Dostoievski foi, para os franceses da época, uma grande surpresa, pois estiveram convencidos de que na Rússia não existia nenhuma Literatura digna desse nome"[12]. O mesmo Carpeaux perguntava-se em 1968 se

8 BAGÚ, Sérgio. *Economía de la sociedad colonial. Ensayo de historia comparada de América Latina.* México: Grijalbo, 1991. É importante registrar que o livro de Bagú é um estudo comparado entre Brasil e Argentina. Ver também Eric Williams, *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Companhia Editora Americana, 1975.

9 Cf. ARANTES, Paulo Eduardo. *Zero à esquerda.* São Paulo: Conrad Livros, 2004, p. 84. Arantes . Cf. ANDERSON, *Comunidades imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 p. 28.

10 ANDERSON, op.cit. p. 29

11 *Ibidem.*

12 CARPEAUX, Otto Maria. *Ensaios reunidos (1946-1971).* V. II. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, p.800.

nós brasileiros estaríamos "garantidos contra o perigo de cair na mesma cilada", da "mentalidade provinciana" dos franceses. Ainda quando exibe certo otimismo, Carpeaux não deixa de anotar que "os horizontes literários do público letrado brasileiro estavam, antigamente, limitados pelo meridiano de Paris." Estavam? O desconhecimento de autores decisivos na literatura latino-americana como Alejo Carpentier, Gabriel García Márquez, Carlos Fuentes, Octavio Paz, Vargas Llosa, Mario Benedetti, Angel Rama, Júlio Cortazar, Juan Carlos Onetti ou Juan Rulfo, para nos limitar aos nomes mais evidentes, já não mais é possível no Brasil, ainda que o silêncio sobre outros tão ou mais importantes ainda se mantenha, como se comprova ao observar certa desatenção para autores como o peruano César Vallejo e o cubano Lezama Lima. Na literatura, é verdade, já não se pode impunemente ignorar escritores laureados com o Prêmio Nobel, mas o mesmo não se verifica no terreno das ciências sociais. Nestas, é preciso admitir que o velho "meridiano de Paris" segue dando as cartas confortavelmente, entre outras razões porque o *filtro universitário* é mais importante para o desenvolvimento das ciências sociais do que o é para a literatura. Por isso, importantes estudos sobre a questão nacional, elaborados com grande rigor teórico e profundo conhecimento histórico sobre as sociedades latino-americanas, como aqueles dos argentinos Jorge Enea Spilimbergo[13], Jorge Abelardo Ramos[14], Arturo Jauretche[15], Juan José Hernández Arregui[16], Aníbal Ponce[17] e Ricardo Rojas[18], o boliviano René Zavaleta[19], o peruano José Carlos Mariátegui[20], o panamenho Recaurte Soler[21], o guatemalteco Severo Martínez Peláez[22], o colombiano Orlando Fals Borda[23], o chileno Júlio César Jobet[24], permanecem desconhecidos como se, de fato, simplesmente não existissem. A lista interminável – do chileno Luiz Vitale[25] aos brasileiros Manoel Bomfim[26] e Alberto

13 SPILIMBERGO, Jorge Enea. *Marx e a questão nacional.* Florianópolis: Editora Insular, 2002, e *Nacionalismo oligárquico y nacionalismo revolucionário.* Buenos Aires: Editorial Ameríndia, 1956.

14 RAMOS, Jorge Abelardo. *Historia de la Nación Latinoamericana,* 2ª edición. Buenos Aires: Peña Lillo, Buenos Aires, 1973. RAMOS. *Introducción a la América Criolla.* Buenos Aires: Ediciones del Mar Dulce, 1985. RAMOS. *La era del peronismo.* Buenos Aires: Ediciones del Mar Dulce, 1982. Recentemente o Senado da República da Argentina publicou em cinco tomos *Revolución y contrarevoución en la Argentina,* Buenos Aires, 2006. Finalmente, a Editora Insular publicou a versão brasileira de *História da Nação Latino-Americana* em 2011, Florianópolis.

15 A obra de Arturo Jauretche, mais um dos grandes intelectuais argentinos que não frequentou os bancos universitários, extraordinária não somente pelo refinado estilo literário – algo impensável aos cânones universitários – mas, sobretudo pela profundidade dos escritos que fundamentam a necessidade de uma esquerda nacional. As obras completas foram republicadas recentemente pela Editora Corregidor e são exemplos de sua vitalidade intelectual e lucidez política.

16 ARREGUI, Juan José Hernández. *La formación de la conciencia nacional.* Buenos Aires: Pena Lillo/Ediciones Continente, 2004.; *Qué es el ser nacional?* Buenos Aires: Plus Ultra, 1973; *Nacionalismo y liberación.* Buenos Aires: Contrapunto, 1987.

17 PONCE, Aníbal. Marxismo sin nación? Buenos Aires: *Cuadernos Pasado y Presente* 98, 1983.

18 ROJAS, Ricardo. *La restauración nacionalista.* Buenos Aires: A.Peña Lillo Editor S.R.L, 1909, Buenos Aires.

19 ZAVALETA, René. *Lo nacional-popular en Bolivia.* México: Siglo XXI Editores, 1986. Consultar também a edição boliviana de Zavaleta em *Obras Completas.* La Paz: Los amigos del Libro, 1995.

20 MARIÁTEGUI, José Carlos. *Obras Completas.* 13ª edição. Lima: Biblioteca Amauta, 1985. Especialmente os tomos 2 e 11.

21 SOLER, Recaurte. *Idea y cuestión nacional latinoamericana.* México: Siglo XXI Editores, 1980 e *Clase y nación. Problemática Latinoamericana.* Barcelona: Editorial Fontamara, 1981.

22 MARTINEZ PELÁEZ, Severo. *La pátria del criollo. Ensayo de interpretación de la realidad colonial guatemalteca.* 8ª ed. Puebla: Universidad Autonoma de Puebla, 1987.

23 FALS BORDA, Orlando. *Ciencia própria y colonialismo intelectual.* 3ª ed. México: Editorial Nuestro Tiempo, México, 1973.

24 JOBET, Júlio César. *Desarrollo económico social de Chile. Ensayo crítico.* México: Centro de Estudios del movimiento obrero Salvador Allende, Casa de Chile, 1982.

25 VITALE. Luis. *Interpretación marxista de la historia de Chile. De semicolonia inglesa a semicolonia norteamericana (1891-1970).* Barcelona: Editorial Fontamara, 1980.

26 BOMFIM, Manuel. *A América Latina. Males de origem.* Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. Recentemente os livros de Bomfim se tornaram acessíveis ao

Guerreiro Ramos[27] – entre tantos outros, revela que autores decisivos para a compreensão da realidade latino-americana e, em especial, da "questão nacional", ainda permanecem completamente desconhecidos, mesmo após o término da ditadura.

Como explicar então, esse desprezo por autores tão importantes, verdadeiros clássicos do pensamento político e social da América Latina? Certamente não podemos atribuir o fato à falta de curiosidade dos universitários, pois todos os anos novos autores europeus e/ou estadunidenses que estão longe do rigor teórico dos nomes aqui relacionados recebem publicações e são festejados em seminários universitários – e pela grande imprensa – como se fossem capazes de oferecer alternativas para nossas sociedades e enriquecer nosso limitado horizonte intelectual. Tampouco se pode arguir o outrora eficaz argumento da falta de liberdade política, pois, ao contrário dos tempos da ditadura, ninguém corre risco de vida em caso de interesse por autores latino-americanos considerados no passado subversivos. Nos dias atuais, a ignorância brasileira sobre as ciências sociais latino-americanas não pode mais ser justificada senão como expressão de colonialismo intelectual e/ou simplesmente, conveniência política.

Exorcizar o nacionalismo

Não é obra do acaso o desconhecimento acadêmico sobre muitos autores que trataram de aproximar marxismo e nacionalismo, ou até mesmo teorizaram sobre a visão marxista do nacionalismo com resultados extraordinários, razão pela qual não podem seguir ignorados pelos intelectuais paulistas como se de fato não existissem. Entre nós, o exemplo mais trágico e elucidativo é o esquecimento produzido pela universidade de um intelectual da estatura de Álvaro Vieira Pinto, sem

grande público em função das novas e inesperadas edições. Especialmente importante é sua última obra, onde Bomfim supera certas ilusões liberais e assume a necessidade de uma revolução brasileira para superar nossos males.

27 GUERREIRO RAMOS, Alberto. *A redução sociológica.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

dúvida o mais importante filósofo brasileiro. Autor de uma ampla obra escrita com invejável estilo literário, Vieira Pinto figura entre aqueles intelectuais que foram duramente atingidos pela ditadura e classificados pelos universitários como "intelectual isebiano", rótulo que renderia de imediato a condição de proscrito nas letras brasileiras, especialmente depois de 1964. É necessário sublinhar que outra importante figura do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) – refiro-me a Ignácio Rangel – teve melhor sorte, ainda que jamais gozou de ampla aceitação, especialmente no meio universitário. Mas em oposição a este – cuja obra completa foi recentemente publicada – a imensa e decisiva obra de Álvaro Vieira Pinto permaneceu em grande medida desconhecida do público. O cerco ao pensamento crítico no Brasil não pode ser desprezado e se reproduz de distintas maneiras. O proscrito intelectual foi parcialmente resgatado na pedagogia em função da reconhecida influência que exerceu sobre Paulo Freire – ainda que a maioria dos paulofreirianos também desconhecem ou simplesmente ignoram a influência de Guerreiro Ramos e Alvaro Vieiera Pinto na obra do educador –, mas foi indevidamente classificado por Celso Furtado como expressão de um pensamento nacionalista que, a despeito de sua sofisticação, "trazia embutida uma forte dose de irracionalidade"[28]. O juízo de Furtado acerca de Álvaro Vieira Pinto não poderia ser mais injusto e mesmo devastador para a reputação do grande filósofo brasileiro; publicado em 1985, quando apenas se iniciava a redemocratização no país, o livro de Furtado é um testemunho para a história das ideias de como a censura operou, precisamente quando a ditadura era batida ainda que confortavelmente. Para as novas gerações, venceu a versão de Furtado acerca do subdesenvolvimento, privando-as de autores tão fecundos quanto decisivos para enfrentar a dominação burguesa. Mas se por um lado representava um depoimento útil para a história das ideias, por outro expressava de maneira clara o tipo de ataques que o nacionalismo marxista de Álvaro Vieira Pinto sofreu de seus adver-

28 FURTADO, Celso. *A fantasia organizada.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 198.

sários: tratava-se de um nacionalismo "irracional", uma sentença que Furtado emitiu sem o cuidado de expressar as razões do suposto irracionalismo! De resto, enquanto Furtado desfrutava de amplo apoio das forças oposicionistas que impulsionavam a democratização consentida e controlada, cujo ápice foi a eleição indireta de Tancredo Neves à presidência da República em 1985, à Vieira Pinto restavam apenas quatro anos de vida. Impossível não concluir que a opinião de Furtado também contribuiu para manter nosso mais importante filósofo no ostracismo, uma espécie de "exilado em seu próprio país". Impossível desprezar que a defesa reconhecidamente sofisticada do nacionalismo na obra de Vieira Pinto era também associada injustamente ao "irracionalismo". Também contou contra Álvaro Vieira Pinto a publicação póstuma de dois trabalhos da mais alta importância – *O Conceito de Tecnologia* e a *Sociologia para os países subdesenvolvidos*, só recentemente encontrados e publicados; mas não podemos omitir o fato de que ninguém no mundo da filosofia poderia esquecer ou manter silêncio sobre o seminal *Consciência e realidade nacional*, livro que, a despeito de suas limitações, abriu um campo de reflexão no terreno das ciências sociais ainda insuficientemente conhecido e explorado[29]. Finalmente, é claro que o estilo literário do filósofo mantém a mesma distância do "espírito universitário" que Mariátegui afirmou nos *Sete ensaios*, razão pela qual seus livros não possuem o caráter "acadêmico" que contaminou a universidade. Creio não existir nada mais irritante e intolerável para a simulação acadêmica que sofremos no mundo universitário que uma obra de tal envergadura.

29 José Paulo Neto afirmou que Leandro Konder frequentou no final da década de 1950 os cursos do ISEB e ficou "muito impressionado" com as intervenções de Álvaro Vieira Pinto, Ignácio Rangel e Nelson Werneck Sodré. Ver, KONDER, Leandro. *Marxismo e alienação. Contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.12.. Em um pequeno livro que reúne ensaios sobre intelectuais brasileiros Leandro Konder apenas menciona Alvaro Vieira Pinto, mas não lhe dedica reflexão certamente merecida. KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros & Marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

As publicações recentes de Álvaro Vieira Pinto romperam de uma vez por todas com a máxima colonial popularizada pelo cantor Caetano Veloso segundo o qual "está provado, só é possível filosofar em alemão", peça do eurocentrismo e do colonialismo cantada com simpatia pela juventude embalada no ensino filosófico alienante que predomina entre nós[30]. No entanto a sensibilidade de Paulo Arantes para o tema e sua certeira identificação da debilidade estrutural da filosofia uspiana não o impediu, estranhamente, de permanecer na condição de pássaro cativo daquela formação colonizada. Mas ele não foi o único. Renato Ortiz, para dar apenas mais um exemplo entre tantos, analisou a evolução das ciências sociais no Brasil – na verdade, basicamente a evolução paulista – opondo a chamada "escola paulista de sociologia" às correntes nacionalistas onde, os primeiros, foram considerados com simpatia, pois, segundo suas palavras, possuíam "uma concepção mais ampla do político, que passava necessariamente pela cultura", enquanto os "isebianos tendiam a reduzi-la a uma dimensão institucional (partido, governo)"[31]. Para marcar a distinção e, neste caso, estabelecer a oposição entre teoria e práxis, Ortiz lança mão da autoridade de Florestan Fernandes, para quem "a atividade militante intensa é incompatível com a vida acadêmica", e indica não sem ambiguidades que "não é a política em termos partidários a que se deve privilegiar, mas o contraponto entre pensamento e coisa pública"[32]. Sua conclusão não poderia ser mais categórica: "Penso que esta tensão tende a desaparecer com a profissionalização das disciplinas. O que se apresentava como um projeto de conhecimento se vê prisioneiro das engrenagens das institui-

30 VIEIRA PINTO, Álvaro. *O conceito de tecnologia*, 2 tomos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008; *Sociologia para os países subdesenvolvidos*, Contraponto, Rio de Janeiro, 2008; *Consciência e realidade nacional*, ISEB, Rio de Janeiro, 1960; *Por que os ricos não fazem greves*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1962; *Ideologia e desenvolvimento nacional*, ISEB, Rio de Janeiro, 1956, *Ciência e existência*, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1979.

31 ORTIZ, Renato. *Taquigrafiando lo social*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2004, p. 184. Tradução livre do autor, NDO.

32 *Ibidem*, p. 185

ções". O próprio Ortiz reconhece que a "institucionalização das ciências sociais começa a trabalhar contra seu próprio fundamento" à medida que ficou cativa da racionalização imposta pelo "estado autoritário" e da qual a universidade, obviamente, não poderia escapar. E o fim da ditadura, melhorou o ambiente intelectual? Os professores exercem a liberdade de pensamento no estado democrático que vivemos? Enfim, se os teóricos do ISEB trabalhavam para o Estado também podemos dizer o mesmo dos professores das universidades – e o padrão de trabalho acadêmico dominante – que, podendo desfrutar plenamente da liberdade acadêmica, de bom grado se dedicam à "servidão voluntária" de órgãos – nacionais e estrangeiros – de financiamento da pesquisa interessada. Acesso a linhas de financiamento que orientam a pesquisa não representam uma racionalização dos interesses do estado classista?

Afinal, cabe perguntar: e depois que a ditadura desapareceu, por que razão não se recuperou a inclinação crítica que as ciências sociais deveriam ter em países subdesenvolvidos e dependentes? É impossível não valorizar a tensão entre o pensamento colonizado e o pensamento nacional como chave para elucidar o abandono da crítica nas ciências sociais.[33] No breve balanço de Ortiz, a sociologia proposta por Guerreiro Ramos representava as "ilusões sobre um pensamento radicalmente autóctone", enquanto Florestan Fernandes exigia "os imperativos do saber

33 Ao reconhecer a tese de doutorado de Caio Navarro Toledo como "excelente trabalho", não restou a Ortiz senão "partilhar inteiramente" a crítica que "atualmente fazemos a ideologia do ISEB", ajoelhando em consequência no altar uspiano que supõe o ISEB simples produtor de ideologia de estado destinado a ocultar as contradições de classe do desenvolvimento capitalista brasileiro. Ademais, a crítica de Toledo ao ISEB padece de uma limitação importante – reconhecida pelo próprio autor recentemente –, pois analisa a evolução do Instituto até 1960. Ocorre que, precisamente entre 1960 e 1964, as contradições do projeto isebiano ganham relevância e é fácil perceber que as disputas que levaram à saída de Guerreiro Ramos se explicitam em favor de um projeto cada dia mais definido em termos populares. Também é desse período a aproximação cada vez mais nítida entre nacionalismo e o marxismo, especialmente na obra de Álvaro Vieira Pinto. Ver de Caio Navarro Toledo: *Iseb: política e ideologia na conjuntura do golpe de 1964.* Mimeo.

internacional"[34]. Esta é uma versão demasiadamente simplificada diante de um debate com profundas implicações intelectuais. Ao contrário do que afirma Ortiz, as recomendações de Guerreiro Ramos – se adotadas – teriam produzido um padrão de trabalho sociológico completamente descolonizado, o oposto da hegemonia que finalmente se estabeleceu na sociologia paulista. A quarta recomendação de Guerreiro Ramos, contida no clássico *Introdução crítica a sociologia brasileira*, certamente evitaria a "sociologia enlatada" que nos domina sob o rótulo de que as exigências acadêmicas estão sendo respeitadas, mesmo que não passe de colonialismo cultural[35].

Na verdade, desde uma perspectiva crítica, talvez o primeiro a tematizar o problema da "internacionalização da ciência social" foi Gilberto Freyre em um seminário organizado pela Unesco em 1946. Na oportunidade, Freyre reconhece a função construtiva que o nacionalismo cumpre na América Latina, alerta contra os perigos do etnocentrismo, do "imperialismo capitalista da Europa e dos Estados Unidos" e já naquela época acerta no alvo: a ação intelectual do *scholar* como instrumento do colonialismo. Agregou também que "o papel do jornalismo nacionalista, outrora tão poderoso, foi muito reduzido na América Latina como resultado do trabalho de institutos de pesquisas em ciências sociais, com visão internacional ou transnacional, e pela ação de cientistas sociais independentes".

Embora Gilberto Freyre faça restrições ao envolvimento direto do cientista na atividade política – considerada por ele, "aventuras individuais em dias de crise" –, o pernambucano não deixa de captar o essencial, pois segundo sua opinião, "(...) os Estados Unidos da América

34 *Ibidem*, p. 178

35 A segunda parte da *Cartilha* é ainda de uma atualidade extraordinária. Darcy Ribeiro se opôs à Guerreiro Ramos em1953 e considerou que o baiano dirigiu contra o mineiro os artigos publicados em jornais; contudo, Darcy faz uma tímida autocrítica que nos parece importante como justiça histórica: "Reconheci, anos depois, que ele tinha suas razões, mas continuamos brigados... sua *Cartilha de aprendiz de sociólogo* é das melhores coisas de nossa sociologia". Cf. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 200.

nunca tiveram melhores embaixadores no Brasil de que seus *scholars*: Morgan, antigamente professor de Harvard, e A. Berle Jr., o bem conhecido economista. Esses dois americanos, com um treinamento científico e uma visão social científica dos problemas políticos, fizeram mais para reduzir as tensões entre os Estados Unidos e o Brasil do que os diplomatas de tipo convencional ou de visão do tipo "negócio é negócio""[36].

Trata-se de um exagero de Freyre supor que os embaixadores teriam atuação menos eficaz quando se trata de defender os interesses imperialistas, mas é certo que a interferência intelectual assinalada está longe de ser desprezível.

Voltemos a Florestan Fernandes. A trajetória de Florestan reconstruída por Ortiz reflete apenas as posições do sociólogo no período pré-ditadura, mas como demonstrei em minha análise de sua evolução teórica e política posterior, estas limitações foram gradualmente superadas em favor de um esforço militante que não diminuiu o rigor da análise sociológica, conferindo tardia e completa razão a Guerreiro Ramos. É fácil observar que a contribuição militante do sociólogo foi fecunda, talvez precisamente porque as roupagens acadêmicas que exibira no período anterior ao seu engajamento no Partido dos Trabalhadores foram completamente abandonadas. De resto, mesmo antes de sua militância partidária, a sociologia de Florestan foi se tornando marginal entre seus pares e ele próprio se transformou em uma autoridade que todos respeitavam, mas contra a qual o silêncio era sem dúvida alguma a melhor arma. Foi precisamente no período pós-64, quando surge *A revolução burguesa no Brasil*, o momento em que a obra de Florestan se latino-americaniza e a temática da *dependência* orienta de maneira definitiva e tardia sua produção sociológica. Afirmo sem vacilação que nos últimos anos Florestan já não alimenta ilusões sobre as possibilidades de superar a hegemonia burguesa nas ciências sociais no país, pois na fase em que militou no PT o sociólogo já tinha clareza que sofrera uma dupla derrota política: à direita por Fernando Henrique Cardoso, que

36 FREYRE, Gilberto. *Palavras Repatriadas*. São Paulo: Editora da UnB/Imprensa Oficial-SP, 2003, p. 78.

se tornara presidente e governava segundo a tradição da elite brasileira, e, à "esquerda", pelos próprios companheiros de PT que, sem inibição, foram rapidamente se transformando em simples continuidade de FHC, de maneira igualmente conveniente à classe dominante brasileira. Na última fase de sua vida, marcada por intensa atividade jornalística, Florestan escreveu profusamente sobre a integração do PT à ordem burguesa e declarou-se, também sem vacilação, à esquerda no Partido. Era tarde, como sabemos.

Em grande medida podemos compreender as razões que levaram a elite – por vezes de maneira discreta, em outras rangendo os dentes – ao fomento da sociologia paulista; não deixa de ser curioso ver certa exibição burguesa da sociologia paulista, mesmo quando realizada com orgulho comedido. Contudo, igualmente curioso é que a esquerda paulista – e sua influência no "resto" do país – também foi tributária dessa construção teórica e compartilhou o orgulho de *sua* "escola paulista de sociologia". Em defesa de Florestan é preciso dizer que ele sempre soube que tanto a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras quanto a Escola Livre de Sociologia e Política eram, na verdade, um projeto do que denominou generosamente "liberalismo esclarecido" destinado a renovar o poder dos "estratos dirigentes das classes dominantes, empenhados na defesa da hegemonia paulista". O "radicalismo científico" que preconizou como forma de resistência e auto-afirmação antes e durante a ditadura foi claramente insuficiente, razão pela qual se lançou à militância política na defesa aberta do marxismo e do socialismo na tentativa de superar o subdesenvolvimento. Perdeu a batalha, é verdade, mas jamais amargou o ostracismo imposto aos radicais da teoria marxista da dependência.

É ridículo supor que a esquerda poderia simplesmente ignorar a hegemonia burguesa no terreno das ciências sociais. Como Marx advertiu no inicio de *A ideologia Alemã*, "as ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época", razão pela qual o alemão não desconhecia que os movimentos revolucionários e ainda intelectuais rebeldes estariam também eles, a despeito do grau de radicalidade que pensavam ter, submetidos às ideias das classes dominantes.

Neste contexto, ainda que possa soar absurdo, a trajetória histórica, teórica-política do Partido Comunista Brasileiro (PCB) é a demonstração da hegemonia liberal consolidada com a ditadura, pois os comunistas do Partidão também mantinham a fé inabalável sobre as possibilidades revolucionárias da burguesia brasileira e a *construção democrática* do capitalismo nacional no enfrentamento com o imperialismo. Na esteira das formulações dos comunistas brasileiros, caminhava uma legião de figuras proeminentes no meio universitário. Luis Carlos Prestes – que a despeito de sua trajetória política heroica não pode ser considerado um teórico marxista – reconhecia em Florestan Fernandes a única figura entre os intelectuais brasileiros que captava as verdadeiras linhas de formação social brasileira. O reconhecimento é tão merecido quanto tardio e, na prática, termina por reforçar a crença na "escola paulista" na qual, finalmente, Florestan terminou tão somente como figura menor.

Foi assim que o marxismo se adocicou no Brasil. No início dos anos sessenta – mesmo contando com figuras notáveis – a verdade é que a linha teórica do Partidão perdeu brilho e encantamento, sobretudo depois que a POLOP (Organização Marxista-Leninista Política Operária) concluiu com o "monopólio" do marxismo exercido até então pelo reformismo pecebista.[37] Ainda assim o reformismo pecebista seguiu sendo dominante entre as correntes que se definiam no terreno da esquerda. A verdade é que ninguém formulou algo novo no "marxismo" como instrumento de apologia do capitalismo no Brasil depois do PCB. O Cebrap, uma espécie de braço intelectual do PCB sem carteirinha, manteve duas dezenas de intelectuais firmes ao pé da velha convicção das possibilidades do capitalismo nacional; é claro que entre estes não se encontrava Fernando Henrique, o condutor do Cebrap. Para evitar confusões desnecessárias, adianto que, apesar do elogio ao capitalismo nacional, segue pendente e ganha prioridade nos dias atuais a elucidação

37 Os textos que marcam a trajetória da POLOP foram recentemente publicados em excelente coletânea que ajudará na elucidação desta e outras controvérsias do período. Veja-se *POLOP. Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*, Centro Victor Meyer, Salvador, 2009.

da "questão nacional" que curiosamente ainda não mereceu por parte da esquerda brasileira o devido tratamento. Mesmo o indignado Francisco de Oliveira, um exemplo de resistência ética à impostura da intelectualidade aderente ao poder, surpreendeu quando foi finalmente publicado no Brasil – com mais de 30 anos de atraso! – *Dialética da Dependência*, o famoso ensaio de Ruy Mauro Marini. A surpresa deve-se ao elogio que Francisco de Oliveira fez a Marini e a consideração de que sua obra se publicava tardiamente no Brasil. Como membro do Cebrap, ele certamente não ignorava que o silêncio sobre esse ensaio seminal era quase uma regra não escrita do organismo liderado por FHC.

Não deixou de ser uma ironia da história observar que em 2001 Francisco de Oliveira lamenta que *Dialética da dependência* se publicava tardiamente no Brasil[38]. Mais curioso ainda é constatar que finalmente Francisco de Oliveira entendeu que a interpretação de Marini era "de alto nível de elaboração e exigências teóricas muito superiores às de Cardoso e Serra" e que os tucanos "jogaram sujo com o adversário, falsificando-lhe proposições, escamoteando questões e pressupostos relevantes para a correta compreensão do que estava em jogo". Nada disso aparecia nos anos dourados da década de setenta, quando todos estavam abrigados no ninho cebrapiano!

Cebrap versus POLOP

É preciso elucidar este tema. Afinal, quais as razões que levaram Francisco de Oliveira ao silêncio (ou seria cumplicidade?) cebrapiana contra Marini? Por que Oliveira guardou silêncio por tantos anos? Por que Francisco de Oliveira não advertiu contra aquela censura na própria instituição que, diga-se claramente, contribuiu para alongar o exílio de Marini, mesmo após o término da ditadura?

As chamadas falsificações grotescas do texto de Marini foram feitas precisamente na *Revista do Cebrap* quando Francisco de Oliveira

38 OLIVEIRA, Francisco de. *O caráter da periferia especial*, Caderno Mais, FSP, 25/03/2001

pertencia a seus quadros. Teria sido um ato de justiça denunciar a operação contra o mineiro nascido em Barbacena e proscrito pelos pares já em plena democracia, quando inclusive os próprios militares já o haviam anistiado. Marini, deixemos claro, não foi o único "injustiçado". Como confidenciou Leite Lopes a Darcy Ribeiro quando percebeu que as novas gerações de físicos não reconheciam seu valor: "a ditadura nos anistiou, mas nossos colegas não!" [39]. A ditadura, afinal, não foi militar: foi cívico-militar. A ditadura consolidou uma hegemonia que alcançou até mesmo os bons e honestos. É claro que é possível imaginar as dificuldades de semelhante ato de justiça em uma entidade que na verdade era a confraria francesa em miniatura, mas com amplo apoio da mídia, fato que nos tempos atuais, mais do que em qualquer outra época, indica algo definitivo: intelectual importante é aquele com presença na imprensa paulista. Além da ironia da história - o reconhecimento tardio da superioridade intelectual de Marini -, creio que a dificuldade em publicar o famoso ensaio de Marini ou mesmo a resposta dele a Fernando Henrique Cardoso e José Serra possuía, no caso, uma dose adicional de constrangimento intelectual.

Quando despontou na cena intelectual brasileira na década de setenta, Francisco de Oliveira ofereceu uma importante contribuição ao debate sobre a "economia brasileira" ao dirigir suas baterias contra "o estranho mundo da dualidade" de inspiração cepalina. O vício produzido pela influência cepalina implicava em sério comportamento intelectual: "A dualidade reconciliava - dizia Oliveira - o suposto rigor científico das análises com a consciência moral, levando a proposições reformistas"[40]. É óbvio que no santuário cebrapiano Francisco de Oliveira não poderia "chutar a santa" e, como recomenda as regras não escritas do código canônico (implícito), beijou a mão do bispo ao reconhecer os méritos de Cardoso/Faletto, repetindo que eles "elaboraram uma teoria da dependência cuja postulação essencial reside no reconhecimento de que a própria *ambiguidade* confere especificidade ao subdesenvolvimento, sendo a "dependência" a forma em que os interesses internos se articulam com o resto do sistema capitalista".[41] O tema era assim apresentado como uma novidade acadêmica, mas na verdade já era uma obviedade nos textos clandestinos da esquerda em função da ruptura que a POLOP (Organização Revolucionária Marxista - Política Operária) realizara em 1961 em relação às formulações clássicas do Partido Comunista sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil. Contudo, é preciso compreender que sem movimento de massas e nos marcos da tradicional e fatal cordialidade brasileira não seria fácil para ele impugnar FHC. Neste contexto, não deixa de ser valioso que mesmo enquadrado no figurino francês, Francisco de Oliveira tentou exorcizar o anel que beijava ao indicar o alvo: a "teoria da dependência" de Cardoso e Faletto era "muito mais correta" *quando comparada* com a "tradição cepalina". Neste ponto, também tenho lá minhas dúvidas.

39 RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed., 2002, p. 466.

40 OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petropolis: CEBRAP/Vozes, 1981, p. 11.

A Cepal produziu a economia política latino-americana em extensa obra que ainda não mereceu no Brasil devido tratamento e não é difícil observar que os estudos cepalinos em variadas áreas de conhecimento representam um horizonte muito mais amplo que o texto de Cardoso/Faletto. O pensamento cepalino é a consciência burguesa possível nos marcos do capitalismo dependente. Mas é preciso dizer que o debate fora das fronteiras nacionais era muito, muitíssimo mais avançado sob a batuta de Marini e Frank, Theotonio Dos Santos e Vânia Bambirra, razão pela qual não poderia ser ignorado e, para a confraria francesa, é necessário insistir que jamais o foi. Na verdade, toda a produção do Cebrap matinha um olho para os dólares dos Estados Unidos e outro na evolução do pensamento crítico latino-americano. Neste contexto é fácil constatar o evidente viés anti-furtadiano de Oliveira, mesmo que recentemente este enfoque também tenha sido revisitado, quando ele preferiu um "diálogo sobre as grandezas" de Celso Furtado, minimi-

41 *Ibidem*, p. 13

zando ou subalternizando suas antigas divergências[42]. Impossível, neste caso, não reconhecer a opção política: é tal a direitização (hegemonia) nas ciências sociais brasileiras e em especial na economia, que Furtado realmente ficou à esquerda do espectro político e teórico, mesmo não se movendo um milímetro de sua posição original, razão pela qual Francisco de Oliveira não vacilou em recuperar algo de sua radicalidade liberal para enfrentar a onda ultraconservadora ainda em voga. Mas esse movimento não excluiria o desfecho conhecido e, talvez, indesejável: invocar liberais – supostamente radicais – para revelar seus limites sempre será uma tarefa que termina por reforçar o liberalismo! É o mesmo procedimento que atualmente ocorre de maneira generalizada quando escutamos que Stiglitz ou Soros dirigem sua artilharia contra os "males da globalização" quando ajudaram a criá-la e enriqueceram com ela.

Além deste mérito – revelar as fraquezas da formulação cepalina –, o texto de Cardoso e Faletto estava incluído em um movimento de ideias cujo horizonte já estava estabelecido quando Oliveira publicou seus ensaios no início da década de setenta.

Quais as razões do silêncio de Francisco de Oliveira sobre autores tão importantes e conhecidos como André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini, que eram, cada qual a sua maneira, os dois autores mais importantes para uma perspectiva crítica?

Na sua *Crítica*, Francisco de Oliveira propunha uma "ruptura radical com a teoria do subdesenvolvimento", considerada por ele a responsável pelo fato de que o Brasil ainda não tivesse produzido uma teoria sobre o capitalismo no país. Neste contexto, a formulação cepalina terminava por cumprir as tradicionais funções ideológicas de legitimação sistêmica entre nós. O curioso é que os importantes ensaios de Francisco de Oliveira não citavam as originais contribuições de André Gunder Frank e de Ruy Mauro Marini, mesmo quando as teses dos autores hereges já eram motivo de acirradas polêmicas em todo o continente, em 1972, momento em que o pernambucano publica seus

42 OLIVEIRA, Francisco de. *A navegação venturosa. Ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ensaios. Ademais, a "teoria do subdesenvolvimento", ainda quando de extração cepalina, antes que um bloqueio para o desenvolvimento de uma teoria sobre o capitalismo no Brasil, era precisamente o ponto de partida para tal empreitada, como demonstra a aparição posterior da *teoria marxista da dependência*.

Não creio que seja obra do azar ou desconhecimento o fato de que ainda quando discute temas como a tendência ao aumento da exploração da força de trabalho, Oliveira sequer mencione a obra de Ruy Mauro Marini, para quem o desenvolvimento capitalista na América Latina produzia inexoravelmente a *superexploração dos trabalhadores*. De resto, foi precisamente *Dialética da Dependência* o ensaio responsável por oferecer ao reformismo político e à conciliação de classe então dominante na esquerda brasileira e latino-americana um adversário respeitável em termos teóricos e – para bem ou mal – uma teoria sobre o desenvolvimento capitalista na América Latina em termos rigorosamente marxistas. Recordo outro ponto decisivo na história desse debate: grande parte da repercussão das teses de Gunder Frank deve-se a sua presença no Brasil no período pré-64, respondendo convite de Darcy Ribeiro quando então organizava a vida intelectual da UNB. Foi Frank quem, ainda em 1967, liquidou as esperanças do reformismo cepalino de maneira definitiva, como reconheceu Marini em ensaio escrito em 1969 ao afirmar que, "a refutação mais radical das teses do dualismo estruturalista a fez Andrés Gunder Frank, em seu *Capitalism and underdevelopment in Latin America*"[43]. Portanto, a crítica de Oliveira à Cepal era tardia em-

43 MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. 10ª ed. México: Siglo XXI Editores, 1980, p. 84. A Editora Insular (5ª ed., 2014) publicou em portugués este libro.O texto mencionado por Marini é o conhecidíssimo *Capitalism and underdevelopment in Latin América. Historical studies of Chile and Brazil*, (Revised and enlarged), Monthly Review Press, New York, 1969. Antes de Marini, Valenzuela Feijoó afirmou na importante *Revista Pensamento Crítico* ainda em 1969, a tese de Frank era "la mejor alternativa actual a la difundida tesis del dualismo estructural". Cf. *Pensamento Crítico*, Número 28, maio de 1969, La Habana, p. 105. Recentemente Maria da Conceição Tavares afirmou que este decisivo livro de Frank era "apenas uma versão marxistizada da visão de Celso Furtado sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento", fato que é

bora aparecia como se novidade fosse pois o grande público brasileiro simplesmente desconhecia a tradição crítica aqui recolhida.

Não tenho intenção de satanizar Francisco de Oliveira, pois quando comparado com a maioria dos intelectuais paulistas, é necessário reconhecer que ele ainda se distingue por manter acesa a chama da indignação e não somente resiste bravamente ao adesismo em voga como, a sua maneira, o denuncia. Mas é também preciso dizer que, aquele que foi o mais inclinado a superar a conciliação de classes dentro do Cebrap e ainda mantém saudável distância dos esquemas tradicionais da dominação burguesa, revela-se ao mesmo tempo um *crítico moral* do poder sem oferecer a radicalidade teórica necessária para enfrentar e derrotar a "imoralidade" dominante. O grande obstáculo a superar nas ciências sociais no Brasil não é somente a impostura representada pelo adesismo sem inibições que corre solto – tanto na luta pelos cargos públicos quanto na oferta de assessores de "políticas públicas" –, mas precisamente as ambiguidades existentes no *terreno teórico*, onde jamais a necessária ruptura existiu. Neste contexto, antes que eficaz, a crítica moral funciona na prática como um obstáculo ao desenvolvimento teórico. A recuperação desse capítulo da história das ideias não significa apenas a justa e tardia homenagem a figuras como André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini, entre outras, mas parte da batalha das ideias destinada a superar o atraso intelectual brasileiro nas ciências sociais e a ruptura com seu fundamento colonial, aquilo que aqui denomino o figurino francês, ou seja, o velho colonialismo intelectual e seu corolário: a tentativa de perpetuar no Brasil o desconhecimento da importante contribuição do pensamento crítico latino-americano no desenvolvimento de nossas ciências sociais.

É certo que os ensaios reunidos na *Crítica à razão dualista* expressavam certo caráter conjuntural, mas são igualmente evidentes as pretensões de largo alcance das generalizações importantes ali realizadas[44].

no mínimo um elogio desmedido ao paraibano e uma desvalorização injusta da obra de Gunder Frank. Ver *Carta Capital*, 609, p.62.

44 OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista.* 2ª ed. São Paulo: Seleções CEBRAP, Editora Brasiliense, 1976.

Chico de Oliveira desconhecia os escritos *anteriores* de Ruy Mauro Marini? Difícil aceitar tal hipótese. A verdade é que a recuperação do proscrito Marini seria inaceitável para as "vacas sagradas" do Cebrap, especialmente FHC e José Serra, que sempre despenderam grande esforço para bloquear a divulgação no país das contribuições hereges do marxismo de Ruy Mauro.

Para não ser injusto com Francisco de Oliveira, nos seus escritos o mineiro Ruy Mauro Marini figura em uma nota de pé de página de outro livro que reúne vários ensaios, *A economia da dependência imperfeita*, publicado pouco tempo depois e muito longe de expressar a vitalidade de *Crítica a razão dualista*[45]. Na verdade, essa coleção de ensaios é uma tentativa anárquica e pouco articulada para dar conta dos problemas que apenas anuncia. Mas a presença de Marini, como também a menção a outras figuras importantes do debate acerca da troca desigual, somente é ali mencionada com o propósito de indicar as supostas debilidades da teoria marxista do valor, especialmente evidentes, segundo ele, no tema do dinheiro. De resto, a menção é suficiente para Oliveira justificar a superioridade da análise leninista do imperialismo sobre o domínio mundial do capital[46] , texto que, como sabemos, foi escrito sob o calor do combate e destinado à leitura popular (um "ensaio popular" como escreveu o próprio Lênin no subtítulo da conhecida obra). Contudo, também aqui estava presente o espectro de FHC, versando sobre o imperialismo e o desenvolvimento associado... Enfim, trata-se de um trabalho (*A economia imperfeita*) que não tem a menor importância na interpretação do capitalismo no Brasil.

A questão central a registrar é que Francisco de Oliveira travou um "diálogo oculto" com a tradição do pensamento crítico latino-americano

45 OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977, p. 37.

46 Recentemente Oliveira expressou novamente a velha crítica aos teóricos da troca desigual e aos marxistas em geral ao referir-se ao poder do fetichismo do dinheiro para tornar opaco o processo real. Veja-se, OLIVEIRA, Francisco. *op. cit*, p. 16.

sem, contudo, mencionar os principais interlocutores que, naquela época, se encontravam exilados e, em consequência, não poderiam desfilar pelos corredores e frequentar seminários em nossas universidades. Este comportamento é bastante evidente quando escreve sobre as perspectivas da acumulação capitalista no Brasil, último ensaio do *Crítica à razão dualista*. No texto, a "exclusão" das massas na expansão capitalista é um "elemento vital" de seu dinamismo e também a concentração de renda representa um obstáculo para a reprodução ampliada do capital, especialmente para o setor não dinâmico do processo. Ambos, de certa forma, representariam a especificidade da acumulação capitalista no Brasil e a luta dos trabalhadores pela produtividade funciona como contestação ao regime militar, e implica na necessária repressão em função das necessidades de acumulação de capital. Enfim, o cenário era, segundo suas próprias palavras, muito evidente: *apartheid* ou revolução social. Com efeito, esta era precisamente a tradução cebrapiana da perspectiva de Marini, afinal a dialética entre dinâmica capitalista e superexploração da força de trabalho com a consequente existência das duas esferas de consumo (alta e baixa) como um obstáculo poderoso a acumulação de capital foi indicada de maneira original pelo mineiro de Barbacena. De resto, tanto Marini quanto Frank, compartilhavam a hipótese que terminou por dar título à obra de outro mineiro, Theotonio Dos Santos: socialismo ou fascismo, eis o dilema latino-americano nas condições da década de sessenta e setenta[47].

Enquanto Celso Furtado era endeusado entre nós por suas qualidades republicanas, o silêncio sobre os intelectuais radicais aumentou. Mesmo Ricardo Bielschowsky[48], quem desenvolveu importante pesquisa sobre o pensamento econômico brasileiro, repetiu os termos da confraria francesa paulista ao indicar a natureza "trotskista" dos textos de Marini e Theotonio Dos Santos. Na verdade, Bielschowsky cometeu grave erro ao reproduzir as falsidades contidas na tese de doutoramento de Guido Mantega – outra figura do grupo cebrapiano –, que apresentou em seu obscuro livro as origens da economia política brasileira nos momentos finais da ditadura. A tese de Mantega foi publicada na forma de livro em 1984, momento em que Marini, Theotonio e Vânia Bambirra foram anistiados e voltavam ao Brasil. Mantega não desperdiçou a oportunidade para afirmar que seu trabalho beneficiou-se, segundo suas próprias palavras, "do agudo senso crítico de Fernando Henrique Cardoso"[49]. Desde então, Marini e Frank ficaram conhecidos como trotskistas e enquadrados em um suposto "modelo de subdesenvolvimento capitalista", cuja finalidade não era outra senão o bloqueio intelectual de sua influência nas novas gerações de estudantes das ciências sociais. Na versão dos intelectuais "progressistas paulistas", a decisiva contribuição de Frank e Marini era apresentada como sinônimo de "simplificação, "mecanicismo", "catastrofismo" etc... Estava em curso uma operação sutil, porém eficaz, de bloqueio intelectual a pensadores fundamentais para um projeto de protagonismo nacional-popular. Com o fim da ditadura, era previsível o retorno dos hereges proscritos pela ditadura militar e igualmente possível imaginar que a batalha de ideias seria intensa – como arguiu, aliás, o próprio Marini –, razão pela qual os discípulos do figurino francês entraram em ação para *caricaturizar* as contribuições teóricas de Frank e Marini.

Paris não é uma eterna barricada

Finalmente, uma rápida menção sobre a influência francesa em Ruy Mauro Marini para dissipar qualquer dúvida sobre a natureza de minha crítica, pois não pretendo, em hipótese alguma, negar as

47 Dos Santos, Theotonio. *Socialismo o fascismo. El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano*. México: Edicol, 1978. Este livro, originalmente publicado no Chile em abril de 1972 com ensaios e artigos escritos a partir de 1966, não conheceu uma tradução brasileira; não creio que por falta de importância teórica e política. Será publicado em português na Coleção Pátria Grande – Biblioteca do pensamento crítico latino-americano (Editora Insular e IELA).

48 BIELSCHOSWSKY, Ricardo. *O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA, 1988, p. 230.

49 MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984, p. 9.

possibilidades de aprendizagem de intelectuais da periferia nos países centrais. Ruy Mauro Marini passou dois anos em Paris com bolsa garantida pelo governo francês por orientação de Alberto Guerreiro Ramos, professor de sociologia e, segundo o próprio Marini, "crítico irreverente de tudo que cheirasse oficialismo"[50]. Não se trata, portanto, de negar possibilidades de aprendizagem a um estudante ou professor latino-americano num país central, mas precisamente indicar o caráter colonial que essa experiência pode produzir em sua formação intelectual. Ruy Mauro soube diferenciar como ninguém essa sutil e decisiva relação ao reconhecer dívidas intelectuais com François Gazier e Julien Chacel, figuras que o iniciaram "nas regras do método de análise e exposição, o produto mais genuíno do gênio francês". [51] Foi precisamente na França que o autor de *Dialética da Dependência* realizou, por vez primeira, "a leitura de Hegel e o estudo sistemático da obra de Marx" e de outros autores marxistas – especialmente Lênin – e, também segundo sua própria descrição, a "convivência com o mundo estudantil e cosmopolita de Paris, daí nascendo amizades enriquecedoras com argelinos, estadunidenses, mexicanos, dinamarqueses, marroquinos, alemães e, naturalmente, brasileiros e franceses".[52] Não é ocioso para nosso propósito recuperar o clima intelectual da França e a conduta de Marini naquela vivência: ainda que o desenvolvimentismo estivesse em seu auge na América Latina e possuía também lá seus pontífices, Marini observa que "(...) esse era o momento em que a descolonização era vivida dramaticamente pela França, mediante a derrota na Indochina e a radicalização da guerra da Argélia, provocando rupturas no interior dos grupos políticos e intelectuais – fenômeno que acompanhei com vivo interesse, tanto mais que, em meu meio, eu convivia com jovens militantes argelinos,

50 Minha crítica a essa impostura intelectual pode ser lida em "La teoria marxista de la dependencia: una história crítica", Tese de Doutoramento, DEP-UNAM, México, 1995.

51 TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini - Vida e obra.* São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 61.

52 *Ibidem*, p. 62

cambojanos e vietnamitas, além dos que provinham das colônias da África negra"[53]

O recurso às notas memorialistas de Marini explicita a gritante continuidade entre o apego ao figurino francês e a conduta descolonizada. Afinal, quando nossos universitários são agraciados com a possibilidade de estudar na Europa, eles conseguem comportar-se de maneira descolonizada? E mais importante: a Europa posterior à derrota do movimento estudantil nos anos 1960 e, com muito mais razão, esta que observamos no início de século, oferece um ambiente universitário propicio a descolonização intelectual ou o consagra de maneira definitiva? Afinal, o que finalmente resta daquela Paris de 1935, considerada por Aníbal Ponce como o centro "tumultuoso das revoluções", das "multidões inflamadas"? Não se trata apenas de considerar que o governo francês é conservador ou reacionário (Zarkhozy, por exemplo), mas sobretudo de sublinhar que as luzes não estão nascendo na Europa, mas na periferia capitalista latino-americana. Não seria a primeira vez.

O cerco diplomático contra Marini

Tenho plena consciência que meus opositores rapidamente acusarão a mim de criar mentalmente "teorias conspiratórias", como tem sido o costume nacional no terreno da desqualificação intelectual. Não temo esta possibilidade, pois as evidências em favor de meus argumentos são abundantes. Não foi apenas nas universidades onde o bloqueio ao pensamento crítico latino-americano operou com eficácia: a diplomacia brasileira também é formada a partir desta perspectiva intelectual. O diplomata José Guilherme Merquior, por exemplo, afirmou em 1982 que "certos autores, como André Gunder Frank, enxergam na dependência algo extremamente pernicioso, chegando a caracterizá-la como um 'desenvolvimento do subdesenvolvimento'. Mas a maioria dos teóricos da dependência é menos panfletária; prefere falar em 'distorções'

53 *Ibidem*,

estruturais sem, no entanto, negar que a dependência é compatível com índices de desenvolvimento, muitas vezes excepcionais".

No mesmo ensaio, Merquior segue na linha do desprestígio: "Nas mãos de analistas inteligentes, a "sociologia da dependência" parece mais uma senha ideológica (um penhor de prestígio junto à cultura marxista ou marxizante, hegemônica entre os intelectuais e na universidade) do que um verdadeiro instrumento de análise"[54].

Finalmente, arremata: "No fundo, a teoria da dependência é claramente ideológica... Se tomada como carro-chefe da afirmação da *inviabilidade* do capitalismo no Terceiro Mundo, ela não fica de pé".

Com certa frequência ouço afirmações sobre a suposta "hegemonia marxista" entre os intelectuais no Brasil, consideração que não passa, de fato, de ideologia destinada a fortalecer o conservadorismo nas universidades. Não deixa de surpreender que Merquior repetiu convenientemente o erro de afirmar que os teóricos radicais da dependência anunciavam a *inviabilidade do capitalismo* na periferia latino-americana, hipótese jamais defendida por Frank, Marini, Theotonio ou Vânia Bambirra e muito mais adequada para determinadas formulações furtadianas, que, não obstante, seguem blindadas de críticas desta natureza. Recentemente, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães recuperou o conceito de "periferia" no hermético ambiente do Itamarati, ato de lucidez em uma diplomacia cuja formação é colonialista e eurocêntrica; mas o valente embaixador não mencionou os hereges sobre os quais insisto, mesmo quando estes são incontornáveis em função da tematização em questão. Em todos os casos, podemos constatar a velha contribuição inteligente ao bloqueio de algumas ideias consideradas pelos donos do poder como perigosas, especialmente para a juventude universitária brasileira.

Merquior tentou na prática uma redução sociológica sem êxito. Quando escreveu *Saudades do Carnaval*, ele estava inspirado diretamente em Guerreiro Ramos, mas o caráter colonial de sua formação e

54 MERQUIOR, Jose Guilherme. *A natureza do processo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982, p. 65. Cursivas minhas, NDO.

sua completa devoção ao liberalismo e entrega à elite brasileira foi incapaz de superar essa triste condição. Seu apreço ao velho e novo liberalismo o impedia, visceralmente, de entender o alcance da descolonização de Guerreiro Ramos ao inaugurar a redução sociológica entre nós. Ainda assim, é claro que *Saudades do Carnaval* é uma tentativa sem êxito de praticar a *redução sociológica* – livro que consta em sua bibliografia –, mas sintomaticamente não é citado em seu longo texto. Em oposição, é possível observar – embora ninguém o tenha feito – que Marini escreveu *Dialética da Dependência* sob a influência direta dessa preciosa contribuição de Guerreiro Ramos, ou seja, Marini operou no interior da perspectiva marxiana uma particular redução sociológica, ou seja, captar o específico de nossa formação social dependente nos marcos de uma teoria de caráter universal. O México – e sua densidade histórica – jamais comoveu Merquior, mesmo tendo sido embaixador naquele país. Era um intelectual de incorrigível eurocentrismo!

Neste contexto, é preciso admitir que a esterilização das ciências sociais no Brasil foi eficaz. A operação destinada a bloquear as *bases teóricas do radicalismo político* que ainda necessitamos foi até agora exitosa, muito embora há claros sinais de que a hegemonia apresenta irreparáveis fissuras. É verdade que a sociologia se transformou em ciência da ordem, mas a vitória não foi definitiva, como jamais poderia ser. No entanto, admitir que a operação obteve êxito não implica em considerar concluída a batalha. A sociologia da ordem não poderia oferecer uma explicação consistente sobre as razões que levaram o operário no poder a simplesmente construir seu governo sobre o projeto inaugurado por FHC em 1994; menos ainda poderia oferecer uma teorização sobre uma ruptura radical com o capitalismo dependente ainda necessária para amplas maiorias.

Embora o figurino francês se mantenha dominante no Brasil, inclusive a partir da chegada de Lula ao governo, nos defrontamos com algo inusitado: a operação destinada a limitar o *espaço teórico do radicalismo político* voltou com êxito a se apresentar, pois a "esquerda petista" no governo não passa de continuísmo do tucanato paulista com pitadas de

caridade católica. Não é uma novidade o fato de que no ambiente partidário petista – e o mesmo vale para o PSDB – o desprezo pela teoria é quase pleno. No Brasil, os partidos políticos não produzem reflexão sistemática (teoria) sobre os grandes problemas nacionais, mas são eficazes na produção de bordões necessários para justificar a dominação classista: "modo petista de governar", "luta pela hegemonia", "cidadania", "inclusão social" etc. Os partidos políticos se transformaram em máquinas eleitorais de relativa eficácia, e limitam seu funcionamento a um laboratório para elaboração de "políticas públicas", ou seja, políticas destinadas à melhoria da administração do estado burguês para, finalmente, terminarem como instrumentos de relativa importância para os interesses dominantes. Esta situação reflete o quanto a disputa nos limites da ordem burguesa não é tarefa simples e os riscos são bem superiores àqueles que supõem a simpática teoria segundo a qual chegou um tempo de disputa pela hegemonia no interior do estado burguês[55].

Atualmente, é preciso dizer, permanecem fragmentos de um discurso que gozou de cidadania nas ciências sociais e de certa elegância formal na apresentação de seus pressupostos, ainda que francamente indefensáveis diante de correntes marxistas ortodoxas[56]. A Cepal, e depois dela de forma particular, Celso Furtado, não fizeram outra coisa do que derivar da matriz teórica do antigo Partidão seu "otimismo republicano" para referendar o progresso burguês no Brasil, mesmo quando insistiam sobre suas limitações. Eles eram de fato implacáveis contra o atraso e o autoritarismo e não deixaram de utilizar amplamente os guetos de progresso burguês para exemplificar nossas possibilidades como sociedade

55 Carlos Nelson Coutinho foi quem mais avançou nessa direção em seus estudos sobre hegemonia com razoável influência na luta interna no PT. Contudo, em particular em seu livro sobre a "dualidade de poderes" e a teoria de estado que ele ali realiza, jamais logrou estabelecer um terreno firme para a independência da luta política por parte dos trabalhadores no interior do estado.

56 A ortodoxia é utilizada no sentido empregado pelo marxista húngaro György Lukács em *História e consciência de classe*, ou seja, como expressão de rigor metodológico; tem sido uma arma amplamente utilizada pelos adversários conservadores assemelhar ortodoxia e dogmatismo.

moderna e democrática. É obvio que tinham que explicar algo incômodo: finalmente foi a ditadura, e não a democracia, quem modernizou o país em um longo e terrível regime político (1964-1985). É fácil constatar o contraste, pois enquanto Getúlio Vargas merecia todo tipo de restrição, não obstante o impulso modernizador que imprimiu em seus dois governos, a ditadura militar, embora condenada em seus "abusos" no terreno das liberdades políticas e dos direitos humanos, sempre mereceu a mais alta consideração por parte da intelectualidade paulista, pois os crimes cometidos contra a democracia eram compensados com sobras com as benesses produzidas pelo aprofundamento da dependência. É claro que para desenvolver anticorpos, os mesmos teóricos assinalavam que a modernização produzida pela ditadura militar era "conservadora", sugerindo a existência de outra modernização possível: a modernização democrática ou progressista. Enfim, precisamente durante a ditadura militar o sistema universitário brasileiro sofreu expansão considerável e o prestígio dos professores paulistas acompanhou o movimento.

Foi no interior dessa corrente intelectual hegemônica que a aliança entre a burguesia nacional, quase schumpeteriana – "inovadora", na linguagem atual –, e o proletariado industrial moderno, renderia um projeto nacional de desenvolvimento "sustentável" e "inclusivo", em oposição a outras experiências que também acumularam riqueza, mas produziram inaceitável miséria. Foi também assim que em seus melhores momentos a maioria dos intelectuais atuou para justificar a aliança de classe entre a burguesia e o proletariado paulista; este último, a melhor representação de uma classe social moderna e democrática.

No entanto, a vida foi ainda mais generosa do que supunham os intelectuais e suas teorias. O proletariado moderno, não pelego, criador do "sindicalismo combativo", nascido no duro combate contra a ditadura, desenvolveu as credenciais democráticas necessárias para realizar aquele sonho político previsto na teoria. A tentativa tardia de legitimação democrática do empresariado paulista com o festejado manifesto de 1977 em defesa da democracia e contra o "gigantismo estatal" não poderia ocultar que a ditadura estava mesmo a serviço do "grande capi-

tal" e mantinha-se fiel ao programa da "transição lenta, gradual e segura" preconizada pela cúpula dos militares e o acordo com Washington. Treinados na curiosa virtude de ver o lado bom em tudo, os intelectuais paulistas logo formularam a necessidade de criar um bloco de forças capaz de assegurar "desenvolvimento com democracia", em que seria possível, e mesmo necessário, garantir a aliança de classe preconizada pela teoria produzida no ambiente acadêmico. Mal podiam prever que, mais tarde, seria o PT e Lula – a cabeça mais visível do proletariado moderno paulista – que chegariam à presidência da república para *realizar* aqueles postulados alimentados por quase quatro décadas nas "correntes progressistas". Insisto que a vida foi mais generosa que a teoria social, porque a aliança preconizada no marxismo dominante era entre proletariado e burguesia nacional, mas sabiam todos na verdade que a ordem dos fatores estava invertida e não restaria aos "de baixo" outra conduta que não apoiar a estratégia da classe dominante, mais precisamente da "burguesia progressista". Na vida real, contudo, o proletariado encabeçou a aliança e escolheu como vice-presidente um grande burguês industrial, vinculado à indústria têxtil (José Alencar), de tal forma que estava assegurada a aliança proletariado-burguesia industrial. Em termos hegelianos, poderíamos afirmar que ocorreu uma adequação da realidade ao conceito.

É claro que a consagração de Lula-Alencar na vitória eleitoral de 2002 não abriu as portas para um debate necessário sobre o socialismo; ao contrário, a vitória nas urnas liquidou qualquer vestígio de luta anticapitalista e mesmo de esforço, ainda que tímido, pelo socialismo, colocando o país uma vez mais na contramão dos acontecimentos de outros países latino-americanos que anunciaram a opção pelo "socialismo do século XXI". Por esta razão, é possível afirmar que a vitória da aliança entre o operário e o burguês industrial não somente não representava a antessala da luta socialista – no antigo jargão, uma espécie de "etapa burguesa" da luta revolucionária – senão que liquidava qualquer pretensão nessa direção: como avançar a luta política se o polo operário, depositário de mais de duas décadas de luta social, finalmente aderia à ordem burguesa sem constrangimentos, disposto a ser reconhecido apenas como o administrador mais competente do sistema?[57].

No entanto, a realização histórica da teoria não rendeu o resultado esperado. O país segue patinando no terreno escorregadio do subdesenvolvimento com seus problemas tradicionais: desigualdade de classe, desequilíbrio regional, opressão racial, subserviência internacional, dependência etc. A violência contra os "de baixo" é crescente e mesmo os melhores momentos do desenvolvimento capitalista são incapazes de assegurar um regime republicano digno deste nome. O exemplo nasce das entranhas do Plano Real, o ponto de encontro entre tucanos e petistas: exatamente após o êxito da estratégia de controle inflacionário que assegurou lucros fantásticos para todas as frações do capital, o Brasil surgiu no cenário internacional como o país em que a população carcerária mais cresce no mundo em termos relativos. Nos últimos 20 anos (1992-2013), ou seja, entre janeiro de 1992 e junho de 2013, enquanto a população cresceu 36%, o número de pessoas presas aumentou 403,5%, fato que coloca o Brasil como a quarta população carcerária do mundo, somente abaixo dos Estados Unidos, da China e da Rússia. Esta tendência cresceu de maneira mais intensa após 1994, momento em que a estabilidade burguesa ganhou características aparentemente mais consistentes. É também um dos países em que o sistema carcerário não somente se apresenta como instrumento de controle da população excedente, mas igualmente como um símbolo de violação sistemática dos direitos humanos por parte do Estado.

57 É intrigante a advertência de Marx, segundo a qual "cuanto más capaz sea una clase dominante de incorporar a los hombres más eminentes de las clases dominadas, tanto más sólida y peligrosa será su dominación." A aceitação da tese de Gunder Frank sobre a "lumpemburguesia" lançada em 1969 não deve, obviamente, descartar a astúcia da classe dominante latino-americana na construção do lumpemdesenvolvimento e no processo de cooptação dos melhores – ou dos mais destacados – filhos da classe operária. MARX, Karl. *El Capital*. T. III, V. 7. 8ª ed. México: Siglo XXI Editores, 1987, p. 774. FRANK, André Gunder. *Lumpemburguesía: lumpendesarrollo*. 4ª ed. México: Editora Era, 1981.

Enfim, quando as instituições típicas de um regime democrático funcionam, é também exatamente o momento em que a república revela sem inibição todas as suas misérias. Na atualidade sofremos uma grande operação ideológica destinada a fortalecer a fé de que uma "nova classe média" surgiu no país, em que 76% da população economicamente ativa recebe até três salários mínimos, ou seja, algo em torno de R$ 2.200,00 reais. Ademais, não se deve esquecer que o *salário mínimo necessário* calculado pelo DIEESE supera aos R$ 3.000,00 reais. Não é preciso muito esforço para perceber que os mesmos que divulgam a "boa nova" não gostariam de figurar como membro da nova classe média.

É neste contexto, da vitória aparentemente completa do figurino francês na intelectualidade brasileira, que podemos compreender certos apelos para que tucanos e petistas, finalmente, se entendam. Na feliz expressão criada por Gilberto Vasconcellos, assistiríamos então a realização do "petucanismo", um reino onde as divergências políticas são apenas cosméticas ou, no jargão do jornalismo, "civilizadas".[58] O objetivo seria a construção de uma nação democrática e moderna, com "inserção soberana" na ordem global, como preconiza o otimismo burguês dos economistas. Esta possibilidade é plenamente compreensível, pois como demonstrei na análise deste período, há plena coincidência teórica entre os postulados mais bem estabelecidos entre os tucanos e aqueles defendidos pelo petismo. Em minha tese *La teoria marxista de la dependência*[59] identifiquei as razões teóricas pelas quais a esquerda petista radical mantinha uma interpretação teórica sobre o capitalismo periférico – especialmente sobre o Brasil – que, no essencial, coincidia com os postulados de Fernando Henrique Cardoso. Na oportunidade assinalei, de maneira premonitória, que as divergências partidárias entre os grandes partidos não representavam problema para que ambos bandos se entendessem no fundamental.

58 Ver VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *Gunder Frank, o enguiço das ciências sociais*. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

59 Ver OURIQUES, Nildo. *La teoria marxista de la dependência. Una história crítica*. Tese de Doutoramento. México: UNAM, 1995.

A administração petista da ordem instaurada pelo tucanato era, antes que uma surpresa inusitada, consequência necessária da comunhão teórica. Neste contexto, não deixa de chamar a atenção o fato de que FHC realmente logrou hegemonizar o debate nas ciências sociais em São Paulo; tampouco foi uma surpresa que a hegemonia paulista se transformasse, rapidamente, em hegemonia nacional. Na ausência de divergências teóricas de fundo, resta a disputa partidária para iludir o respeitável público e ocupar grande parte do mundo universitário com quinquilharias ideológicas e divergências sobre questões não essenciais. É por isso que o antigo e fecundo debate sobre a *economia política* – inclusive na versão burguesa cepalina – permanece agora limitado a opções de *política econômica*, como se os dilemas da dominação burguesa no capitalismo dependente pudesse se elucidar a partir de uma "perfeita" combinação entre metas de inflação, taxas de juro e câmbio. Também por isso, os temas astutamente eleitos pela maior parte dos economistas são a "desindustrialização", o "novo desenvolvimentismo", a suposta oposição entre "neoliberais e desenvolvimentistas" etc. A insistência política e "teórica" com a qual os liberais se opõem aos desenvolvimentistas expressa, na verdade, a luta entre frações do capital e, no limite, constitui o grito de agonia das frações perdedoras. Mas, obviamente, não são suficientes para ocultar as coincidências teóricas que efetivamente compartilham. No entanto, diante de tal identidade programática, a eventual unificação do PT com o PSDB salvaria o figurino francês? Ao contrário, creio que anunciaria seu fim, ou o destruiria para sempre, razão pela qual a "divergência" é funcional à dominação burguesa, pois através de disputas eleitorais sucessivas reproduz a estratégia de dominação: qualquer agremiação no poder mantém intactos os interesses da elite paulista. De fato, no que diz respeito à política econômica, social, cultural e o projeto político global, os partidos siameses já estão unificados e as divergências, sempre tratadas no "respeitoso" terreno do parlamento, representam uma garantia contra possíveis excessos, impedindo que algum aventureiro lance mão. A respeito, a eventual unificação formal dos partidos

apenas ajudaria a desfazer o feitiço, revelando aos olhos da plebe o quanto são iguais aqueles que se apresentam diferentes. Neste contexto, melhor manter a distância para preservar as coisas como estão. Na prática, está em curso no país uma radical e lenta reconfiguração dos partidos políticos, cujo capítulo mais elucidativo foi o colapso do DEM, espécie de guardião dos ideais do ultra-liberalismo, cuja desaparição se deve ao fato de que o petismo no governo deixou a oposição sem função.

Contudo, os acadêmicos não perdem a linha e seguem fazendo de conta. Fingem que a pobreza da vida política e os males típicos do subdesenvolvimento não são produtos de suas teorias e, portanto, o assunto não é com eles; insistem, pois, sobre a falta que nos faz a *correta aplicação* do figurino francês, sempre mal compreendido e erroneamente aplicado nos trópicos. Seguem buscando as virtudes da experiência republicana europeia, tentando corrigir aqui a imperfeição da cópia. Apesar de tudo, insistem, as luzes ainda nascem na "velha Europa" ou no Partido Democrata nos Estados Unidos. Por isso, importam novos temas – multiculturalismo, ações afirmativas etc. –, meio eficaz de ignorar o subdesenvolvimento como tarefa intelectual de primeira grandeza. Esta opção os exime de encontrar o caminho da *superação* do subdesenvolvimento, aplicando migalhas de modernidade em formações sociais periféricas.

Até quando essa operação manterá eficácia? É difícil dizer. A legitimidade originária do PT ainda não se esgotou, mas está bastante desgastada e não poderá viver uma nova primavera, mesmo que os tucanos voltem ao governo, encerrando o reinado petista. Do lado tucano, as propostas modernizadoras do PSDB e seus intelectuais possuem o velho mofo que até bem pouco tempo podíamos execrar nos coronéis, fenômeno da política nacional enterrado para sempre, pois há muito o velho coronel se transmutou em capitalista moderno, com atuação destacada nos mais variados ramos da acumulação mundializada. Mas o ritmo da política no Brasil é mesmo mais lento, quase *braudeliano*, para falar a linguagem dos alfaiates acostumados ao figurino francês.

A superação desta fase tomará tempo. A possibilidade de um novo radicalismo político dependerá do aprofundamento da crise em escala global, único terreno em que poderemos produzir uma nova práxis política destinada à superação da oposição binária petismo *versus* tucanato. É neste terreno, mais precisamente nesta lentidão histórica, que a reconstrução da atividade e da representação classista se produzirá. Por isso, ainda que possa ser importante para diferenciação eleitoral, a criação dos novos partidos (PSTU e PSOL) e a revitalização do PCB deveriam representar, antes de tudo, espaço de experimentação social de uma nova práxis política, cujo horizonte não poderá permanecer, em hipótese alguma, limitado a busca do voto de um sistema eleitoral que, nas circunstâncias atuais, reforça a dominação burguesa.

Neste contexto, ainda que necessário, o desafio da esquerda não implica na criação de novos partidos, mas de lenta e necessária elaboração de uma nova práxis política capaz de superar não somente a "traição petista", mas, sobretudo, a cultura petista no terreno da política. Tampouco se trata de sepultar para sempre a possibilidade socialista, mas de observar que esta possibilidade se mantém intacta e vigorosa porque os principais problemas do subdesenvolvimento e da dependência permanecem sem solução. Como procedeu Marx, teríamos que esperar por uma crise global e seus efeitos nacionais para criar uma nova experiência popular, longe da antiga influência intelectual que governou o imaginário e a atuação de petistas e tucanos, tanto no governo quanto na oposição. No entanto, nossa "retirada" não será para o rico acervo do Museu Britânico, como o fez Marx em seu tempo, mas para a disputa sem limitações no interior de nossas universidades e a abertura de um debate sem restrições sobre as teses dominantes atualmente nas ciências sociais, nos novos partidos e nos sindicatos.

Nestas circunstâncias, a principal tarefa intelectual permitida pelas novas condições sociais existentes na América Latina consiste em criar um novo tipo de trabalho universitário que supere a simulação acadêmica atual – aquela mesmo que Mauricio Tragtemberg chamou sem meias palavras de "delinquência acadêmica" – e capaz de tirar as

ciências sociais do triste papel de justificar o subdesenvolvimento e a dependência[60]. O verdadeiro "silêncio dos intelectuais" não é, portanto, expressão de uma circunstância política passageira, mas precisamente a hegemonia liberal que terminou predominando na maioria deles, mesmo entre aqueles que não abandonaram o horizonte do socialismo em nossos países. Diante do evidente constrangimento da intelectualidade criada sob as condições permitidas pela ditadura, um jornal paulista resolveu chamar a atenção do público para o "silêncio dos intelectuais". Tampouco havia originalidade da cópia, pois também neste caso tão somente se reproduzia a experiência francesa que originalmente criou um evento com o mesmo título e destinado ao mesmo objetivo: a discussão sobre a adesão e disciplina dos intelectuais aos esquemas do poder dominante. Mas o que se ouviu tem interesse para nosso objetivo, ainda que a intenção do evento convocado pelo jornal *Folha de S.Paulo* tinha muito de "polêmica" exclusivamente paulista; na verdade, uma tentativa de expor desde uma tribuna tucana as misérias dos intelectuais petistas. Enfim, o seminário midiático paulista pretendia tocar apenas nos constrangimentos morais dos intelectuais uspianos sem, contudo, recordar suas limitações eurocêntricas, cada dia mais evidentes. Curiosamente, a exigência para que eles esclarecessem suas posições diante do governo petista foi amparada em clima moralista propício para garantir que o essencial não somente não fosse evidenciado, mas precisamente que a "cobrança" permitisse ocultar silêncios mais profundos e necessários à descolonização das ciências sociais no Brasil.

60 Publicamos recentemente uma antiga entrevista de Maurício Tragtenberg onde ele expõe sem reparos os perigos apenas anunciados em 1978 e que ganhariam atualidade na medida em que o tempo passou. Ver RAMPINELLI, Waldir e OURIQUES, Nildo (orgs.). *Crítica à razão acadêmica. Reflexão sobre a universidade contemporânea.* Florianópolis: Editora Insular, 2010. Gilberto Vasconcelos não deixou de registrar semelhante perspectiva quando advertiu sobre os perigos inerentes a conduta dos intelectuais em ensaio dedicado a Darcy Ribeiro e sua relação com o mundo universitário. Veja-se, *Darcy Ribeiro e a criminalidade acadêmica*, Editora do PDT, 2008.

Os donos do poder logo afirmam que essa atitude crítica e a reivindicação de outro padrão de trabalho intelectual é antiacadêmica e, em consequência, reclamam a universalidade de seus esquemas e das luzes provenientes da Europa[61]. Afinal de contas, o Brasil é mesmo ocidental, dizem eles, queiram ou não os descontentes. Ou "mais complexo", como com certa insistência afirmam unânimes quando indicamos o descompasso do Brasil em relação aos processos revolucionários em curso em outros países do continente, como, por exemplo, na Venezuela, em Cuba, no Equador ou na Bolívia. O recurso à suposta "complexidade brasileira" ainda tem certa eficácia, mas também é verdade que seus esquemas interpretativos e seu apego ao figurino francês são cada dia mais incapazes de oferecer alternativas para nossos problemas nacionais elementares.

Não creio ser de grande valia nesta tarefa reconhecer que nossas dificuldades advêm do fato de que as ideias estavam "fora do lugar" desde o princípio, fórmula muitas vezes destinada a justificar as insuficiências da "liberdade, igualdade e fraternidade" nos trópicos. A saga de Toussaint L'Ouverture provou, que quando os negros do Haiti levaram ao pé da letra o ideal republicano francês, todas as desgraças recaíram sobre suas cabeças e as luzes europeias se transformaram em terror no Caribe. Levar a sério os postulados da Revolução Francesa em uma pequena ilha caribenha foi suficiente para revelar que, tanto à esquerda quanto à direita da Convenção Nacional revolucionária em Paris, os representantes rangeram os dentes para os negros haitianos e, mais tarde, Napoleão não vacilou em colocá-los no seu "devido lugar". Depois da reação francesa à Revolução no Haiti não deveríamos alimentar ilusões ou apenas simular reflexão sobre as imperfeições burguesas ou liberais nos trópicos[62].

61 Veja-se meu ensaio "Sete mitos sobre a Universidade" em, RAMPINELLI, Waldir (org.). *O preço do voto – Os bastidores de uma eleição para reitor.* 2ª ed. Florianópolis: Editora Insular, 2008.

62 Ver JAMES, C.L.R. *Os jacobinos negros. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo:* Boitempo Editorial, 2000.

Uma vez mais, a elucidação da trama eurocêntrica pode ser encontrada a partir do postulado máximo de Simón Rodrigues, o tutor de Simon Bolívar, para quem "ou inventamos ou erramos"! A adoção do figurino francês nos conduz necessariamente ao erro, ainda que a invenção observada em outras paragens não represente um lugar cômodo e com frequência se apresenta como "imperfeita". Não por acaso, o nacionalismo revolucionário latino-americano em curso na última década em nosso continente é tão exorcizado entre nós, descrito como imperfeito, populista, e outros adjetivos menos nobres. O esforço intelectual na direção de impedir a observação sobre as transformações que começamos a viver neste início de século na América Latina não tem outra função senão perpetuar entre nós o surrado figurino francês.

Outro tanto ocorre com a reflexão sobre os grandes pensadores ocultos da América Latina. Certa vez escutei em um evento consagrado aos pensadores latino-americanos que "Mariátegui é o nosso Gramsci", como se o primeiro não fosse por si só um pensador grandioso que dispensa a comparação europeia de onde supostamente nasce toda legitimidade. Por isso, é frequente observar como nossos professores estão sempre muito preocupados em buscar as luzes em intelectuais europeus e estadunidenses que gozam de prestígio durante uma década para ceder lugar a outro que também permanecerá em evidência por igual período para depois ter o mesmo destino de seu antecessor no panteão dos professores brasileiros. Esta conduta colonial, diga-se sem temores, é comum tanto à esquerda quanto à direita: sem uma citação de autor europeu parece não existir legitimidade teórica nas ciências sociais latino-americanas, especialmente a brasileira, possivelmente a mais vulnerável ao eurocentrismo.

Os textos aqui reunidos possuem esta intenção: revelar que os intelectuais somente podem ser úteis na concreta situação brasileira se romperem o cerco acadêmico e o eurocentrismo imposto ao trabalho intelectual, evitando a simulação dominante. Esta conduta, longe de subtrair méritos aos intelectuais, os colocará novamente em contato com a solução dos grandes problemas nacionais e com a necessidade

imperiosa de ajudar na construção de um projeto nacional de uma nação inconclusa. Trata-se do único caminho para dar vitalidade as ciências sociais no Brasil, corrigindo nossa distância histórica para com a América Latina e aproveitando os avanços da luta nacional-revolucionária que já se realiza no solo de nossos vizinhos. Para tal, os intelectuais terão que, obrigatoriamente, abandonar o figurino francês, este produto colonial adotado aqui como se estivéssemos surfando na crista da onda moderna. A perpetuação desse comportamento colonial em nossas universidades, não produzirá outra coisa senão o desprezo de grande parte de nosso povo para com o mundo das universidades, cada dia mais fechado sobre si mesmo, sem validação social. No longo prazo, esse padrão de trabalho acadêmico não faz menos do que desprestigiar a universidade aos olhos do povo, tornando-as inúteis se não se dedicam à luta pela completude da nação.

A sociologia fatigada

No Brasil, escreveu Daniel Pecault, a sociologia sempre foi a "arte de salvar rapidamente o país". Certamente se referia ao fato de que a maioria de nossos sociólogos – e os cientistas sociais em geral – elaboram esquemas demasiadamente otimistas e superficiais para resolver os gravíssimos problemas que afetam historicamente o país. É a sociologia da ordem dando as cartas na academia. Na contra mão da antiga assertiva, Francisco de Oliveira declarou recentemente que "a política se tornou irrelevante". Nestes termos, à sociologia nem mesmo estaria reservado o antigo papel superficial, dado sua irrelevância contemporânea. Em entrevista concedida a um jornal paulista[63], Oliveira revelou sua velha e útil indignação sobre os rumos da política nacional, certamente bastante influenciada pelos estragos causados após o fracasso e sob os escombros do antigo projeto petista escrito no programa do partido em 1979 ("uma sociedade sem explorados e exploradores") e

63 *Folha de S.Paulo*, 24 de julho de 2006.

dos resultados práticos do governo Lula[64]. Mas revela também – e isso é o mais importante – como e por que a sociologia paulista, centrada em suas principais universidades e intelectuais, é incapaz de pensar o futuro e contribuir para a construção de uma alternativa nacional, popular e socialista (nesta ordem!) para o Brasil.

Francisco de Oliveira declara inútil o esforço daqueles que ainda acreditam na política: segundo o sociólogo, as novas forças partidárias de esquerda – PSOL e o PSTU – estão em "busca de uma miragem", porque as medidas adotadas pelo governo são contra a "centralidade do trabalho" que cedeu espaço para a política construída pelas "carências". "É a morte da política", diz Francisco Oliveira. "Acabou a história de você depender das relações de força, das relações de classe para desenhar as políticas sociais. É uma clara regressão." No mesmo diapasão, Oliveira afirma que no Brasil "o fundo da irrelevância da política é a desigualdade. Não é mais plausível, para nenhum de nós, que você possa, por meio da política, atravessar o Rubicão. Não é mais possível".

Algum tempo antes, às vésperas da primeira vitória eleitoral de Lula, Francisco de Oliveira escreveu um ensaio no qual analisava o que chamou de a "política numa era de indeterminação" [65]. No antigo texto, a dependência e o subdesenvolvimento já não figuravam em seu horizonte teórico, razão pela qual, ao concluir a leitura, ficávamos com a sensação de que nada poderia ser feito diante da desordem criada pelo "neoliberalismo", que tirou a centralidade do trabalho em uma época em que a acumulação de capital está determinada pela lógica do antivalor[66]. A despeito da importância decisiva da dívida pública (interna e externa) como instrumento de acumulação para distintas frações do

64 Talvez Oliveira apenas radicalizou o que chamou de "anulação da política" em ensaio publicado muito tempo antes. Oliveira, Francisco. "Privatização do público, destituição da fala e anulação da política" em *Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

65 OLIVEIRA, Francisco de e RIZEK, Cibele Saliba. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

66 OLIVEIRA, Francisco. *Os direitos do antivalor. A economia política da hegemonia imperfeita.* Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

capital, a questão central de Oliveira é seu completo desprezo pela *questão nacional* e sua disciplina em seguir no programa de pesquisa de seus adversários atuais: uma vez que o conflito entre trabalhadores e empresários foi deslocado para a Nação em função da metamorfose do capital produtivo em capital financeiro, os trabalhadores ficam sem um terreno para o enfretamento classista. Por isso o diagnóstico aparece na forma de um aparente paradoxo: Lula "chega ao governo quando sua classe mergulha numa avassaladora desorganização". [67] De resto, Gramsci, o autor italiano que gozou de imensa popularidade tanto à direita quanto à esquerda em nosso país, também é considerado sem valor heurístico para explicar nosso conflito de classe, pois a tendência na periferia capitalista é o "totalitarismo neoliberal". Impossível não considerar que esta conclusão não representa certo desencanto com a impossibilidade de a democracia liberal vingar na periferia capitalista da mesma forma que o faz nos países centrais. Afinal, por que razão as regras democráticas deveriam valer entre nós como o fazem na França ou nos Estados Unidos? É precisamente este paradigma que está sendo derrotado na experiência latino-americana recente, com a "revolução democrática e cultural" na Bolívia, a "revolução cidadã" no Equador e o "socialismo do século XXI na Venezuela". Nessas experiências, antes que a inutilidade da política e a ameaça do totalitarismo neoliberal, ocorre exatamente o oposto: é possível observar a entrada das massas na disputa pelo poder e o nascimento de um novo horizonte político: a democracia participativa e protagônica. Ao contrário da tradição intelectual brasileira, que precisamos superar com rapidez, esse novo horizonte político que deixa para trás as limitações da democracia liberal (nos termos conservadores, a "democracia sem adjetivos" defendida pelo mexicano Enrique Krauze) somente é possível em função do nacionalismo revolucionário que oferece demonstrações de vitalidade política em vários países latino-americanos, mesmo naqueles em que foi instrumentalizado pela direita (Peru) ou contido por fraudes eleitorais (México). Ora, o "desmanche

67 OLIVEIRA. *A era da indeterminação*, op.cit. p. 278

da classe" foi profundo em todos os países da periferia capitalista, mas esse processo não cancela, obviamente, a luta de classes. Neste contexto, a análise da situação mexicana nos oferece um indicativo claro da natureza do conflito contemporâneo, pois precisamente após a assinatura do TLC (Tratado de Livre-Comércio) com os Estados Unidos e o Canadá o país entrou em grave crise social, enquanto a elite acumulava poder e riqueza. O economista chileno José Carlos Valenzuela Feijoó em minucioso estudo sobre as transformações operadas no regime de classes no México indicou o fundamental a respeito de um país "complexo" e decisivo na cadeia imperialista que não deveríamos desconsiderar: "*En resumidas cuentas, hoy por hoy México se puede catalogar como um país que es* básicamente pequeno-burgués"[68]. O mesmo estudo indica que se trata de uma pequena burguesia muito empobrecida e em processo de decomposição, mesmo que a ocupação destine 68,7% para este setor e somente 29,8% para o proletariado! Enfim, a desorganização da classe operária abriu espaço para um vasto movimento nacional de contestação da ordem, que pode adquirir, cada dia de maneira mais visível, um caráter anticapitalista. Não seria este o momento de elucidar a *questão nacional*[69] como único meio de entender o conflito de classes considerado por Oliveira como "deslocado"?

No Brasil, ao contrário do que indica Oliveira, é fácil verificar o consenso burguês: todas as frações de classe que acumulam riqueza e poder no período posterior a 1994 são disciplinadas defensoras da "austeridade fiscal", ou seja, defendem em uníssono que a dívida pública siga sua marcha meteórica enquanto penaliza as classes subalternas e parte da classe média com a pedagogia das migalhas na aplicação de políticas públicas (educação, saúde, transporte, ciência e tecnologia, cultura etc.). Enfim, o fenômeno por ele identificado como "financeirização/extroversão da economia" *pode* garantir os interesses gerais das classes dominantes e reservar um lugar ao sol para as classes subalternas. Também ao contrário do que afirma Oliveira, a hegemonia pode ser garantida "sem um mínimo de materialidade da igualdade", desde que os programas sociais como "bolsa família", por exemplo, mantenham o controle político da rebeldia popular afastando o espectro da fome – e também da rebeldia – em nome da cidadania. A caridade pode ser detestável para o "espírito republicano", mas é uma forma de controle e um recurso político valioso no exercício da hegemonia. É precisamente nesse contexto que as classes dominantes – especialmente no segundo mandato do presidente Lula e no primeiro mandato de Dilma – produzem uma inédita digestão moral da pobreza na medida em que pretendem legitimar a ideologia segundo a qual estamos diante de uma solução da "questão social" sem a necessidade de tocar na propriedade privada e no monopólio do poder político.

Francisco de Oliveira descarta a análise da proeminência da questão nacional no Brasil pós 1994 e prefere decretar a irrelevância da política na era da indeterminação. Nem mesmo Wallerstein, sociólogo que goza de prestígio em certos ciclos intelectuais no país foi tão pessimista, pois ele considera que, no momento, o desafio consiste em criar uma "nova ideologia de esquerda", ainda que estejamos navegando "por mares dos quais não há mapa". [70] Contudo, mesmo Wallerstein não entrega os pontos: este momento não é para pessimistas nem para otimistas. Na esteira das contribuições do Nobel de Química, Ilya Prigogine[71], o momento, segundo Wallerstein, é de esgotamento de um sistema histórico, o *moderno sistema mundial*, que nos colocou em uma bifurcação sistêmica,

68 VALENZUELA FEIJOO, José. *México 2006: ¿Una crisis mayor?* 5ª ed. México: Horizontes Críticos, 2006, p. 83.

69 Ver SPILINBERGO, Jorge Enea. A questão nacional em Marx. Florianópolis: Editora Insular, 2002.

70 WALLERSTEIN, Immanuel. *Después del liberalismo.* México: Siglo XXI Editores, 1996. Wallerstein não pertence ao que aqui denominamos "pensamento crítico latino-americano", ou seja, uma corrente de intelectuais que fazem teoria social com o objetivo explícito de fundamentar a revolução social. Por esta razão, Wallerstein deposita suas esperanças políticas nos chamados "movimentos antissistêmicos" e não no apoio a movimentos que lutam pela conquista do estado.

71 PRIGOGINE, Ilia. *El fin de las certidumbres.* Santiago de Chile: Editorial Andres Bello, 1996.

"o que significa que ações muito pequenas de grupos aqui e ali podem modificar os vetores e as formas institucionais em direções radicalmente diferentes" [72]. Esta época, *indeterminada*, abre para Wallerstein a possibilidade das escolhas sem, contudo, garantir um resultado, pois vivemos também uma época de soluções aleatórias. É claro que nesta reflexão não há espaço para certezas leninistas, mas, ainda que de maneira pálida, abre possibilidades para os movimentos antissistêmicos. Antes que a morte ou a inutilidade da política, o que temos é precisamente o oposto: uma época com terreno fértil para o experimento, uma época de "câmbio social". Enfim, o contraste é completo: a era da indeterminação é, para Wallerstein, não somente expressão da crise de uma hegemonia no interior do sistema mundial, mas representa a própria crise da civilização capitalista com as escolhas que todos teremos que fazer. Francisco de Oliveira, ao contrário, considera que no longo prazo todos estaremos mortos – Wallerstein supõem que este *câmbio* ocorrerá nos próximos 50 anos –, mas seu diagnóstico sobre a *indeterminação* representa a própria resignação. Por isso, a "análise concreta de situações concretas" cedeu lugar ao juízo moral e é o correspondente necessário da resignação.

A atual opinião do uspiano contrasta, sem dúvida, com as antigas análises do autor de *Crítica da razão dualista*, livro que, como afirmei, foi importante para aqueles que queriam manter acessa a chama da crítica a um capitalismo que, segundo Oliveira, necessariamente teria que se desenvolver baseado em doses crescentes de exploração da força de trabalho. Na época em que escreveu sua *Crítica*, as esperanças classistas estavam acessas e, se no mencionado ensaio não figurava uma defesa do socialismo, pelo menos havia a crítica ao capitalismo realmente existente como ponto de partida da análise sociológica. Para evitar interpretações errôneas, deixo estabelecido que não é meu objetivo crucificar Francisco de Oliveira, pois a resignação individual que ele manifesta não é mais que manifestação de doença profunda e possivelmente endê-

72 WALLERSTEIN, Immanuel. *Conocer el mundo, Saber el mundo. El fin de lo aprendido. Una ciencia social para el siglo XXI.* México: Siglo XXI Editores, 2001, p. 152.

mica: trata-se, na verdade, do colapso de um projeto teórico alimentado pela intelectualidade paulista pelo menos nas três últimas décadas. Mas não de um projeto qualquer, pois a USP e a Unicamp alimentaram boa parte da inteligência brasileira com seus cursos de graduação e pós-graduação. Portanto, trata-se de um fenômeno situado no âmbito da teoria, mais precisamente situado no interior de certa produção sociológica.

Dessa forma, o conformismo de Francisco de Oliveira tropeça com algo essencial para todos aqueles que não abandonaram por diversas razões o bom combate: o intelectual paulista decreta, na verdade, a impossibilidade de qualquer *projeto nacional* e não unicamente a inviabilidade de uma *política classista*, como alguns podem deduzir de suas últimas manifestações. Seria o caso de recordar Marx contra os apologéticos do livre-comércio: *"Si los librecambistas son incapaces de comprender como puede un país enriquecerse a costa de otro, no necesitamos asombrarnos de que los mismos señores comprendan todavía menos que, dentro de un país, una clase se enriquezca a costa de otra"*[73]. Ou seja, há que buscar, *contra* a tradição do marxismo brasileiro, a necessária articulação entre classe e nação, entre socialismo e nacionalismo! Em outros termos: urge a solução classista da questão nacional.

A declaração de inutilidade da política é, obviamente, indissociável da ascensão e colapso do *projeto petista* de transformação social, evidente depois que o ex-líder sindical do ABCD – o coração proletário da república burguesa – chegou à presidência e executou sem vacilação a política de seu antecessor (Fernando Henrique Cardoso) e preconizada pelo exclusivismo burguês, seja ele produtivo ou financeiro.

Neste contexto, há mesmo a emergência de uma "nova classe" social com a presidência de Lula? Há tempos atrás, o mesmo Francisco de Oliveira anunciou a existência de uma "nova classe", a propósito da presença sindicalista no Palácio do Planalto executando políticas ditadas por organismos internacionais como o FMI. A hipótese é certamente insustentável e, como demonstrarei, nada original. Quando versou

73 MARX, Karl, "Sobre el problema del libre cambio", em MARX/EGELS, *Obras Fundamentales*. T. 11, México: FCE, 1987, p. 554.

sobre a emergência de uma "nova classe", Oliveira alegou que o fim da centralidade do trabalho impedia uma nova utopia socialista. Na década de 50, Milovan Djilas também anunciou a emergência de uma "nova classe" no interior do que chamou o "sistema comunista" em momento de grande desilusão política. Contudo, enquanto a indignação de Oliveira é indecifrável, o diagnóstico de Djilas era em grande medida preciso: "A origem social da nova classe está no proletariado, assim como a aristocracia de uma sociedade camponesa e a burguesia de uma sociedade comercial e artesanal... Há outras razões pelas quais a nova classe age sempre como campeã das classes trabalhadoras. Ela é anticapitalista e, consequentemente, depende das camadas de trabalhadores. A nova classe é sustentada pela luta proletária e pela fé tradicional que o proletariado deposita numa sociedade socialista, comunista, sem explorações brutais. É vitalmente importante para a nova classe assegurar um ritmo normal de produção, de forma a não perder nunca o seu contato com o operariado. E, o que é ainda mais importante, a nova classe não pode atingir a industrialização e consolidar seu poder sem o auxílio das classes trabalhadoras. Por outro lado, a classe proletária vê na expansão da indústria a salvação da pobreza e do desespero[74]".

Poderíamos ser mais exaustivos a respeito, mas este breve recurso a Djilas basta para exibir com clareza a inadequação conceitual de Oliveira, pois onde impera a desorganização do sujeito histórico não pode haver legitimação do projeto de uma nova classe. Afinal, o ex-presidente Lula não perde a oportunidade para registrar que as elites não poderiam reclamar de seu governo, pois, nas palavras do próprio presidente, jamais a "burguesia ganhou tanto dinheiro" como no período recente. A dominação classista no Brasil nunca foi tão eficaz. A propósito da teoria sobre uma "nova classe" no Brasil anunciada por Oliveira, recordo que René Zavaleta, o marxista boliviano morto precocemente na década de oitenta, já havia elucidado o problema ao sobrepor a "forma multidão" à "forma classe", em brilhante análise do conflito social no país andino[75].

74 DJILAS, Milovan. *A nova classe*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1958, p. 67.
75 ZAVALETA MERCADO, René. "Forma clase y forma multitud en el proletariado minero en Bolivia", em *Bolivia, hoy*. 2ª ed. México: Siglo XXI Editores, 1987. O autor tematizou a questão do nacional-popular na Bolívia em livro póstumo, lamentavelmente incompleto, mas suficientemente elaborado em seus três primeiros capítulos para ser ignorado. Ver *Lo nacional-popular en Bolivia*. México: Siglo XXI Editores, 1986.

Para o marxista boliviano, "en pocos lugares en el mundo es tan acabada la centralidad obrera como en la implantación de lo nacional-popular en Bolivia"[76]. Ou seja, a elucidação da questão nacional está intrinsecamente vinculada a configuração de classe. Não se trata de um *ou* outro, mas precisamente de um *e* outro! Neste contexto, é espantoso que as teses de Hardt e Negri sejam consideradas como "originais" e merecedoras de tanta badalação quando, na verdade, aparecem com anos de atraso e sem o rigor teórico que podemos verificar na obra do boliviano René Zavaleta, de resto, comprovada inteiramente pela chegada de Evo Morales ao governo da Bolívia. Enfim, a sociologia paulista opõe a análise da classe à questão nacional, razão pela qual o nacionalismo figura como estorvo político, ideologia da classe dominante, inimigo dos verdadeiros comunistas e socialistas.

Neste contexto, qual a base para sustentar a erupção de uma "nova classe" no Brasil? A "teoria" do fundo público e as "leis" do antivalor. É muito pouco. Analisemos cada uma destas hipóteses.

As ilusões liberais

Foi do próprio Francisco de Oliveira a advertência segundo a qual a "sociologia ingênua" supôs a extinção das classes que, segundo ele, apenas transitaram de seus "invólucros privados, para sua forma pública". As antigas ilusões liberais de Oliveira o levaram ao entusiasmo com as "câmaras setoriais", logo destruídas pela, chamemos assim, "incapacidade republicana" da burguesia paulista em negociar com os trabalhadores e reconhecer sua cidadania. O que ocorreu, segundo Oliveira, foi o retrocesso da classe à "condição de mercadoria", objetivo neoliberal.

A questão central da nova conjuntura brasileira – segundo Oliveira – estaria dada pelo fato de que "o padrão de financiamento público

76 *Ibidem*, p. 222

"implodiu" o valor como único pressuposto da reprodução ampliada do capital, desfazendo-o parcialmente enquanto medida da atividade econômica e da sociabilidade em geral".[77] Neste contexto, "o capital se move agora numa relação em que o preço da força de trabalho é indiferente do ponto de vista das inovações técnicas e o parâmetro pelo qual mede a valorização do capital é agora um *mix*, em que o fundo público não entra como valor".[78] Em outros termos e na mesma direção, o antivalor é definido como "um valor que busca a mais-valia e o lucro, e uma outra fração, que chamo de antivalor, que por não buscar valorizar-se *per se*, pois não é capital, ao juntar-se ao capital, sustenta o processo de valorização do valor"[79].

Francisco de Oliveira não revela a exata medida ("parcialmente") em que a valorização do valor se realizaria agora por meio do "fundo público", debilidade que compromete decisivamente sua pretensão teórica. Ainda assim, é óbvio que o desafio que resulta de sua formulação implicaria em revelar até que ponto a valorização antivalor derivada do fundo público exige, no chão da fábrica, quotas adicionais de mais-valia. Não representa uma novidade nos estudos marxianos o fato de que a valorização fictícia do valor implica em quotas adicionais de exploração da força de trabalho no processo produtivo. O sindicalismo integrado à ordem burguesa (CUT ou CGT) sabe, em consequência, que a hegemonia do "neoliberalismo" trouxe tempos difíceis para os trabalhadores. É também óbvio que Oliveira descarta essa pista porque se trata de uma condição essencial para que sua hipótese permaneça de pé. Enfim, para Marx, a categoria de "capital fictício" nada possui de antivalor, porque – entre outras razões – implica em adicional quota de mais-valia aos trabalhadores produtivos! Como sabemos, Marx não ignorou o fenômeno, razão pela qual no Tomo III de *O Capital* afirmou claramente que a acumulação de capital-dinheiro – assim também o sistema da dívida pública – se "reduziria" a "acumulação de *títulos de propriedade sobre o*

77 Oliveira, Francisco. *Os direitos do anti-valor*, op.cit., p. 27.

78 *Ibidem*, p. 31

79 *Ibidem*, p. 53

trabalho". É claro que tal fenômeno implica em títulos de propriedade sobre minas, ferrovias etc, da mesma forma que um eficaz meio de assegurar adicional massa de mais-valia por meio de adicional soma de impostos. É precisamente esta "conexão" que está completamente ausente na teoria do antivalor de Francisco de Oliveira. Enfim, sempre que o fantasma da superexploração ronda o espectro político dos marxistas brasileiros, surgem "novas teorias" destinadas a exorcizar este terrível fantasma das ciências sociais no Brasil.

Francisco de Oliveira supõem que o Brasil entrou na rota da "desmercantilização da força de trabalho" (como se tal processo existisse no mundo!), pois os "componentes de sua reprodução representados pelo salário indireto são *anti-mercadorias sociais*". Também por isso, ele considera que "o preço da força de trabalho é indiferente do ponto de vista das inovações técnicas". Este schumpeterianismo aqui introduzido de forma desavisada não constitui somente ecletismo estranho à Marx, mas é indispensável para afirmar que a pauperização – absoluta ou relativa – não se confirmou no sistema capitalista, razão pela qual assistiríamos uma "expansão do consumo de todas as classes nos países mais desenvolvidos, e uma renovada e inusitada expansão do investimento". Eis em *natura* a "base teórica" para justificar a emergência da "nova classe social" na periferia do sistema capitalista, caracterizada pela súbita e surpreendente aparição da "classe C", do "precariado" ou dos "sentidos do lulismo". Esta sorte de "marxismo" se caracteriza pela ausência de Marx, renúncia da teoria do valor-trabalho e está composta por pitadas de regulacionismo francês, cuja expressão maior é o suposto da "indiferença da moeda" e não a política dos países imperialistas em negar aos países periféricos soberania monetária.

A "revolução copernicana" que anuncia Francisco de Oliveira somente ganhou certa importância porque o estudo de Marx desapareceu nas ciências sociais e poucos são os que recorrem ao *O Capital* com ânimo de polemizar com as teses fáceis que prosperam nas faculdades de economia, sociologia ou serviço social. Ela foi possível porque a antiga hipótese de Francisco de Oliveira sobre "o estatuto rebaixado

da força de trabalho", anunciada em *Crítica à razão dualista*, ou seja, a superexploração dos operários, foi simplesmente abandonada pelo autor sem qualquer explicação em seus estudos posteriores. É claro que a hipótese do "antivalor" foi anunciada ainda em 1988, portanto, muito tempo antes de FHC ou Lula chegarem ao governo. Mas também é preciso observar que essa hipótese *parecia* ter sido confirmada depois da ascensão dos dois à presidência da república. No centro da hipótese podemos observar não somente uma particular compreensão do que Francisco de Oliveira entende por "teoria do valor" como também sua crença na existência do "fundo público". Este seria a negação parcial do valor que terminaria por "destruir o caráter autorreflexivo do valor, central na constituição do sistema capitalista enquanto sistema de valorização do valor". Na verdade, a inclinação *srrafiana* de Francisco de Oliveira é explícita e se "resolve" pela proporção que o "fundo público" tomou no capitalismo contemporâneo. Um exemplo explícito é o fato de que para o autor a indexação dos benefícios sociais ao salário tornou este "o parâmetro básico da produção de bens e serviços sociais públicos". Este fato seria para Oliveira o "oposto da extração da mais-valia". Assim, os bens financiados ou produzidos pelo fundo público revelam que o "preço é determinado como uma quota-parte do salário: isto é, a tarifa de um serviço público como o metrô é calculada tendo-se como referência uma parte do salário destinada a gastos de transporte." Tal afirmação equivale a dizer que os capitalistas respeitam de alguma forma os limites do fundo público, como se fosse possível à raposa saciar sua fome num galinheiro. Ora, a tarifa do transporte público, não obstante os elevados subsídios concedidos aos capitalistas do setor, não impedem que o preço do transporte constitua-se num eficaz mecanismo de exploração dos trabalhadores. As jornadas de junho de 2013 no Brasil começaram precisamente com a explosão do protesto contra a elevação das tarifas do transporte público concedido pelo Estado aos capitalistas em detrimento da maioria da população. O insuspeito Delfim Neto escreveu que aproximadamente 4 milhões de paulistas consideram o transporte tão caro e ineficiente que decidiram utilizar o tempo de até 4 horas diárias destinados ao transporte público caminhando de suas casas ao trabalho e vice-versa. Enfim, a generosidade (petista e tucana) do "fundo público" não regula a "antimercadoria" que, segundo os estudos do Movimento do Passe Livre (MPL), consomem até 31% do salário dos trabalhadores no coração burguês do país, o que equivale a dizer que a ação do fundo público não é suficiente para garantir determinada taxa de lucro aos capitalistas do setor. Os capitalistas saqueiam o Estado via novas concessões e arrocham os trabalhadores na tarifa. A conclusão é que somente há alguns meses os cientistas sociais que elaboram políticas públicas admitiram que os serviços públicos são mesmo muito ruins, caros e fonte de acumulação para setores com alto ou baixo grau de monopolização. Em poucas palavras: não há limites para determinar o preço de qualquer serviço público, razão pela qual não há contradição entre a força do "fundo público" e a extração de quota adicional de mais-valia via aumento de tarifa. Definitivamente, não é a alocação de uma parcela do fundo público que determina a "taxa de retorno" ou seu equivalente, a "taxa de lucro".

Não dedicarei aqui esforço para reafirmar a teoria do valor trabalho de Marx. Ademais, sempre que se pretende descartar Marx não permanece dúvida: a lei do valor é simplesmente considerada "superada".

Na hipótese do "fundo público", qual seria o resultado dessa mudança no conflito de classes? Em primeiro lugar, ocorreria segundo Oliveira um "deslocamento da luta de classes da esfera da produção, do chão da fábrica ou das oficinas ou ainda dos escritórios, para o orçamento do Estado".[80] É preciso registrar que esta definição – com as ilusões e desilusões que implicará – foi escrita em 1993, quando o petismo ainda era uma esperança talvez justificada para muita gente. Naquele período, é possível dizer, Oliveira reduzia a política à disputa no interior do Estado burguês, mas ainda não decretara sua "inutilidade". Enfim, na luta entre as duas partículas, de cargas opostas, o conflito ainda não havia se resolvido em favor do "antivalor" e do "fundo público", en-

80 *Ibidem*,

tendido como a desmercantilização parcial da força de trabalho. Há consequências mais importantes ainda: a ampliação das classes médias é uma decorrência direta da ampliação do fundo público e a base real da erosão do caráter de classe dos partidos de esquerda cuja tradição era afiançar sua força na existência de uma ampla classe operária.

Há, de fato, simpatia generalizada pela "tese" do fundo público como espécie de chave mestra que tudo explica no recente processo de acumulação de capital no Brasil. Ao contrário do senso comum, a hipótese do "fundo público" não é marxista. Na verdade, é uma hipótese anunciada por Simonde de Sismondi em 1819 e que mereceu especial atenção de Marx e também de Lenin muitas décadas depois. Nessa obra, lamentavelmente pouco conhecida, mesmo o romântico Sismondi estabelece claramente que "os fundos públicos não são nada além de um capital imaginário, uma hipoteca sobre a renda que pode nascer do trabalho e da indústria"[81]. A despeito das insuficiências românticas do francês - devidamente criticadas por Lenin - fica claro que mesmo para Sismondi o fundo público depende do trabalho e da indústria. A leitura de sua obra deixa evidente ainda a origem da teoria da mais-valia que, certamente, Marx recolheu inteiramente de Sismondi. É inclusive de Sismondi a expressão *maux-value* utilizada assim, sem cerimônia, em francês. Este reconhecimento não deixa Marx em condição inferior, pois as ambiguidades e confusões existentes tanto em Ricardo quanto em Sismondi sobre a teoria do valor desaparecem na teoria marxiana, chave mestra com a qual podemos elucidar tanto o crédito quanto a categoria de capital fictício. É realmente uma lástima que os economistas brasileiros desconheçam a escola clássica, tanto à esquerda quanto à direita do espectro político. O recurso ao chamado "fundo público" se transformou, em consequência, em via fácil e cômoda para evitar a análise sobre o papel do capital fictício e da valorização financeira do capital no capitalismo dependente. Da mesma

81 SISMONDE DE SISMONDI, Jean-Charles-Leónard. *Novos Princípios de Economia Política (1819-1827)*. V. 9. Curitiba: Raízes do Pensamento Econômico, SEGESTA Editora, 2009, p. 31.

forma, Oliveira oculta toda e qualquer conexão entre o fortalecimento do fundo público e o aprofundamento da exploração do trabalho tanto no centro como na periferia do sistema capitalista. Não é o caso de ser exaustivo neste momento, mas é decisivo assinalar que sem a análise sobre o endividamento externo e interno do estado nacional - independente de sua origem - toda a crítica sobre a política econômica evita a questão central no que diz respeito ao debate sobre o "fundo público". Durante muito tempo, grande parte dos estudos sobre a política social, por exemplo, se resumiu em criticar as políticas focalizadas, cuja origem é o Banco Mundial e o FMI. Contudo, os defensores de uma política social mais ampla curiosamente evitam a análise do caráter destrutivo e "parasitário" do capital financeiro e nem de soslaio abordam tanto o tema da deterioração dos serviços públicos quanto o inevitável tema da moratória do sistema de dívida. Quando metade do orçamento do país é destinada ao pagamento religioso dos juros da dívida interna e externa, não se pode senão concluir que as políticas públicas, exatamente aquelas que supostamente estariam garantindo um novo padrão de reprodução da força de trabalho, serão necessariamente limitadas, incapazes de garantir a vigência do antivalor. De resto, é óbvio que existia certa ilusão "melhorista" na hipótese de Francisco de Oliveira, pois quando ele a anunciou ainda alimentava ilusões sobre as possibilidade de Lula encabeçar um processo de alterações substanciais na sociedade brasileira. Não se trataria de um reformismo forte, algo formulado, por exemplo, pelo PCB no passado, mas de um processo de mudanças que garantiria uma "inserção não subordinada" na economia mundial, ou seja, a conhecida e cômoda fórmula que prosperou entre muitos economistas do PT (especialmente da Unicamp) que evita o problema estrutural do subdesenvolvimento e da dependência.

O que é o Ornitorrinco?

O estabelecimento de um programa de pesquisa não é tarefa fácil. Em primeiro lugar é uma determinação social repleta de condicionamentos, entre os quais, muita ideologia. Por esta razão não é, jamais,

uma eleição arbitrária, fruto da liberdade de consciência dos professores universitários. Para sua plena consolidação, operam muitas circunstâncias.

Neste contexto, a hipótese de Francisco de Oliveira sobre o *Ornitorrinco* representa uma regressão intelectual considerável, pois ocorre justamente no momento em que a consciência social - ou seja, forças políticas, econômicas, culturais em conflito - ressurge no continente latino-americano com força suficiente para enfrentar, ainda que muitas vezes de maneira inconsistente, o domínio da classe dominante. Em resumo: há, de fato, na América Latina, um interesse renovado sobre os caminhos da superação do subdesenvolvimento e da dependência. Não por acaso ressurgiu um imenso interesse nos autores radicais, mesmo num ambiente universitário sabidamente hostil, movimento destinado a diminuir antiga resistência política e intelectual em relação ao programa de pesquisa sobre a teoria da dependência. É natural que assim seja, pois no exato momento em que reaparece o desenvolvimentismo com força ideológica - esta verdadeira religião dos países subdesenvolvidos - se estabelecem igualmente as possibilidades e mesmo a necessidade para uma crítica da ordem dominante. Portanto, o interesse que já é possível observar nas novas gerações de estudantes das ciências sociais em recuperar autores até agora proscritos expressa tão somente as contradições existentes no continente latino-americano, em especial no Brasil. Esse ressurgimento representa, em nosso país, certa ruptura com a distância intelectual que marcou nossa evolução nas últimas décadas em relação ao ambiente intelectual de outros países do continente. Portanto, trata-se de um momento histórico decisivo para o futuro das ciências sociais no Brasil. As condições sociais para recuperar o antigo programa de pesquisa - interrompido pela vitória político-militar das classes dominantes em 1964 - estão dadas. Mas não há, obviamente, nada assegurado e tampouco se trata de uma tarefa simples.

É neste contexto que o tema (ou seria melhor dizer, a metáfora?) do *Ornitorrinco* representa uma regressão intelectual que merece análise, pois pode significar um desarme teórico com graves consequências políticas no Brasil. Trata-se de uma peça de extração conformista, uma demonstração da fatiga sociológica, uma renúncia ao combate e, como efeito, a "fundamentação" necessária para a crítica de natureza moral que domina o ambiente da esquerda intelectual em nosso país. Afinal, o que é o *Ornitorrinco* senão uma confissão de impotência crítica?

Francisco de Oliveira supõe que, em função das mudanças na economia mundial, a representação de classe perdeu sua base no Brasil, da mesma forma que esfacelou seu poder político. Por isso, "nas específicas condições brasileiras, tal perda tem um enorme significado: não está à vista a ruptura com a longa 'via passiva' brasileira, mas já não é mais o subdesenvolvimento." Podemos concluir, em primeiro lugar, que a "via passiva", ou seja, o desenvolvimento capitalista hegemonizado pelas distintas frações de classe da burguesia terá vida longa, especialmente após a incorporação do PT como partido da ordem. Esta conclusão ou premissa é de ampla aceitação, mas pode ignorar contradições importantes que estão em curso e para as quais o pacto de classe que dirige o Brasil desde 1994 - Plano Real - não possui respostas. Não desenvolverei aqui minhas reservas a esta hipótese, pois implicaria em mudar o foco de nossa crítica. O que significa a afirmação de "que já não é mais o subdesenvolvimento" o que está em questão? Francisco de Oliveira afirma que o Ornitorrinco representa a impossibilidade de permanecer como subdesenvolvido - o que sugere que a antiga condição era de certa forma vantajosa - e tampouco será possível acessar ao período marcado pela "acumulação digital-molecular" que segundo ele caracteriza o capitalismo moderno. Nossa situação configura-se, nas palavras do próprio autor, como espécie de "buraco negro". Enfim, "o Ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão"! Poderia existir maior confissão de impotência política?

Ainda que Francisco de Oliveira pretenda certa continuidade entre a tradição cepalina e seu *Ornitorrinco* - considerado por ele como "exacerbação da heterogeneidade estrutural" indicada por Aníbal Pinto -, a verdade é que essa consideração não impede senão o cancelamento do antigo programa de pesquisa em nome da impotência diante da história.

Neste contexto, é possível pensar que se trata de um "fim de história" para os países dependentes latino-americanos, pois segundo o autor não pertencemos ao passado – o subdesenvolvimento – e tampouco temos possibilidades futuras. A partir de agora, restariam apenas as "acumulações primitivas", simbolizadas pela privatização das estatais ou por diminuição de direitos previdenciários, por exemplo. Enfim, o "neoliberalismo" estaria eternizado!

É neste terreno que podemos entender o significativo recurso a metáfora. Ornitorrinco? Francisco de Oliveira supõe que a revolução molecular-digital organizada pelos países centrais condenou os países latino-americanos ao mamífero. O "estatuto rebaixado da força de trabalho" já não é uma alternativa para a acumulação capitalista periférica. Enfim, a "superexploração da força de trabalho" já não comanda o processo. Afinal, se aceitamos estas hipóteses, de onde então provêm as forças que regem este mundo, e muito especialmente a periferia capitalista?

O otimismo burguês, arma ideológica necessária para alimentar todas as ilusões sobre as potencialidades do Brasil gigante, já não é capaz de seduzir; mas também não é mais necessário estudar o subdesenvolvimento porque já não se trata disso. Enfim, estaríamos numa espécie de limbo! Qual a vantagem analítica do Ornitorrinco? Não tenho dúvidas ao afirmar que o recurso à metáfora, essa curiosa e pretensa mescla entre marxismo e darwinismo, é apenas uma receita simpática para contemplar a incapacidade de sair da hegemonia paulista do pensamento liberal, a forma burguesa específica tal qual todo intelectual paulista professa o ceticismo funcional à ordem burguesa, por mais elevadas que sejam as doses de indignação moral. Enfim, enquanto condena moralmente o adesismo, a nova perspectiva de Francisco de Oliveira desarma o combate teórico e político. A breve menção a "heterogeneidade estrutural" que Francisco de Oliveira recorda para sustentar teoricamente o Ornitorrinco representa, neste contexto, um vínculo apenas tênue com a Cepal. Afinal, o que seria a "exarcebação" da clássica forma cepalina indicada por Aníbal Pinto? A heterogeneidade estrutural é, de fato, uma importante característica do desenvolvimento capitalista na América Latina;

ainda assim, vale a pena recordar que Agustín Cueva já anotou, em seu clássico livro em 1977, sobre a "acentuada heterogeneidade da formação social brasileira" quando analisou a estrutura desigual do subdesenvolvimento. Portanto, não estaríamos diante de uma novidade. Contudo, Oliveira apenas menciona esta característica – a heterogeneidade estrutural – sem tirar dela todas as consequências teóricas e políticas necessárias.

Na tradição do pensamento crítico latino-americano (Marini à frente), eu diria que a superexploração opera agora de forma ainda mais visível, enquanto Oliveira simplesmente indica sua obsolescência nos termos clássicos. A família cebrapiana moldou laços intelectuais realmente sólidos: Giannotti, sempre mais desinibido, foi ainda mais longe que Oliveira ao afirmar que: "Sabemos que a Economia de hoje abandonou inteiramente o conceito de valor-trabalho. E não poderia ser de outro modo, pois ele, como veremos em seguida, havia esgotado sua capacidade de medir a riqueza social contemporânea, tornando-se assim inútil para todos aqueles que pretendem construir modelos reduzidos do que se mostra nos diversos mercados"[82].

Em Giannotti, a completa negação da lei do valor implica em elogio à neoclássica, enquanto que em Oliveira abre o espaço para a teoria do antivalor. O primeiro descarta por completo a lei do valor-trabalho de Marx, enquanto o segundo a mantém apenas parcialmente, quase camuflada, como uma referência longínqua, um aroma na defesa de sua hipótese sobre o "fundo público".

O cenário latino-americano

Na análise da cena latino-americana, o pessimismo do sociólogo uspiano coincide com a emergência da luta nacional-popular na América Latina e com a retomada da iniciativa política por parte das classes subalternas. Não se trata apenas da ascensão do ex-líder cocaleiro Evo Morales na Bolívia e de Hugo Chávez na Venezuela, Rafael Correa no

82 GIANNOTTI, J. A. *Certa herança marxista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 126.

Equador ou ainda da vitória do ex-tenente-coronel Ollanta Humala no Peru (mesmo que uma vez eleito tenha assumido uma posição francamente alinhada com Washington). Há ainda, mesmo quando a direita "vence" – como no México –, a inevitável crise de legitimidade que acompanhou o governo de Felipe Calderón, posto que este impediu Andrés Manuel Lopez Obrador de chegar à presidência por meio da fraude eleitoral, fenômeno que de certa forma se repetiu com Enrique Peña Nieto. Neste contexto, é inegável que as forças nacionais representam a única resposta possível à modernização capitalista impulsionada desde 1982 e acentuada com as chamadas políticas "neoliberais" após 1988. A emergência do nacional-popular na América Latina não representa uma tendência passageira e não deixará de crescer no futuro próximo, como alertou o General James Hill, chefe do Comando Sul, quando identificou no "populismo radical" a maior ameaça para a dominação imperialista estadunidense no continente.

A origem de certo desencanto intelectual, ou a erupção do que denomino a "fatiga da sociologia" – no caso brasileiro –, é subproduto da precoce adesão do Partido dos Trabalhadores (PT) à ordem burguesa. Digo *precoce* porque no Brasil a estratégia de ruptura com o sistema político nem mesmo foi considerada pela hegemonia que finalmente se impôs ao Partido. A adesão à ordem burguesa não foi produto de uma derrota política do PT, pois este era resultado do combate operário à ditadura e, em sua breve existência, colheu importantes vitórias políticas lastreadas pelo radicalismo que professava. Os resultados eleitorais que alimentaram a carreira dos atuais dirigentes foram, na verdade, garantidos pelo radicalismo político e certa recusa em aderir às formas burguesas de fazer política. Enfim, ao contrário do que divulgam a burocracia partidária petista com amplo apoio da imprensa, o êxito eleitoral de Lula não ocorreu "apesar do Partido" – como divulga a grande imprensa e seus intelectuais a serviço – ou ainda produto do bom comportamento que acabou por dominar aquele que foi o maior partido de esquerda da América Latina.

A despeito de seu colapso, é preciso reconhecer a importância histórica do PT, pois a construção do partido significou o fim de certo isolamento social para a esquerda revolucionária, força que jogou papel decisivo na sua consolidação. É óbvio que mais adiante, além de promissora carreira parlamentar, rendeu para muitos também bons empregos junto às classes dominantes e inclusive espaços nos ministérios e representações em órgãos nacionais e internacionais sempre atrativos. Contudo, na medida em que seus principais dirigentes adotaram como lema a *administração competente* do capitalismo, como ensinou Thorstein Veblen, a capacidade de representar uma referência crítica para a sociedade se desfez por completo. Para os "autênticos", restou a indignação moral, pois a maioria recebeu essa conversão como um signo do fracasso de sua própria trajetória. Na prática, esqueciam que a derrota da esquerda em 1964 e, posteriormente, a derrota da luta armada contra a ditadura – no primeiro caso uma derrota sem luta – haviam deixado marcas muito profundas em uma esquerda pouca afeita ao radicalismo e à memória histórica.

De maneira insistente, e certamente com boa dose de razão cínica, o presidente Lula espeta seus adversários quando diz que não poucos esperavam que seu governo fosse um caos na condução da economia, inepto na criação de programas sociais, inábeis na hora de conduzir a política externa etc., o que, efetivamente, jamais ocorreu. Lula e o PT conduziram tão bem os interesses do bloco dominante que deixaram seus adversários sem programa, pelo simples fato de que executam a política oficial inspirada pelo FMI e glamourizada pelos socialdemocratas sob o argumento da "moeda forte" com mais destreza, com mais *competência*, que seus pares originários. Além disso, uma grande quantidade de intelectuais e professores se transformou no batalhão de formuladores de políticas públicas, lutando no interior do Estado por uma hegemonia que julgavam em disputa.

Muito antes de Lula chegar ao governo, Carlos Nelson Coutinho foi quem mais desenvolveu certo revisionismo nas teses clássicas defendi-

das por grande parte da esquerda brasileira, especialmente aquela que se abrigou no interior do PT. Para tal, ele sustentou a necessidade de um "reformismo revolucionário" destinado a "aprofundar a democracia e superar o capitalismo" sob hegemonia dos trabalhadores que, nas novas condições de acumulação capitalista verificadas no Brasil, deveria levar em conta o fato de que a classe operária, "sem perder a centralidade, não é mais o único segmento social empenhado em promover uma transformação socialista da sociedade"[83].

Observado em perspectiva e muito possivelmente contra as convicções de Carlos Nelson Coutinho, a nova formulação foi útil para a fração hegemônica do PT, que não perdeu tempo em dar certo brilho intelectual para a tradicional incorporação dos melhores filhos do proletariado à ordem burguesa. Mas revelou, também, que a disputa política no interior do Estado é o terreno mais adverso para a luta emancipatória e mais favorável para as classes dominantes. No que diz respeito a Coutinho, seu apreço pela disputa democrática era anterior à perspectiva oferecida no velho seminário organizado pelo PT em 1988. Pouco tempo antes, Coutinho empreendia claro revisionismo ao refletir sobre a "dualidade de poderes" a partir das pistas deixadas por Engels em conhecida "Introdução" escrita em 1895 para *As Lutas de classe na França*, de Marx. Em um pequeno livro chamado *Dualidade de poderes. Introdução à teoria marxista de Estado e revolução*, Carlos Nelson indica como a democracia seria o novo espaço em que os trabalhadores teriam que lutar para conquistar o socialismo, seguindo a direção indicada pelo inseparável companheiro de Marx. Não será objeto de nossa crítica agora, mas é preciso antecipar que a "famosa Introdução" sempre foi motivo de polêmica, antes de representar uma certeza para as formulações de Carlos Nelson. Contudo, mesmo considerando a valiosa reflexão sobre a teoria do Estado e da revolução, o fato é que esta se limitava à experiência europeia: um texto como o

83 COUTINHO, Carlos Nelson. *PT: um projeto para o Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 20.

de René Zavaleta – *El poder dual em América Latina*, publicado muito tempo antes, em 1974 – foi olimpicamente desconsiderado e, em consequência, predominou no livro de Coutinho a disputa pela autoridade engelsiana da teoria em solo europeu, mas com suposta vocação universal. Mas a teoria que inaugurava um terreno de disputa e determinadas certezas sobre a luta democrática no Brasil ignorava também a polêmica europeia acerca da dualidade de poderes e das últimas observações de Engels, como aquelas indicadas por Bo Gustafsson, acerca das debilidades do revisionismo[84]. Outro livro clássico sobre a disputa no interior do Estado que constitui a crítica mais sistemática ao reformismo – refiro-me ao *El reformismo y la contrarrevolcuión. Estudios sobre Chile*[85] sequer foi considerado, mesmo sendo uma fonte indispensável sobre os graves perigos de uma estratégia repleta de riscos que nos era apresentada como uma novidade histórica e teórica. Novamente, faltou a América Latina na reflexão de Coutinho. Novamente o figurino francês venceu.

Voltemos a Chico de Oliveira. O fenômeno mais importante da modernização capitalista em curso na América Latina não foi, como ele indicou, a virtual desaparição da classe operária, ou seja, do sujeito histórico capaz de impulsionar um programa de transformação radical da ordem burguesa. A ofensiva das empresas transnacionais apoiada pelos estados metropolitanos, especialmente em relação ao controle das riquezas nacionais, deu vazão a que surgisse o *povo* como sujeito transformador. Para lograr tal objetivo, a política dominante certamente debilitou a classe operária, mas basta observar como e com que rapidez o outrora combativo sindicalismo buscou seu lugar ao sol acomodando-se com os novos proprietários das antigas empresas estatais, para verificar o quanto havia de idealização sobre o potencial revolucionário da classe operária sob hegemonia petista. Além do que, a maior parte

84 GUSTAFSSON, Bo. *Marxismo y revisionismo*. Buenos Aires: Grijalbo, 1975.

85 MARINI, Ruy Mauro. *El reformismo y la contrarrevolución. Estudios sobre Chile*, Série Popular. México: Ediciones Era, 1976.

do sindicalismo das montadoras nunca conheceu amor a pátria além do canto do hino nacional em greves que terminavam quando a última nota soava, de tal sorte que olhava os "companheiros" do setor estatal com certa desconfiança. Basta observar que jamais cogitaram entregar a presidência da CUT para alguém que não fosse afinado com o "berço do novo sindicalismo".

A dialética classe/nação não é de fácil solução entre nós. Poucos intelectuais paulistas conseguiram desenvolver alguma sensibilidade para esta questão central em todo processo revolucionário. Octavio Ianni indicou algo – mesmo de maneira genérica – quando escreveu que "na raiz da revolução socialista latino-americana encontra-se também a questão nacional"[86]. Mas é preciso ter cuidado, porque tem sido comum afirmar que a revolução socialista realizará as tarefas nacionais inconclusas no solo latino-americano, da mesma forma que somente em seu interior poderá realizar as tarefas burguesas também incompletas. A propósito, Fernando Martinez Heredia denominou a Revolução Cubana de "revolução socialista de liberação nacional" [87] e vinte anos depois foi possível observar a vocação sandinista (ou seja, nacional) da revolução na Nicarágua. Nesta formulação, obviamente muito mais adequada, a questão nacional não está subsumida à revolução socialista, mas é seu caminho de realização. Não há subalternização!

No Brasil, o desprezo pelo nacionalismo por parte dos dirigentes da classe operária, especialmente em São Paulo, é tão conhecido quanto nefasto para uma revolução socialista. Portanto, sem elucidar a questão nacional não haverá possibilidades políticas de abrir um período de grandes transformações em favor do povo no país. Antes que a re-

86 IANNI, Octavio *Classe e nação*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986, p. 134. Em outro livro, Ianni aborda novamente o tema: "as revoluções populares em curso na América Latina no século 20 sugerem outras formas de organizar a sociedade nacional, o estado-nação. Pode-se dizer que um dos segredos da revolução cubana, assim como da sandinista, deve-se ao fato de que são revoluções nacionais, ao mesmo tempo em que se definem socialistas. Ver IANNI, Octavio.*O labirinto latino-americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 1993, p. 78.

87 HEREDIA, Fernando Martinez. *En el horno de los 90*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005, p.59.

núncia política, o papel dos intelectuais é de corrigir as insuficiências da teoria sociológica brasileira, cuja origem é eurocêntrica, que, para nacionalizar-se, teria que deixar para trás a condição de um "departamento francês de ultramar".

Considerando escritos anteriores de Francisco de Oliveira, seu desencanto atual esquece importantes observações feitas por ele mesmo sobre a questão regional brasileira. Neste contexto, pode-se afirmar que a atual desilusão de Oliveira com a classe operária não se justifica, pois foi ele mesmo quem escreveu que no Brasil o "proletariado nunca se completa enquanto tal: a enormidade da reserva de força de trabalho cria uma assimetria entre a subsunção real e a subsunção formal ao capital; a existência de enormes conjuntos de trabalhadores no setor dito "informal" reforça essa intermitência, conferindo-lhes ares de autonomia". [88] Ora, como pensar a emergência do povo?

Não há, contudo, razão para esmorecer. Menos ainda para a frouxidão teórica. Agora que os "operários no poder" foram incapazes de transformar a realidade em favor das maiorias, a perda de esperança nesta sorte de classicismo legitimado pela sociologia paulista é na verdade uma vantagem excepcional: quem sabe não estamos descobrindo por caminhos adversos a importância da questão nacional outrora exorcizada pelo discurso de suposta inspiração marxista? Quem sabe o socialismo não começa agora a deitar raízes na questão nacional também no Brasil? Quem sabe agora o canto da "globalização" como via para estrangular a nação não encontrará seu fiel tradutor em termos políticos?

Neste contexto, a herança e textura antinacionalista da sociologia paulista é um obstáculo a superar. Em grande medida, o êxito dos intelectuais paulistas nasce precisamente de sua tenaz e permanente oposição a qualquer reconhecimento da importância do nacionalismo como força política e econômica. Textos reconhecidos pela academia como "clássicos" e assinalados como referência no debate político eram francamente débeis, mas sempre foram exibidos como referências indis-

88 OLIVEIRA, Francisco *O elo perdido. Classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 130.

cutíveis; um exemplo notável é o conhecido *O populismo na política brasileira* de Francisco Weffort[89]. Texto festejado na exata medida de seu antinacionalismo de suposta inspiração classista, o caminho paulista que opõem marxismo e nacionalismo de maneira inexorável. O rechaço ao nacionalismo – somente utilizado para espetar a ditadura "entreguista" dos generais pós 64 ou o ataque à democracia no Estado Novo de Getúlio Vargas em 37 – não era suficiente para restar credibilidade ao discurso da maioria dos intelectuais, pois eles seguiam professando convicções classistas, supostamente apoiadas no marxismo ou declaradamente de inspiração marxista que desconhecia a nação e o nacionalismo como forças indispensáveis para a construção do socialismo na América Latina. Neste sentido, esta perspectiva recuperou da Revolução Cubana apenas a refutação do marxismo dominante no PC brasileiro, para quem o socialismo era impossível nos trópicos se não antecedido pela revolução democrático-burguesa em que, obviamente, a burguesia nacional teria um papel decisivo, mas nunca concedeu aos revolucionários de 1959 o reconhecimento das raízes cubanas – portanto nacionalistas – expressadas no Movimento 26 de Julho comandado por Fidel Castro.

Quanto ao PT, visto em perspectiva é fácil observar que o radicalismo petista era apenas verbal, um verniz que foi útil para dar credibilidade ao partido, embora a fração hegemônica e a maioria de seus "quadros dirigentes" nunca logrou emancipar-se da velha concepção que embalou o marxismo oficial do antigo PC, segundo a qual a aliança proletariado--burguesia era decisiva para o "projeto socialista". Justiça seja feita: o PT jamais conseguiu produzir uma interpretação sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro tal como o PCB logrou nos anos sessenta. Não é preciso muita pesquisa para observar que tanto a Cepal quanto parte da academia forneceu a teoria que os partidos brasileiros de esquerda nunca lograram elaborar. Hoje muitos reconhecem, ainda que tardiamente, que o PT nunca se debruçou seriamente sobre a teoria, ainda que à direi-

89 WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*, 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ta, criou-se o esporte nacional de espetar o presidente da república por seu manifesto desapego a leitura. Como se com o presidente-sociólogo "afrancesado" o Brasil tivesse tido mais sorte.

Ao contrário da Europa, na qual intelectuais orgânicos produziam nos partidos e influenciavam a universidade, no Brasil alguns professores universitários proletarizados durante a ditadura se autoproclamavam "trabalhadores" forçando uma identidade socialista ainda que fosse pelo apreço ao macacão: "trabalhador vota em trabalhador", dizia o primeiro bordão! Florestan Fernandes, que logo percebeu o limite da operação sofreu muito de maneira solitária e não deixou recibo sem passar: nas primeiras conversas com Lula, que insistia em levá-lo para o Partido, recordou as difíceis relações de um socialista nato com os operários do ABC sem tradição revolucionária ao perguntar diante da arrogância do (futuro presidente da República) então sindicalista: se vocês são tão bons, "porque não fizeram logo a revolução em lugar de criar apenas um partido"?

No cativeiro paulista

Não é tarefa fácil escapar do cativeiro universitário paulista. A dominação burguesa no Brasil tem lá sua eficácia e utiliza tanto os mecanismos de cooptação e/ou intimidação. É claro que existe importante resistência crítica às ideias dominantes na universidade por parte das ciências sociais paulistocêntricas. Contudo, ainda reconhecendo que os hereges existem, vale aqui a bem humorada e certeira observação de Gunnar Myrdal, atinadamente recuperada por André Gunder Frank: "Até mesmo os hereges permanecem limitados pelo pensamento tradicional na formulação de suas heresias". Veremos a seguir o quanto esta verdade se confirma nas fileiras dos cientistas sociais brasileiros que alimentam a perspectiva crítica.

Neste contexto, é preciso levar a sério a advertência de Marx para quem "as ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época; ou, dito em outros termos, a classe que exerce o poder *material* dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder *espiritual*

dominante"[90]. A luta contra-hegemônica não exclui a possibilidade de que o mais disciplinado militante possa também sucumbir diante do universo teórico e cultural da burguesia. Por isso podemos afirmar que o bloqueio ao pensamento crítico latino-americano produziu efeitos até mesmo entre os intelectuais de esquerda das principais universidades do país. Um exemplo notável é dado por Plínio de Arruda Sampaio Junior, intelectual de inequívoco compromisso socialista. Ricardo Antunes, outro socialista, deu contribuições importantes para manter a centralidade do trabalho como tema obrigatório nas ciências sociais quando muitos abandonaram o barco. Curiosamente, em seus trabalhos, escreveu explicitamente sobre a "superexploração dos trabalhadores" sem mencionar uma única vez Ruy Mauro Marini.

Plínio de Arruda Sampaio Jr. elaborou importante síntese do pensamento de Florestan Fernandes, Celso Furtado e Caio Prado na tentativa de recuperar o tema da revolução brasileira nas ciências sociais. Os ensaios de seu livro estão destinados a pensar a revolução brasileira, mas os méritos de seu esforço não são suficientes para ocultar ambiguidades que se verificam na argumentação e a influência da tradição paulista em seu valioso livro, onde podemos ler um tratamento crítico reservado aos referidos autores como também as reservas tradicionais em relação a Ruy Mauro Marini. A recuperação do pensamento de Florestan Fernandes permite a Plínio afirmar que ele "fornece uma explicação não economicista para a necessidade de uma articulação orgânica entre o *atraso* e *moderno*. Seu enfoque evita, assim, o equívoco de certas teorias que procuram provar, com base em uma lógica puramente econômica, seja a imprescindibilidade seja a prescindibilidade do atraso como condição para a continuidade da acumulação de capital nas regiões subdesenvolvidas". [91] Mesmo em um livro de orientação crítica, que representa certa heresia no universo da Unicamp, também podemos ver as teses de Marini nos limites traçados pela versão da teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso e também de Celso Furtado. É claro que Plínio capta com precisão o fato de que, no Brasil, a tradição cepalina "metamorfoseou-se na perspectiva do capitalismo tardio – uma apologia à saga da industrialização retardatária", crítica evidente a um dos cânones da interpretação de outra pretensão paulista ("Escola de Campinas") de interpretação do capitalismo brasileiro.[92] Recentemente, recebi texto de Plínio em que ele realiza uma crítica à Furtado colocando-o como weberiano[93]. Não deixa de ser importante esse tratamento crítico quando o que geralmente predomina é o elogio apologético a Furtado, contudo é notoriamente insuficiente.

A tese da superexploração da força de trabalho também aparece no livro de Plínio, mas em suas críticas aos autores ali considerados, curiosamente, não existe menção a Ruy Mauro Marini como seu principal formulador, exceto em breve citação em nota de pé de página. Ora, nós sabemos que esta não é uma questão menor: onde impera a superexploração da força de trabalho, não pode existir apologia sobre as virtudes ou as possibilidades do capitalismo periférico. Nesta recuperação crítica, Plínio faz um óbvio esforço para salvar Furtado das malhas do pensamento burguês, mas, na empreitada, creio que termina por comprometer sua própria convicção de que ou a nação se realiza ou se afunda na barbárie. O socialismo como única alternativa é, em seu livro, apenas um espectro, pois as esperanças de que a Brasil poderia trilhar um caminho distinto dos demais países da América Latina e completar seu desenvolvimento são ainda mais fortes do que as possibilidades da revolução socialista. Não por acaso, em outro ensaio onde analisa a impor-

90 MARX, Karl. *La ideologia alemana*. Barcelona/ Montevidéu: Editorial Grijalbo, 1970, p. 50.

91 ARRUDA SAMPAIO JR, Plínio de. *Entre a nação e a barbárie. Os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p. 134. Em artigo recente, Plínio renovou o elogio a FHC ao afirmar que em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* escrito com Enzo Faletto oferece uma "visão panorâmica do impacto da crise da divisão internacional do trabalho sobre a correlação de forças nos países latino-americanos" Veja-se, "Capitalismo do século XXI: crise e barbárie", em *Capitalismo em crise. A natureza e dinâmica da crise econômica mundial*. São Paulo: Sundermann, 2009, p. 130.

92 *Ibidem*, p. 40

93 ARRUDA SAMPAIO, Plínio. *Os limites da raz*ão na periferia capitalista, mimeo, 2009.

tância da crise de 1929 ainda indica que a "visão panorâmica" daquele impacto sobre a correlação de forças nos países latino-americanos, ele ainda indica o festejado ensaio de Cardoso e Faletto. Enfim, mesmo o radicalismo político do PSOL permanece nas malhas da "Escola Paulista" e do "príncipe da sociologia uspiana". Na prática, Plínio repete aqui antiguíssima posição de Weffort, quando, ainda em 1970, portanto muito antes de servir a FHC como ministro de Cultura, o sociólogo afirmou que "(...) é no livro de Cardoso e Faletto que se pode encontrar a tentativa mais ousada de uma combinação entre as relações externas e as relações internas, de tal modo que partes substanciais são dedicadas à analise, fecunda sob muitos aspectos, das relações de classe"[94].

Outro exemplo típico do bloqueio uspiano-campineiro ao marxismo latino-americano pode ser observado na importante obra de Ricardo Antunes, autor que sem dúvida alguma se mantém fiel a um programa de pesquisa de clara orientação marxista. Em 1992, Ricardo Antunes publicou *A Rebeldia do Trabalho*, livro em que analisou as greves paulistas de 1979/80, onde sustentou que a erupção do movimento grevista era resultado direto da tendência à superexploração da força de trabalho. Nesse estudo, Antunes estabeleceu os "contornos da superexploração da força de trabalho" sem, contudo, mencionar a tese de Marini. Na realidade, essa análise é uma tentativa de dar uma explicação marxista a expressão "arrocho salarial" de estendido uso na oposição liberal à ditadura. Ao contrário de Marini, a superexploração para Antunes é estabelecida a partir de uma alta taxa de extração de mais-valia relativa e absoluta, "em níveis extenuantes e intensos". Marx, embora tenha dado cientificidade a categoria exploração – tirando-a da impotência moral em que se encontrava nos críticos da economia política – jamais ventilou a possibilidade de superexploração a partir de "níveis extenuantes e intensos" de mais-valia. Esta categoria – superexploração – ganhou estatura teórica a partir de *Dialética da Dependência*, texto execrado por FHC/Serra, obviamente. Ricardo Antunes jamais fez menção *a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor como característica essencial da superexploração como modalidade de extração de mais-valia na periferia capitalista.*[95] É precisamente *a superexploração que transforma parte do fundo de consumo dos trabalhadores em um fundo de acumulação para o capitalista.* Por esta razão, podemos afirmar que não há nos textos mencionados uma explicação teoricamente sólida sobre o estatuto da superexploração da força de trabalho como "concretude do proletariado" no Terceiro Mundo, razão pela qual Antunes fica na curiosa situação de admitir o conceito sem explicitá-lo teoricamente. Ademais, Marini expõe a importância da superexploração no quadro geral do funcionamento do capitalismo, enquanto para Antunes ficamos sem saber se esta é uma característica permanente da exploração ou se corresponde apenas a uma fase da acumulação capitalista ou relacionada ao regime político. Afinal, a superexploração deixou de operar após a ditadura? As transformações recentes do capitalismo no Brasil prescindem dessa modalidade de extração de mais-valia?

Em outro estudo, a tese da superexploração reaparece noutro livro de Ricardo Antunes[96], mas também aqui Marini não é lembrado: é da pena de David Harvey que a superexploração surge como uma característica da "acumulação flexível", fato que poderia sugerir que a superexploração não somente é um fundamento do capitalismo dependente mas do capitalismo global, questão sugerida originariamente por Marini. Contudo, novamente o erro praticado por FHC – a identificação de níveis superiores de extração de mais-valia absoluta com o fenômeno da superexploração – é lembrada por Antunes como um fenômeno que ocorre nos países capitalistas avançados a partir da década de 1980.

94 WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira.* 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 194.

95 Edmilson Costa identificou corretamente a superexploração como a tendência a remunerar a força de trabalho abaixo de seu valor. Contudo, na sua análise não há qualquer menção ao conceito seminal de Marini. Veja-se, COSTA, Edmilson, *A política salarial no Brasil.* São Paulo: Boitempo Editorial, 1997, p. 241.

96 ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez Editora/Editora da Unicamp, 1995.

Algum tempo depois, Ricardo Antunes parece ter tomado contato de maneira mais íntima com a obra de Marini ao escrever uma resenha de um livro em homenagem ao mineiro, mas mesmo assim sem mencionar as questões teóricas relevantes que aqui alertei. A leitura de textos que defendem a perspectiva de uma teoria marxista da dependência que ele resenhou não o motivaram a questionar o santuário no qual foi formado, a despeito da simpatia aparente que expressou na empreitada.

Na reflexão sobre a "concretude do proletariado" no Terceiro Mundo, Ricardo Antunes reconhece que os trabalhadores estão submetidos a superexploração. O que é a superexploração para ele? Desconsiderando a explicação original de *Dialética da dependência*, Ricardo Antunes afirma que a superexploração se caracteriza simplesmente por um grau superior de extração de mais-valia absoluta e relativa. Neste contexto, não pode haver novidade na superexploração e, no limite, não podemos aceitar a tese de Marini. Portanto, a tentativa de justificar a superexploração como expressão do aprofundamento das modalidades clássicas de extração de valor prevista por Marx em *O Capital* não são suficientes para marcar a especificidade do subdesenvolvimento, ainda que possa servir para iludir a tese de Marini. Enfim, inclusive quando trata da superexploração e admite a categoria, Antunes evita a tematização do fenômeno nos marcos da especificidade do capitalismo dependente, proposta originalmente por Marini.

Contudo, o fenômeno da superexploração é demasiadamente evidente para ser ignorado, razão pela qual Ricardo Antunes utilizou o conceito para criticar o governo Lula, ao afirmar que, a despeito do baixo índice de desemprego, o governo não teria enfrentado a questão central: "Porém, o que se espera de um governo com assento de esquerda é que ele enfrente a questão da superexploração do trabalho. O vilipêndio, as mortes no trabalho, os sofrimentos, as terceirizações, as precarizações, as rotatividades ampliadas, o emprego supérfluo, isso não foi contentado".

Estou de acordo que devemos incluir o vilipêndio da força de trabalho como expressão da superexploração, mas é preciso incluir, sobretudo, o salário como mecanismo decisivo da remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor. Ao contrário do que possa parecer, esta possibilidade pertence à melhor tradição do marxismo europeu, como podemos observar quando, em 1918, um marxista da estatura de Franz Mehring publicou em Berlim uma preciosa biografia de Marx na qual exibia as deficiências dos economistas vulgares ao explicarem a acumulação a partir das "privações voluntárias dos capitalistas" e não da "depressão violenta dos salários abaixo do valor da força de trabalho, com a finalidade de converter uma parte do fundo necessário ao consumo operário em fundo de acumulação do capitalista". Por que, então, há tamanha dificuldade para refletir e utilizar a superexploração da força de trabalho como uma realidade inerente ao capitalismo dependente? O economista mexicano Adrián Sotelo tem utilizado com enorme capacidade analítica o conceito precisamente para explicar as mutações do mundo do trabalho em favor do capital e as terríveis consequências para a classe trabalhadora na periferia capitalista latino-americana.

Não é fácil escapar do cativeiro paulista. Paulo Arantes é uma boa demonstração desta dificuldade. Em 2004, já com a eleição de Lula encaminhada ele publicou um livro no qual fazia séria denúncia moral sobre os dois mandatos de FHC. Além de crítica moral, seu argumento básico é que o período 1994-2004 representaria uma espécie de "corrosão da inteligência", momento em que a Escola Paulista de Pensamento – sem rivais no país – sucumbiu. Ele supõe que havia uma intelectualidade crítica em São Paulo e indica o fato intrigante segundo o qual algo essencial que nos fazia pensar saiu de cena. Em suas palavras: "seja como for, o fato é que toda uma tradição, outrora crítica, não só foi sugada pelo moinho satânico da estupidez inteligente como passou a acionar-lhe a manivela, com o deslumbramento característico da supremacia da superioridade bem informada." [97] Arantes supõe que FHC no poder operou tal "lavagem de conceitos" que, na prática, representou a "transformação histórica da inteligência em estupidez" e manifesta in-

97 ARANTES, Paulo. *Zero à Esquerda.* São Paulo: Conrad Livros, 2004, p.16.

teresse em pesquisar a "gênese paulista da *bêtise*[NE] na origem da atual derrocada da inteligência brasileira". Há algo de valioso nesta declaração ainda que jamais passasse pela cabeça de Arantes elucidar o tema: e se tal tradição, que ele julga crítica, não for tal? E se não existiu a corrupção da inteligência paulista? E se aquilo que ele considera outrora uma "tradição crítica" não era senão o caminho para o poder, uma sociologia domesticada, sem dentes para morder, que efetivamente não tocava ou mais precisamente iludia os temas centrais para elucidação do subdesenvolvimento? Caso correta nossa hipótese, então não estaríamos diante da derrocada da inteligência brasileira, mas apenas e tão somente da derrocada da inteligência *paulista* e da "Escola Paulista de Pensamento". Neste caso, antes que revelar o figurino francês, Arantes está, na prática, fortalecendo o mito da tradição crítica que, no poder, necessitou transformar-se em outra coisa. Estaríamos tão somente diante da bancarrota do "modo paulista de pensar" e, por esta razão, ao contrário do sentimento de fim de linha que podemos intuir em seus ensaios, estaríamos diante de imensas possibilidades que se abrem para a inteligência brasileira.

A crítica moral de Arantes, absolutamente importante, revela também seus limites. Ao aceitar o mito de que a "Escola Paulista de Pensamento" representava realmente certa tradição crítica, ele termina por fortalecer seu adversário. Não à toa, Arantes atribui a Gunder Frank a paternidade das teses "estagnacionistas" e poupa Celso Furtado do gritante erro cometido em 1968, quando, às vésperas do "milagre brasileiro", vaticinou sobre a eminência da crise e as possibilidades de fracasso da ditadura. A própria Maria da Conceição Tavares – declarada discípula de Furtado – restituiu parte da verdade ao afirmar que Celso Furtado "escreveu o artigo em 1968 dizendo que íamos para a estagnação, que o país iria se "pastorizar"[98]. No entanto, exatamente como afirmava Marini, a ditadura desenvolveu as forças produtivas de maneira

NE – Besteira, bobagem.

98 CONCEIÇÃO TAVARES, Maria. *Desenvolvimento e desigualdade*. Rio de Janeiro: IPEA, 2010, p. 16.

extraordinária, numa combinação de superexploração e endividamento externo que depois se tornaria tema obrigatório de estudo entre os economistas. Contudo, no Brasil, a confraria paulista não cedeu e a pecha de "estagnacionistas" não descolou jamais de Gunder Frank e Marini. Celso Furtado foi blindado e sua economia política considerada fonte eterna de sabedoria.

Mais grave ainda: Arantes considera que a perspectiva de FHC/Faleto era a perfeita tradução de um movimento de ideias denominado "teoria da dependência" que ele próprio já considerou uma "novidade". A afirmação abaixo é elucidativa a respeito: "a rigor a Teoria da Dependência nunca foi propriamente uma Teoria Crítica, na verdade, uma Teoria Tradicional (na acepção frankfurtiana do termo), e por isso mesmo desprovida de qualquer impulso emancipatório, tanto é assim que já se disse das análises dependentistas que não só se desinteressavam de uma crítica radical da civilização capitalista como também, no plano mais próximo do vínculo orgânico com a prática, que elas só não eram compatíveis com as concepções neoclássicas do comércio internacional como um campo neutro de vantagens comparativas recíprocas, compondo-se, exceto neste caso, com qualquer política à esquerda ou à direita, desde que modernizadora e industrializante" [99].

Poderia existir declaração mais evidente de reforço do mito? Arantes concede razão a FHC ao constatar o que chamou a "inesperada convergência" entre a "versão moderada ou realista da Teoria da Dependência" – que, segundo suas próprias palavras, "não por acaso a versão que finalmente acabou prevalecendo" – e a rara recuperação que faz da análise de Marcuse sobre a derrota de 1968. Sem intenção de alongar-me, nada seria menos apropriado, pois Marcuse, embora tenha reconhecido que as energias revolucionárias de 1968 haviam se dissipado e a história concedia razão ao líder estudantil alemão, Rudi Dutschke – para quem a *longa marcha através das instituições* havia começado –, jamais abandonou seu horizonte revolucionário. Mas Arantes sabe que Marcuse, ao reconhecer que o mundo e especialmente os europeus

99 *Ibidem*, p. 151

já não viviam uma situação revolucionária e talvez nem sequer pré-revolucionária, não estava renunciando às revoluções e mesmo às lutas sociais, de tal forma que é completamente inadequado encontrar pontos de encontro ou validar a "hipótese" de uma suposta coincidência entre a "versão moderada ou realista" da Teoria da Dependência (FHC!) e a linha traçada pelo filósofo frankfurtiano. Herbert Marcuse, vale lembrar, indicou claramente que o trabalho político nas novas condições implicaria em construir "contrainstituições"; para quem jamais aceitou o melancólico papel de deixar mensagens em garrafas, foi absolutamente claro: "contrainstituições para quebrar o monopólio do aparato de informação e educação (imprensa livre, imprensa underground, universidades livres, escolas livres etc.)". Além, é claro, de manter "contínuas manifestações de protesto numa frente única..." etc. Qualquer tentativa no sentido oposto representaria para Marcuse apenas uma manifestação de autêntico cinismo. Contudo, a questão central é que, ao conceder vitória à "versão moderada ou realista" da Teoria da Dependência, Arantes fortalece o mito de que os radicais estavam equivocados e que, de alguma forma ou por alguma razão, não merecem sequer ser publicados ou lidos. Neste propósito, é preciso indicar que ninguém foi mais longe do que João Manuel Cardoso de Mello, o principal apologista do capitalismo dependente no Brasil, ao afirmar que "(...) a primeira vertente da Dependência – representada pelos trabalhos de A. G. Frank, centrados na ideia de "desenvolvimento do subdesenvolvimento", que se entende nuclearmente como uma continua rearticulação de uma relação de exploração entre Metrópolis e Satélites – consiste, de modo cristalino, numa mera reprodução radicalizada da problemática cepalina e, por isso, não apresenta maior interesse teórico" [100].

Ora, foi precisamente Frank quem destruiu para sempre, de maneira devastadora, o dualismo cepalino, razão pela qual em hipótese alguma, nem mesmo em delírio completo, Frank pode figurar como "mera reprodução radicalizada da problemática cepalina"! Um parágrafo depois, se

100 CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

pode verificar a razão desta injustiça com o adversário, pois Cardoso de Mello sentencia: "Ao contrário, a formulação de F. H. Cardoso e E. Faletto merece um exame cuidadoso, por sua importância decisiva"!!! Eis o tratamento "acadêmico sério" de um dos gurus do pensamento progressista!

Enfim, a eleição presidencial de FHC revelou os limites do cativeiro paulista de pensamento. Há, portanto, um profundo equívoco em supor que ele representava uma tradição crítica. Mais equivocado ainda é supor que eles hegemonizaram o debate sobre o subdesenvolvimento e a dependência. Na verdade, Cebrap à frente, FHC/José Serra e sua influência lograram obstaculizar a difusão da versão crítica a tal ponto que falsificações grosseiras prosperam sem oposição durante demasiado tempo. Ironia da história: exatamente quando fracassaram em superar as deficiências clássicas do subdesenvolvimento, FHC/Serra e sua interpretação parecem vencer novamente, como se eles tivessem tido alguma vez uma intenção crítica. Ninguém deve desprezar uma vitória no terreno teórico, pois ao enterrar para sempre os radicais, os marxistas, os hereges, a ordem burguesa e o bom comportamento intelectual se fortaleceram inapelavelmente. A teoria marxista da dependência era um poderoso programa de pesquisa que as letras paulistas evitaram exitosamente! A ditadura foi o principal instrumento para a derrota do pensamento crítico, não pode existir dúvidas a respeito. Contudo, seria ingênuo supor que a derrota política não teve implicações na vida universitária e no terreno da teoria. Todos nós sabemos que um dos alvos da ditadura inaugurada em 1964 era precisamente produzir um ambiente acadêmico como o que temos atualmente, ou seja, avesso ao compromisso político com as classes subalternas, submetido aos programas de pesquisa que emanam dos centros metropolitanos, hostil às iniciativas de inspiração e tradição crítica. Eis a razão pela qual Frank e Marini seguem sendo não somente falsificados como evitados pelo pensamento que se pretende de esquerda, crítico ou radical. A retomada desse programa de pesquisa nas ciências sociais é o principal caminho para a superação de nossas limitações intelectuais atuais. Para tal, será preciso sair do cativeiro paulista. Sem hesitação.

A vitória eleitoral de Lula por duas vezes e de Dilma também por duas vezes, revelaram os limites da consciência dominante naquela corrente que foi considerada como expressão dos interesses das classes subalternas no Brasil. Não pode ser considerada mera traição – finalmente um argumento de ordem moral – o fato de que o operário no governo simplesmente reproduziu a economia política de FHC. A consolidação do *petucanismo*, expressão condensada dos interesses das classes dominantes no país, impele o pensamento crítico a uma radical revisão do programa de pesquisa de todos aqueles interessados ou comprometidos com a superação do capitalismo dependente. É neste contexto que considero o colapso do figurino francês. Em grande medida era mesmo inevitável que Fernando Henrique Cardoso e José Serra se tornassem vencedores, afinal eles jamais preconizaram em seus escritos uma saída revolucionária ou socialista para a dependência da América Latina. Ao contrário, sempre deixaram muito claro que não haveria tal alternativa ou, se existisse, seria indesejável. Contudo, esta vitória política sobre seus adversários não deveria levar a plena aceitação de que eles estavam também corretos no debate teórico acerca da dependência e o subdesenvolvimento. A razão é simples: efetivamente não estavam. A lenta renúncia do petismo em enfrentar a dominação burguesa na periferia capitalista e sua rápida conversão à socialdemocracia tucana ajudou a consolidar a hegemonia intelectual na qual os dois bandos participavam de alguma forma. Contudo, na exata medida em que o petucanismo nos dirige e consolida um consenso na qual a única diferença "importante" consiste em saber quem dirige com mais *competência* o aprofundamento da dependência e o desenvolvimento do subdesenvolvimento, abriu-se também um novo tempo histórico na qual as classes subalternas buscarão não somente novas formas de protesto e organização, mas também a teoria necessária para as grandes transformações sociais, aquelas mesmas que numa tradição que não devemos jamais renunciar, chamávamos de teoria da Revolução Brasileira. A teoria marxista da dependência ganha, portanto, nova relevância num terreno em que a última palavra está longe, muito longe de ser dada.

A conveniente divisão entre "neoliberais" e "desenvolvimentistas" mantinha a crítica radical cativa do liberalismo político na mesma medida em que tornava proscrita a tradição importante representada pela *teoria marxista da dependência*. No entanto, na medida em que ambos bandos executam a mesma economia política, não há mais razões para ilusões de qualquer natureza. No momento em que nem mesmo a resposta à famosa "questão social" constitui motivo de divisão entre as distintas frações do capital e, em consequência, todos os partidos da ordem (especialmente PT e PSDB) concordam com a necessidade de continuar "programas sociais" destinados a manter os pobres na condição de pobres (porém sem capacidade de protesto organizado!), não resta senão a *digestão moral da pobreza* representada pela ideologia da emergência de um país de classe média garantida por políticas públicas de transferência de renda. Enfim, o melhor dos mundos possíveis! É precisamente agora que se abrem novas perspectivas históricas para as classes subalternas, sem as ilusões e limitações que marcaram sua evolução recente e ainda seguem dominantes na atualidade. Neste contexto, a tradição crítica aqui representada pela teoria marxista da dependência possui um espaço inédito para afirmar seus principais postulados e para avançar naqueles pontos e temas que não foram suficientemente desenvolvidos no período anterior.

Finalmente, dominado intelectualmente pelo colonialismo e submetido à lógica férrea da dependência, nem mesmo o figurino francês teve forças para permanecer. Durante muitas décadas os acadêmicos cumpriram a função de reproduzir nos trópicos o mundo que vislumbraram nas frias noites de Paris. É óbvio que para desavisados Paris segue sendo eterna, tal como certa vez escreveu Hemingway. O colonialismo deixa marcas difíceis de eliminar. Contudo, agora, quem comanda o jogo com mais força é mesmo *o figurino gringo*, pois são os Estados Unidos, a despeito da enorme crise em que estão metidos e para a qual ainda não possuem uma estratégia sólida de superação, quem aparece como o figurino a seguir. Publicar em inglês, pensar em inglês, escrever em inglês, eis o novo lema! A questão central é que já não será possível nesta

nova fase de disputa manter tudo sob controle, especialmente a *teoria marxista da dependência* que, sob o impulso de significativo movimento de massas que podemos observar em muitos países da Pátria Grande, voltou a circular com renovada força.

O intelectual militante[101]

Este ensaio é produto da pesquisa sobre a obra de Florestan Fernandes que realizei na primeira metade dos anos noventa (1994) no Seminário sobre Teoria Social Latino-Americana, no Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da UNAM. Aquele genial e fecundo seminário era dirigido por Ruy Mauro Marini, quem fora convocado pelas autoridades universitárias da máxima casa de estudos do México para "pacificar" – com seu enorme talento político e não menor autoridade intelectual – mais uma das crises recorrentes em instituições universitárias. Ruy Mauro, com paciência infinita e habilidade inigualável, deu novo impulso aos estudos latino-americanos não somente recuperando a tradição então sob ameaça – o México acabava de assinar o Tratado de Livre-Comércio com Estados Unidos e Canadá e se voltava para o norte –, como também abriu novas perspectivas para a reflexão crítica sobre os temas latino-americanos.

Naquela época estava concluindo meu doutorado em Economia, mas, em função da militância política e partidária, era também atento leitor da obra de Florestan Fernandes, figura que se elegeu combativo deputado constituinte pelo PT em 1986. Contudo, não creio que o apreço pela sociologia e o radicalismo político de Florestan Fernandes era resultado exclusivo de um interesse pessoal. Na verdade, todo militante socialista formado no início dos anos oitenta estava sob influência (consciente ou não) de duas figuras no terreno da sociologia: Florestan Fernandes pela esquerda e Fernando Henrique Cardoso pela direita. É óbvio que FHC jamais teve a autoridade intelectual e moral de Florestan, já então autor de expressiva obra sociológica que nem mesmo

101 Marini, Ruy Mauro; Márgara, Millán. publicado originalmente em *Teoria Social Latino-Americana*, tomo III. México: El Caballito, 1995.

a intensa propaganda midiática logrou outorgar ao ex-presidente. Em consequência, eu estava completamente convencido que Florestan Fernandes era o "pai da sociologia crítica" no Brasil, razão pela qual não vacilei em homenageá-lo como meio de combater o isolamento político e teórico que, de maneira crescente, lenta e silenciosamente, se impunha sobre ele e sua vasta obra sociológica, tanto na universidade quanto no partido político no qual militávamos.

Quando cursava minha pós-graduação não conhecia a obra de Alberto Guerreiro Ramos, o mais importante sociólogo que o Brasil já produziu. Guerreiro Ramos era para mim – e creio que para toda minha geração –, quando mencionado, apenas pálida expressão do "nacionalismo populista", que simplesmente não merecia atenção. Nas poucas vezes que seu nome era mencionado, aparecia como expressão de um tempo e uma perspectiva "ultrapassada"! Nós então pensávamos, como a maioria ainda hoje pensa, que o fundamental aprenderíamos com a sociologia paulista da USP, casa sempre "atualizada" com as modas sociológicas originárias da Europa e dos Estados Unidos. Essa grave deficiência de formação somente superei quando há cinco anos "descobri" a sociologia "em mangas de camisa" de Guerreiro Ramos, o genial autor de *A Redução sociológica*; esse livro, sem dúvida alguma, deveria ser leitura obrigatória na carreira de sociologia não estivesse esta limitada à triste função colonizante de divulgar aqui as modas acadêmicas criadas nos países centrais, destinadas à manutenção da lobotomia acadêmica que o colonialismo cultural e científico criou em nossas faculdades. A descoberta da sociologia de Guerreiro Ramos, marcada pelo estilo literário inconfundível, pela cultura ampla – que incluía o pleno domínio da sociologia clássica e da cultura brasileira – e sua refinada vocação antioficial, me causou forte impacto. Confesso aqui: quase enlouqueci com a descoberta! Como tinha sido possível, a despeito de minha curiosidade intelectual, passar anos ignorando olimpicamente o mais importante autor da sociologia brasileira? Logo percebi que a hegemonia intelectual a que estava submetido correspondia no essencial à sociologia da ordem. A angústia aumentou quando observei que as novas gerações de estudantes, dotadas de grande curiosidade pelo novo e com certo compromisso político militante, também nada sabiam do único mestre nascido em Santo Amaro da Purificação, na Bahia. O desconsolo foi ainda maior quando descobri também que Alberto Guerreiro Ramos tinha sido professor em minha própria universidade por dois anos, a convite do curso de pós-graduação em administração. Na época eu presidia o DCE, era aluno de economia no mesmo edifício em que ele ministrava suas aulas; no entanto nada sabia sobre sua presença entre nós. Foi aqui na UFSC onde Guerreiro Ramos contraiu um câncer que finalmente o levaria à morte, dois anos mais tarde, nos Estados Unidos, onde finalmente foi enterrado. Ademais, conversando com os meus professores que tinham sido alunos dele, recebi apenas informação folclórica a respeito das suas aulas, quando o baiano já estava completamente desencantado com as ciências sociais no Brasil e entregue exclusivamente ao debate acerca da administração pública. Ele confidenciou a Joel Rufino dos Santos que aquele debate que o colocou como figura intelectual de primeira importância no país já não lhe pertencia, expressando uma mistura de ironia e plena consciência da derrota que o golpe de 1964 tinha consolidado contra a sociologia crítica. Estou convencido que a ironia ficou por conta de algo aparentemente contraditório: a ditadura derrotou o pensamento crítico, mas alavancou a perspectiva "progressista" que o regime necessitava para não parecer fascista, razão pela qual, em consequência, a sociologia paulista cresceu e ganhou vitalidade por meio da chamada "Escola Paulista de Sociologia".

Neste contexto, era compreensível a dificuldade de encontrar seus livros. Na própria biblioteca (do programa de pós-graduação) que leva seu nome tampouco estavam todos seus livros, de maneira que li a maior parte de sua obra em fotocópias, enviadas por amigos de distintos estados do país. Enfim, esta crônica aparentemente pessoal registra o quanto nossa formação é determinada pela hegemonia conservadora que sempre predomina em qualquer época. A descoberta tardia de Guerreiro Ramos não diminuiu meu apreço por Florestan Fernandes, mas ajudou – de maneira decisiva – à melhor compreensão da hegemo-

nia atualmente existente nas ciências sociais no país e inclusive as razões pelas quais nos últimos anos de sua vida também Florestan foi uma espécie de proscrito em vida. Também compreendi melhor as razões pelas quais a sociologia da ordem que nos governa sem oposição eliminou o necessário vínculo entre a tradição nacionalista que nós temos – e que é vital – e as correntes marxistas que subsistem com maior ou menor vitalidade na sociedade brasileira. O academicismo venceu, não restam dúvidas. Mas esta vitória revelou a escassa função social da universidade num país dependente, exibindo também a pobreza intelectual correspondente.

Os detalhes da polêmica entre a tradição crítico-nacionalista e o marxismo escrevi em outro ensaio deste livro. Não há razão para renunciar aqui a meu apreço e à importância da obra de Florestan Fernandes, razão pela qual publico agora este ensaio que circula na versão em espanhol entre os alunos e militantes socialistas. Contudo, mais que vaidades ou eventuais divergências que se revelam pequenas diante da História, o desencontro entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos é produto da falta de debate, crítica e articulação entre o nacionalismo e o socialismo revolucionário. Em poucas palavras: antes que um estorvo antissocialista, a reflexão sobre o nacionalismo – *a questão nacional* – é uma exigência intelectual e política do processo revolucionário nos países dependentes de maneira geral e no Brasil, em particular. Este verdadeiro bloqueio da reflexão entre nacionalistas e socialistas, entre "populistas" e "revolucionários", é um poderoso obstáculo para a formulação de um programa capaz de mobilizar milhões na luta contra a dependência e o subdesenvolvimento. Não se trata de pedir concessões aos dois bandos. Ao contrário, somente a crítica entre ambos poderá nos levar para um nível superior de compreensão sobre a questão nacional no Brasil. Enfim, uma resposta necessária, uma resposta socialista à questão nacional. Quando esse processo finalmente começar a correr, quando se transformar numa exigência social profunda, quando as exigências socialistas aos nacionalistas for inapelavelmente forte e as exigências nacionalistas aos socialistas forem tão profundas que não possam ser

adiadas, então a Revolução Brasileira poderá, finalmente, reconciliar a obra de dois grandes nomes do pensamento crítico brasileiro.

Um sociólogo na tradição crítica

Este ensaio é, uma tentativa de síntese, ainda que incompleta, da ampla obra sociológica de Florestan Fernandes. A importância de Florestan Fernandes para o Brasil – e razão pela qual deve interessar ao público latino-americano em geral – é de fácil explicação. Em primeiro lugar, ele é considerado, com justiça, o pai da sociologia crítica brasileira e está fora de dúvida que foi o mais importante representante de uma tendência atualmente minoritária da sociologia do Brasil.

Em segundo lugar, é igualmente decisiva a trajetória desse intelectual: Florestan é representante de uma geração que, sem antecedentes acadêmicos importantes, quase que exclusivamente impulsionado pelo esforço autodidata, conseguiu unir à sólida formação sociológica clássica, um crescente compromisso político com as classes populares. Finalmente, em Florestan Fernandes se condensa e se expressa a evolução da melhor parte do pensamento sociológico brasileiro, crescentemente crítico e vinculado às lutas populares e a suas vanguardas.

Durante algum tempo, Florestan Fernandes esteve submetido a etiqueta de "funcionalista", da qual o mestre nunca conseguiu desfazer-se completamente e que, em grande medida, diminuiu o interesse por sua obra. Tal fato é lamentável, já que privou e continua privando muitas gerações de jovens sociólogos de um dos mais importantes pensadores da realidade brasileira e, certamente, do mais importante sociólogo brasileiro contemporâneo.

A classificação que realizo da obra de Florestan é, como costume em ensaios desta natureza, arbitrária, mas permitirá a identificação de sua complexa e rica evolução como intelectual militante. Começo com breve exposição de seus primeiros trabalhos, que aparecem nos anos 1940 e vão até o início da década de 1960. A segunda fase – que reputo da maior importância – parte do golpe de Estado de abril de 1964, que

trouxe grandes e graves consequências para a vida do país e impactou profundamente a trajetória intelectual de Florestan, reorientando em grande medida sua produção teórica. A última fase de sua evolução representa o aprofundamento de seu combate político depois do golpe de Estado e se expressa em ampla atividade jornalística e intensa atividade política. Sua eleição à Câmara Federal pelo Partido dos Trabalhadores foi interrompida por graves problemas de saúde e não, certamente, pelo esgotamento da popularidade. Mas a atividade jornalística e seu lúcido combate por equacionar os dilemas da revolução *dentro* e, principalmente, *contra* a ordem burguesa no país, permaneceu vitalizante até o último artigo.

É necessário insistir sobre o caráter introdutório deste ensaio em comparação com a importante obra de Florestan Fernandes. A amplitude, profundidade e compromisso intelectual de seu trabalho sociológico justifica tal insistência. Por esta razão, o leitor deve ter consciência de que nosso esforço não é mais que uma tentativa de incentivá-lo na direção de criar ou fortalecer sua curiosidade para que o leve à consulta direta, e seguramente compensadora, das obras desse grande brasileiro. Recorremos uma e outra vez aos textos originais com a clara intenção de colocar o leitor, mesmo que precariamente, em contato direto com os escritos desse importante sociólogo latino-americano.

Os primeiros anos de luta

Originário de uma família muito pobre, Florestan terá que combinar a luta pela sobrevivência com o estudo, caracterizando seu "período de formação" entre 1941 e 1953 (o início do curso superior e a obtenção da livre docência na matéria de Sociologia I[102], quando entrou de maneira definitiva no quadro de professores da Universidade de São Paulo (USP).[103]

102 FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 142.

103 Seu mestrado foi feito na Escola Livre de Sociologia e Política em 1947; o

Uma rara combinação de curso de "madureza"[104] com exemplar disciplina autodidata – não sem interrupções, dada a luta pela sobrevivência – possibilitou a ruptura com o que ele mesmo denominou o "círculo de ferro" da pobreza a que estão condenados milhões de seres humanos em uma sociedade tão desigual como a brasileira.

Os primeiros estudos, realizados no curso de sociologia da USP, foram com Roger Bastide, em um ambiente no qual os professores da Faculdade de Ciências Sociais eram em sua maioria estrangeiros, cuja função primordial era nada menos que "trazer" a sociologia para o Brasil. Nesse período desenvolve grande quantidade de pequenas investigações sobre variados temas: o racismo em relação aos afro-brasileiros, população rural, folclore, aculturação de sírios e libaneses em São Paulo; de todas essas experiências como investigador, o trabalho sobre a comunidade originária Tupinambá constituiu "um marco" em sua formação sociológica, dado que colocava a sociologia ante a necessidade de "explicar uma civilização"[105].

doutorado em ciência em 1951; a *livre docência* em 1953 e a condição de catedrático em 1964, títulos obtidos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Em 1969 foi aposentado "compulsoriamente" pelo "Ato Institucional" numero 5 (AI-5). Nos anos 1965/66 esteve na Universidade de Columbia onde foi professor titular, e na Universidade de Toronto (Canadá) onde permaneceu entre 1969 e 1972. Também esteve na Universidade de Yale (1977) e desde 1978 foi professor titular da PUC em São Paulo.

104 Cursos que, há muitos anos, permitia a pessoas pobres realizar em três anos a formação básica que, como sabemos, tomaria em condições normais 8 anos.

105 A esse respeito, Florestan afirma: "com esta investigação não somente consegui o grau de docência em ciências sociais: alcancei a estatura de um artesão que domina e ama seu trabalho, porque sabe como se deve praticá-lo e para o que serve". Ademais agregaria: "*Ela [esta investigação, NDO] me ajudou a modificar minha concepção de sociologia e a natureza ou alcance da explicação sociológica. Podia acorrentar-me a uma tradição de pensamento científico de um modo mais crítico, que me levaria a recusar a reconstrução empírica como alvo final e a ver na contribuição teórica o objetivo central da investigação sociológica*" [itálico meu, NDO]. Cf. *A sociologia no Brasil*, pp. 174-175. Em tom de aberta provocação, Darcy Ribeiro declarava aos quatro cantos que a única obra de Florestan que resistiria ao tempo seria o estudo dos Tupinambás, em forma velada de crítica ao marxismo e, arrisco, à

Muitos anos depois surgiriam vários trabalhos que mantiveram uma relação com as áreas de preocupação anteriormente mencionadas, em particular sobre temas que se relacionam com a condição do afro-brasileiro na sociedade brasileira.[106]

Nesse período, em que Florestan Fernandes combinou sua condição de professor com a de estudante, reconhecendo que "como todo jovem professor eu não estava preparado para ensinar nos cursos de licenciatura", nascerão trabalhos que revelam, além de sua humildade, a ocorrência de uma verdadeira superação do "jovem professor".[107] Desses trabalhos sublinhamos seu apreço por Karl Mannheim e um capítulo dedicado a Karl Marx, este último escrito no distante 1946 como apresentação ao leitor brasileiro do clássico *Introdução à crítica da economia política*, tradução realizada pelo próprio Florestan Fernandes e que lhe causou um profundo impacto.

Também naquela época foi muito intensa sua busca pelas motivações ou condições necessárias para a "mudança social"; talvez por este motivo muitos de seus críticos identificam um traço funcionalista em Florestan. Creio que tal apreciação constitui um erro, por duas razões fundamentais. É preciso insistir que *uma andorinha só não faz verão*, como ensina o adágio popular. Além do que, não há motivos para esperar do Florestan das décadas de quarenta, cinquenta ou sessenta pos-

sociologia paulista da qual era o mais ilustre representante.

106 Ver FERNANDES, Florestan. *Brancos e negros em São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1959, e principalmente *A integração do negro na sociedade de classes* 2 tomos. São Paulo: Ática, 1965. Ver também *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1972. Mesmo que não tenha sido publicado outro trabalho completo sobre a situação dos afro-brasileiros, este é um tema recorrente em sua obra e em seu combate político. O tema do escravismo seria tratado também em *Circuito Fechado*, São Paulo: Hucitec. Há também o pequeno artigo *Luta de raças e de classes* na *Revista do PT Teoria e Debate*, número 2, março, 1988.

107 Desse período são os livros *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Nacional, 1959, e *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1971, e *Elementos de sociologia teórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Companhia Editora Nacional, 1970.

turas intelectuais que não encontramos nem na própria esquerda brasileira ou latino-americana de maneira geral e que, ademais, não eram possíveis em uma sociedade como a brasileira de então.

Não é ocioso recordar que o Brasil é um país que precariamente conhece Marx e quando entra em contato com sua obra o faz tardiamente, comparado com outros países latino-americanos; trata-se de um exagero exigir uma postura marxista à Florestan nessas circunstâncias.[108] Ademais, durante anos se conviveu no Brasil com um "marxismo" que até os inícios dos anos sessenta era monopólio do Partido Comunista, circunstância que levou o movimento operário ao colaboracionismo de classes e contribuiu com grande dose de ignorância e dogmatismo para o desenvolvimento dessa teoria.[109]

Em segundo lugar, além de discutir qual é o caráter da contribuição de Florestan nesse período – funcionalista, weberiano, incipientemente marxista etc. –, é mais produtivo verificar quais são o sentido e as funções do combate sociológico que o autor, com as armas teóricas de que dispunha, realiza[110].

108 Neste contexto, é necessário recordar que a primeira tradução de *O Capital* no Brasil é de 1968, auge do período repressivo da ditadura militar e de submetimento completo do movimento operário e popular. Ademais, haveria que considerar outros problemas relacionados com a "recepção do marxismo" anterior a essa primeira tradução. Para uma aproximação ao tema ver Konder, Leandro. *A derrota da dialética*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1988.

109 O próprio Luis Carlos Prestes, depois de sua "saída" do PCB, reconheceria: "Em 1945 os documentos de nosso partido diziam que, enquanto não terminasse a dominação imperialista, o feudalismo e o latifúndio, o capitalismo não se desenvolveria no país [...] O que nos esclareceu foram as obras de sociólogos [...] mas publicadas somente muito depois. É o caso de *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* e *A revolução burguesa no Brasil – ensaios de interpretação sociológica*, em que Florestan Fernandes mostra como se deu a penetração burguesa em nosso país [...]" Cf. *Socialismo em debate (1917-1987)*, São Paulo, Instituto Cajamar, Coleção Universidade Livre dos Trabalhadores, 1988, pp. 233, 243-244.

110 Os escritos dessa época foram reunidos nos dois livros. No primeiro, *Mudanças sociais no Brasil*: São Paulo, Difel, 1974, o autor reúne escritos publicados entre 1948 até 1959. No segundo, *A sociologia numa era de revolução social*.

Verifica-se, então, que o interesse pela temática da "mudança social" já está inscrita em uma linha crítica que será reforçada mais adiante de maneira clara quando o autor se transforma em um marxista ortodoxo, autodefinição que aparece em um panfleto de sua primeira eleição como deputado federal pelo Estado de São Paulo. Claro que aqui podemos identificar elementos de otimismo típicos dos anos cinquenta em relação às possibilidades da industrialização e a eliminação do subdesenvolvimento. Mas é indiscutível que estão assinalados os grandes problemas – psicossociais, políticos, culturais e econômicos – derivados da rápida transformação do país nas engrenagens da economia mundial. E se acaso existe o "otimismo" do autor pela industrialização naquele momento não são poucas as advertências sobre a "importância dos fatores sociais", das transformações necessárias no "sistema político", nos graves desajustes entre cidade e campo, na falta de uma "política nacional de desenvolvimento" e, particularmente importante, "a continuidade das mudanças sociais" que naquela época se processavam, sobretudo os relacionados com o avanço da democratização do país.[111]

Não obstante, podemos encontrar nesses escritos uma análise impressionantemente lúcida em relação às possibilidades do liberalismo apregoado pelas classes dominantes; como também uma denúncia igualmente forte da "distorção do *trabalhismo* e do socialismo [...] empreendida pelas classes dominantes [...] e o combate sem quartel ao comunismo". Para Florestan, os dois fenômenos – a distorção representada pelo *trabalhismo* e o anticomunismo – teriam o mesmo efeito: a "eliminação do principal fermento da politização das massas populares

2ª ed. reorganizada e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, estão compilados os ensaios e artigos escritos entre 1959 e 1962.

111 "No fundo, portanto, o ritmo e as debilidades da industrialização no Brasil se prendem a fatores sociais, que não podem ser alterados de maneira simples nem com a rapidez desejada. Somente em vários aspectos isto justifica a convicção de que o futuro da industrialização na sociedade brasileira depende, em maior grau, da continuidade das mudanças sociais que estão sendo processadas no presente, que de certas medidas puramente econômicas ou financeiras, defendidas com a tenacidade pelos industriais."

brasileiras".[112] Não há como menosprezar o papel predominante das tendências que de certa forma coincidiram e se opuseram fortemente por décadas no país.

A verdade é que mesmo que o autor estivesse mais ou menos influenciado por correntes funcionalistas e por uma sociologia que não havia dado um salto de qualidade como aquele verificado pós 1964, ele nunca deixou de se posicionar claramente sobre problemas centrais da nação. Neste contexto, jamais faltou a coragem necessária para enfrentar os dilemas que a teoria não podia resolver, certo sentido ético, ou uma *responsabilidade intelectual* – para ele inerente à condição de cientista – de optar conscientemente pelos "de baixo". No período anterior a 1964 tal responsabilidade intelectual consistia em um profundo combate pela democracia, o que prova entre outras coisas que a chantagem atual de amplos setores intelectuais, segundo os quais a esquerda sempre subordinou a luta pela democracia a objetivos menos nobres, não passa de uma falsidade com intenção esterilizante em direção ao pensamento crítico.[113]

112 FERNANDES. *Mudanças sociais...*, op. cit., p. 105.

113 O tema da posição dos intelectuais na sociedade de classes é permanente na obra de Florestan Fernandes. A "neutralidade ética", por exemplo, invocada por muitos intelectuais na atualidade sob a elegante e cômoda definição de "livre pensador" é motivo de crítica permanente por parte dele. Mesmo que as imposturas se realizem por vias diferentes das criticadas por ele no passado, é essencial reproduzi-la brevemente aqui: "[...] a *neutralidade ética* preenche uma função decisiva, ajudando a completar a esterilização do elemento crítico intrínseco e as ciências sociais". Mas adiante agrega que a *neutralidade ética* é "um formidável inimigo do pensamento científico na sociologia". No que se refere a sua condição, anunciou: "Ora, por mais débil ou menos visível que tenha sido, a minha socialização socialista me excluía a alternativa de manipular a 'neutralidade ética' como uma ponte de acomodação intelectual com o pensamento conservador e com os dinamismos repressivos (institucionalizados ou não) da sociedade brasileira" Cf. *A sociologia no Brasil*, op.cit., p 181. Devemos dizer também que nesta primeira época o autor não aceitava em seu trabalho na USP "qualquer vinculação com fundações estrangeiras" numa óbvia referência ao financiamento estrangeiro a pesquisa que o levou a recusar qualquer vinculo com o Cebrap, então dirigido por Fernando Henrique Cardoso. Quanto mudou a vida desde então!

Igualmente digno de destacar é que ainda nas primeiras obras já se manifesta uma tendência que se consolidará de maneira medular em sua produção teórica: a crítica do *eurocentrismo*. As agudas observações sobre as diferentes condições de trabalho e sociais a que estão submetidos os sociólogos do centro e da periferia, como também as diferentes perspectivas políticas e compromissos que deve assumir, já aparecem de forma clara nesse primeiro período.

Essa crítica à acomodação intelectual e ao eurocentrismo não era abstrata, já que o sociólogo caminha para um compromisso muito forte em defesa da escola pública e alia à denúncia propostas importantes sobre as condições de trabalho e dos dilemas da evolução da sociologia no país. Os dois temas estão estreitamente articulados com a luta pelo aprofundamento da democracia no Brasil, que se viu interrompida com o golpe de Estado de 1964. Essas reflexões, mesmo que carregadas de observações sobre os dilemas "internos" das universidades brasileiras, não estão isoladas de seus agudos comentários sobre a situação política, social, econômica e cultural prevalecente naquela época[114]. Assim, creio que particularmente importante neste período foi seu *combate pela democracia* e uma clara posição crítica em relação ao *eurocentrismo*, já forte nos estudos sociológicos e hoje dominantes na América Latina.

O combate pela democracia se expressava pelo menos em duas direções. A primeira, de ordem teórica, refere-se às conexões entre "democracia e mudança social". O fundamental desta equação sociológica consiste no esforço teórico pelo aprofundamento da democracia no país e a intenção de elucidar o que denominou o "dilema social brasileiro". Florestan identificava uma forte resistência à "mudança social", emanada das forças retrógradas do país, somada às tensões originadas pela rápida transformação capitalista que ocorreu nos anos anteriores ao golpe de 1964. Além disso, a capacidade de inovação socialmente organizada era muito pequena, o que determinava que as forças conservadoras tivessem sua presença aumentada.

114 Em *A sociologia em uma era...*, op.cit., e *Mudanças sociais no...*, op. cit., podem ser encontrados artigos nesta direção.

Ante tal dilema, Florestan Fernandes apontava que urgia "uma modificação substancial na estratégia que seguimos em relação ao desenvolvimento econômico, em particular, e à mudança social, em geral".[115] Além disso, seria necessário "preparar o povo para um regime econômico, social e político, no qual as opções em relação aos padrões de integração da "civilização ocidental" *devem ser orientadas pelos interesses básicos da coletividade e pelos valores sociais que fazem parte da "consciência comum" em uma democracia.* [itálico meu: NDO]. A questão central, pois, é a "democratização do poder", baseada no "consenso da maioria". O crescente avanço do conservadorismo naquele período fazia com que o dilema identificado por Florestan fosse caracterizado da seguinte maneira: "As nações subdesenvolvidas aspiram a anulação das adversidades da história. Mas nada conseguirão nessa direção enquanto não se empenhem contra elas como povo, ou seja, enquanto 'as massas populares' sejam eliminadas do processo histórico."[116]

Antes de passar para o segundo ponto, é necessária uma breve menção da importância da Revolução Cubana na atitude intelectual de Florestan. É a partir da década de sessenta que se verifica um fenômeno de suma importância em relação à posição dos Estados Unidos e das elites latino-americanas, que no Brasil serão resolvidas precisamente com o golpe de 1964. Para ele os Estados Unidos fortaleceriam sua intervenção no sentido de garantir "soluções neoliberais de desenvolvimento econômico, político e social".[117] A consequência seria "o fim de uma era de acomodação, deveras chocante mas inevitável, entre a política oficial dos Estados Unidos e o tipo de conservadorismo cultural praticado pelas camadas dominantes de vários países de tradição ibérica da América Latina". Tal processo poderia "significar o início de uma nova era, na qual o eixo da acomodação dos interesses será a expansão industrial, provavelmente sob a égide da especialização econômica regional". [118]

115 FERNANDES. *A sociologia em uma era...*, op.cit. p.223.
116 *Idem*, p. 225.
117 *Idem*, p. 220.
118 Id.

Em relação à orientação política do "povo", a revolução cubana introduzia a "experiência socialista na América" com duas implicações imediatas: a primeira reorientava o combate não somente em direção à correção "dos problemas humanos do subdesenvolvimento", mas em corrigir "os dilemas materiais e morais da ordem social capitalista"; em segundo lugar, os "círculos de esquerda" teriam que modificar a estratégia vigente, "de contenção do radicalismo político e de apoio decidido a um nacionalismo econômico desproporcionadamente benéfico para os interesses empresariais".[119]

Voltemos ao tema da democracia. Como assinalamos, a primeira dimensão da luta pela democratização era de natureza teórica, enquanto a segunda se manifesta de maneira concreta em sua entrega na "Campanha em defesa da escola pública", que contempla, entre outras bandeiras, a luta pela autonomia das escolas frente ao Estado, a ideia de que o "dinheiro público deve ser para a escola pública" (opondo-se, obviamente, aos interesses privados, mas também à educação confessional, que com o passar do tempo ganharia cada dia maior importância) e que constituiu "um movimento cívico que se propunha defender a herança republicana e a filosofia democrática da educação". [120]

A crítica ao eurocentrismo ainda não é um eixo articulador de seu discurso, mas está presente em sua apreciação dos dilemas existentes na sociedade brasileira. Nos escritos dessa fase já existe uma preocupação pelos "obstáculos à industrialização" como também as "atitudes e mo-

119 A crítica, mesmo direcionada aos "círculos de esquerda de diversos matizes", era implacável, com a orientação apregoada pelo Partido Comunista. Alguns anos mais tarde, Florestan publica um livro sobre a Revolução Cubana com a profundidade que ninguém logrou superar no Brasil; tal livro foi produto de roteiros elaborados para aulas de um curso de pós-graduação na PUC- São Paulo. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: Editora T. A. Queiroz, 1979.

120 FERNANDES. *A sociologia em uma era*... op. cit., p. 114. Tal "campanha" teve uma influência extraordinária para ele, dado que lhe permitiu "sair do relativo isolamento ao qual ficavam condenados, por contingências da carreira e por outros motivos menos louváveis, os profissionais universitários". *Idem*, p. 204.

tivações desfavoráveis ao desenvolvimento", além da lúcida observação de que, "apesar das explicações acumuladas pela investigação do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, para entender o desenvolvimento do capitalismo na Ásia, na África e na Oceania e na América Latina é preciso realizar investigações especiais sobre cada uma destas áreas e, especificamente, sobre cada uma das comunidades nacionais em processo de ocidentalização ou de assimilação aos padrões capitalistas de organização do comportamento econômico".[121] Assim, Florestan não aceita o mecanismo dos que pensavam – e eram muitos na época – que a história dos países desenvolvidos se repetiria nos subdesenvolvidos e que as técnicas de investigação e suas categorias analíticas seriam as mesmas. É, como se pode observar, uma primeira e contundente manifestação crítica ao eurocentrismo, esta velha tradição de nossos intelectuais mais importantes.

Além desse posicionamento crítico, se poderá observar que há germens de uma teoria sobre a dependência ou pelo menos que esta temática começa a ganhar mais peso em seu horizonte intelectual. Revisando os anais do *Seminário Internacional* realizado no Rio de Janeiro em outubro de 1959 dedicado ao tema mudança social, Florestan se dá conta de que "haveria a necessidade de discutir com maior amplitude temas específicos, relacionados diretamente com a situação histórico-social dos vários países latino-americanos".[122]

121 FERNANDES. *A sociologia em uma era*...op.cit, p. 75. Em outra parte afirma: "não se pode escapar de conceitos, técnicas de investigação e teorias que se comprovaram como adequados para a análise e a interpretação da formação, evolução e crise do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos". Mas adiante afirma: "a importância de conceitos, técnicas de investigação e teorias têm que ser complementada por um saber que leve em conta os elementos variáveis, mais ou menos excluídos do tipo de capitalismo implantado na América Latina (com suas condições de dinamização e crescimento ou suas perspectivas de transformação e colapso)". Cfr. "Sociologia, modernização e revolução social", em *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 130.

122 FERNANDES. *A sociologia em uma era*...., op.cit., p. 204. Não obstante, é necessário reconhecer que o enfoque está carregado pelo lado das resistências

A temática da dependência

É sempre difícil analisar a trajetória de um intelectual, mais ainda quando se trata de Florestan Fernandes. No entanto, podemos afirmar com bastante segurança que a temática da dependência foi de grande importância para seu trabalho sociológico e, em certo sentido, para uma reorientação de suas linhas de investigação e seus trabalhos posteriores a 1964. Segundo o próprio autor, os anos compreendidos entre 1960 e 1974 representam um período "durante o qual a análise histórico-sociológica conseguiu seu apogeu" no Brasil. A temática da dependência já aparecia em seus estudos anteriores a essa data, mas é a partir desse período que "ganha uma importância que ainda não tinha" no período 1959-1962, como o reconhece o próprio Florestan Fernandes.[123]

A obra mais importante que inaugura essa fase é sem dúvida *A revolução burguesa no Brasil.* [124] Aqui, neste "ensaio livre", Florestan aclara que não teria podido escrever se não fosse sociólogo, mas adverte que punha "em primeiro plano as frustrações e as esperanças de um socialista militante". Nesse livro, a análise da sociedade brasileira já se coloca no marco do capitalismo dependente, ou seja, a partir da identificação de todas as consequências originadas pela expansão capitalista em escala mundial e a consequente criação de sua respectiva periferia. O Brasil moderno seria revisado desde a colônia, passando pela independência e a consolidação do capitalismo. Mas é no último capítulo que se cumpre cabalmente o "ajuste de contas" com a ditadura, onde se pretende explicar a relação entre o processo de transformação capitalista e as formas de dominação burguesa, com a advertência explícita do autor de que

"sociopáticas" à mudança social. Mas não lhe escapa o aspecto fundamental: "Ou admitimos que o povo constitui a fonte dos dinamismos essenciais ao equilíbrio e ao aperfeiçoamento da democracia, e trabalhamos nessa direção, ou nos manteremos "atrasados" e "dependentes" em relação às nações de que recebemos, aos trambolhões, um *"progresso"* teleguiado à grande distância." idem, p. 225.

123 FERNANDES. *Mudanças*... op. cit. p. 20.

124 FERNANDES. *A revolução burguesa no Brasil.* México: Siglo XXI Editores, 1978. A edição brasileira deste ensaio de interpretação sociológica é de 1975.

tal processo é visto com mais importância teórica quando se analisa tal conexão em países dependentes.[125]

Por tal razão, *A revolução burguesa no Brasil* pretendia romper com dois erros frequentes na análise do processo na América Latina. O primeiro consiste em pensar a revolução burguesa como um processo "idêntico ao que se aplica às sociedades capitalistas centrais e hegemônicas". O segundo insistia em que "a autonomização do desenvolvimento capitalista exige, como um pré-requisito, a ruptura da dominação externa colonial, neocolonial ou imperialista".[126] Lembre-se de toda a ideologia existente sobre as perspectivas do "desenvolvimento nacional", para medir a importância da ruptura.

Não obstante, já antes deste livro, em pequenos ensaios, o núcleo de seu argumento correspondia perfeitamente com as ideias centrais sobre a dependência, principalmente em relação ao trabalho dessa corrente representada em sua versão marxista[127]. Em um pequeno artigo[128], cuja publicação original é de 1970, Florestan descreve a evolução histórica das formas de dominação externa que sofreu o continente: "o colonial, o derivado da 'desagregação do sistema colonial', até chegar ao terceiro tipo de dominação externa, ou seja, o que aparece 'como sequência da reorganização da economia mundial', provocada pela revolução indus-

125 *O modelo autocrático burguês de transformação* capitalista, op. cit. cap VII

126 *Ibidem*. É interessante observar que alguns anos mais tarde o próprio autor identificaria uma limitação de *A revolução burguesa* ao afirmar: "O fato é que o exame contém uma limitação: a estrutura antagônica da sociedade de classes foi abordada pelo ângulo dos estratos dominantes das classes possuidoras." Cf. "Repensando 'A revolução burguesa no Brasil'", em *Brasil: em compasso de espera.* São Paulo: Hucitec, 1980, p. 61.

127 Como sabemos, a formulação em termos marxistas da dependência se inaugura com *Dialética da dependência* de Rui Mauro Marini, cuja aparição em forma de livro é de 1973, mas que já circulava parcialmente antes desta data em meios políticos e intelectuais.

128 Florestan Fernandes, "Modelos de domínio externo na América Latina", em Anouar Abdel-Malek, *Sociologia do imperialismo*, México, IIS/UNAM, pp. 157-174, 1977. As referências aqui utilizadas são da edição brasileira de seu livro *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 3ª ed, 1981.

trial na Europa"[129]. Esse processo corresponde a um período em que "a dominação externa se tornou imperialista e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina". Deste último modelo de dominação externa nasce um quarto que é resultado da expansão das "grandes empresas corporativas nos países latino-americanos". Estas representariam "o capitalismo corporativo ou monopolista, e se apoderaram das posições de liderança – por meio de mecanismo financeiro, por associação com sócios locais, por corrupção, pressão e outros meios – ocupadas anteriormente por empresas nativas"[130].

Dessa análise, Florestan identifica o aparecimento do que denominou imperialismo total. Para ele, o "traço característico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa desde dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massas e o consumo de massas, até a educação, a transplantação intensa de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou de capital, o eixo vital da política nacional etc. Este tipo de imperialismo demonstra que ainda os mais avançados países latino-americanos se ressentem da falta dos requisitos básicos para o rápido crescimento econômico, cultural e social em bases autônomas [...]." E além disso "o imperialismo total prova que uma economia satélite ou dependente não possui as condições estruturais e dinâmicas para superar nacionalmente, pelo esforço de sua burguesia [...], o subdesenvolvimento e suas consequências"[131].

As observações anteriores são importantíssimas para a época e para toda a obra posterior de Florestan que não se afastará jamais dessa orientação. Além disso, tal processo determinaria outras características importantes: a concentração do ingresso, "a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas em diferentes épocas históricas, mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e a

129 *Idem*, p.16

130 *Idem*, p. 18.

131 *Idem*.

expansão de toda a economia [...], o que implica a existência permanente de uma exploração pré ou extracapitalista" e, finalmente, "a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como um requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema".

A relação entre os países centrais e os dependentes que constituem um elemento chave para a teoria marxista da dependência era assim definida: "O fardo da acumulação do capital é carregado pelos países latino-americanos; mas seus efeitos multiplicadores mais importantes são absorvidos pelas economias centrais, que funcionavam como centros dinâmicos de apropriação das maiores cotas de excedente econômico."[132]

Neste contexto, podemos afirmar que estão colocados os dois elementos mais importantes que caracterizam o capitalismo latino-americano e oferecem as bases para a mencionada teoria marxista da dependência: a superexploração da força de trabalho e a transferência de valor. O fato de que apareça aqui como "concentração de ingresso" e "apropriação de maiores cotas de excedente econômico" não diminui a precisão com que o fenômeno é identificado, mesmo que, em termos teóricos, nem tudo esteja esclarecido.

As conclusões no campo político de tal caracterização levariam ao autor a se somar àqueles que identificavam as alternativas em termo de verdadeiros dilemas na América Latina. Ou seja, "a lógica da situação demonstrou que um desafio tão grande não pode ser afrontado e modificado por meio do capitalismo dependente, que envolve, estrutural e dinamicamente, uma extrema concentração interna do ingresso quanto uma dominação externa e a transferência permanente de recursos".[133]

Ante tal quadro, Florestan chega a uma conclusão que desfrutou de grande prestígio naquela época: ou seja, se a saída via um capitalismo autônomo era cancelada pela penetração imperialista, a outra alternativa "somente poderia surgir de uma rebelião popular e radical, de

132 *Idem*, p30.

133 *Idem*, p.28.

orientação socialista".[134] Com esta análise Florestan se soma a uma corrente que naqueles anos começa a adquirir mais consistência e que será conhecida como a teoria da dependência, a melhor página das ciências sociais e do pensamento crítico produzida na América Latina.

Assim, se consolidava uma perspectiva crítica por meio da temática da dependência e da análise do subdesenvolvimento que estaria sempre presente em sua obra posterior. A democracia, as possibilidades do socialismo, o Estado, a análise das classes sociais, os fenômenos como as ditaduras, e a contrarrevolução, o papel do proletariado etc. serão tratados desde este novo enfoque.

O melhor da obra de Florestan Fernandes se inaugura nesse período, em especial porque o militante supera e subordina o sociólogo, dando passo ao que poderíamos chamar de uma sociologia militante. Ainda que não seria algo inédito no mundo dos intelectuais, tal postura ganhou relevância porque se realizou no momento em que grande parte da intelectualidade crítica surgida nos anos sessenta e setenta abandona as velhas convicções e contribui durante a década de oitenta para a conformação de uma *sociologia da ordem*, não mais preocupada com as grandes transformações revolucionárias da sociedade brasileira, mas para a manutenção da ordem dominante. O caso mais evidente, mas nem de longe único, foi obviamente ilustrado pelo protagonismo político de Fernando Henrique Cardoso que, no momento em que assumiu o Ministério da Fazenda, em 1993, afirmou o já consagrado "esqueçam o que escrevi". Da mesma forma, a tentativa posterior de pintar Florestan Fernandes como um "acadêmico" e não como um político não passa de uma tentativa dos políticos profissionais em justificar o pragmatismo que tomou conta da política nacional.

Após sua morte, o Canal da Câmara dos Deputados produziu um documentário sobre sua atuação em que aparecem José Dirceu e Fernando Henrique Cardoso. Na tela, assistimos José Dirceu confessar que solicitava autorização a Florestan para ser "um pouco pragmático", enquanto Fernando Henrique Cardoso afirma categoricamente que Florestan era um acadêmico e não um político. Trata-se, obviamente, de um depoimento em que o mestre da sociologia aparecia como evidente obstáculo para a conciliação de classe e mesmo a impostura intelectual que ambos produziam.

134 *Idem*, pp. 31-32.

A luta pela democracia se torna outra vez central nos escritos da década de 1980, tanto em sua produção teórica como em sua militância socialista[135], e se desdobra em duas fases: a luta contra os estreitos limites da "liberalização outorgada" até 1985 e seu combate pelo fortalecimento do movimento socialista e pela ampliação dos espaços políticos no centro da democracia restringida nascida com a nova república[136].

Em seu insistente trabalho para revelar as raízes da ditadura militar, suas funções no desenvolvimento do capitalismo no Brasil e seu processo de transformação interna para a "liberalização outorgada" nascem importantes obras.[137] De todos esses livros, os ensaios que constituem *A ditadura em questão* são indiscutivelmente suas melhores páginas para entender o longo processo de transformação da ditadura militar (1964-1985) em uma democracia burguesa de caráter restringido.

No centro do livro, nas palavras do próprio autor, é a sociedade civil. Para ele, "sociedade civil quer dizer sociedade burguesa ou, também, sociedade de classes sociais. Este conceito foi tomado como uma espécie de cavalo de batalha (ou ainda como cavalo de Troia) por muitos grupos e pessoas, principalmente os que Gramsci descreveria como "intelec-

135 Em 1986 Florestan Fernandes é eleito deputado federal pelo estado de São Paulo para um primeiro mandato pelo Partido dos Trabalhadores; em 1990 seria reeleito pelo mesmo partido e não se apresentou para um terceira reeleição por problemas de saúde.

136 "Nova República" foi o nome do período iniciado em 1985 com o governo de Tancredo Neves-José Sarney. Tal governo representou o grande pacto das elites por superar a ditadura e sua crise sem que com isso se abrisse uma crise do regime burguês no país.

137 Entre elas, *Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo"*. São Paulo: Hucitec, 1979; *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980; *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, capítulo 1; *A ditadura em questão*. 2ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982.

tuais orgânicos da ordem", como uma fórmula cômoda de passar por debaixo do nariz da ditadura (ou por cima do nariz do povo), um simulacro de oposição (ou de omissão aparentemente positiva). Bom, não se pode separar ditadura e sociedade civil, como não se pode separar revolução social e sociedade civil. A sociedade civil em crise, burguesa ou de classes, se abre para os dois extremos. As classes *altas* e *privilegiadas* retirarão a ditadura do seio da sociedade civil; e, além disso, se a ditadura se mantém, isso ocorre porque esse setor da sociedade civil ainda é bastante forte para impedir tanto a transformação da sociedade civil como o desaparecimento da ditadura"[138].

Não se deve esquecer que naquela época já estava em curso, na sociedade brasileira, o processo impulsionado e controlado por militares da "abertura política", que terminaria com a "eleição de Tancredo Neves e José Sarney à presidência da república pela via da transformação do congresso nacional em 'colégio eleitoral'". Tal processo, o maior pacto realizado pelas elites brasileiras para assegurar um trânsito pacífico para a democracia, foi desde seu princípio criticado por Florestan Fernandes[139].

A crítica ao processo – a "liberalização outorgada" – tinha dois alvos centrais: o primeiro consistia em revelar todas as conexões entre acumulação capitalista, forma de dominação, evolução do regime de classes e os limites da democracia possível que começava a ser ensaiada, derivada da subordinação do país à corrente imperialista; o segundo consistia em um grito de independência individual e de compromisso com as classes subalternas – em particular o movimento de trabalhadores que renascia para o combate frontal contra a ditadura no final dos anos 1970 – e que abria amplas perspectivas e tarefas a todo intelectual.

Podemos afirmar sem margem de erro que o objeto da reflexão é a "sobrevivência da contrarrevolução" com os dinamismos, ritmos e fórmulas originadas desde "cima", nas esferas mais exclusivas do Estado e da burguesia brasileira. Ao mesmo tempo, uma tentativa quase solitária e definitivamente intensa de ampliar os limites desse processo vinculando-se ao proletariado urbano, suas vanguardas, na direção de apresentar o socialismo como o horizonte mínimo para os "de baixo"[140].

Finalmente, mesmo que de maneira não sempre explícita, aparece de forma bastante clara uma crítica às formulações sobre a "democracia como valor universal", que terminariam quase dominantes no interior da esquerda que, naqueles anos, ensaiava suas primeiras expressões. Tal temática se expressava em duas direções. A primeira era a constatação de que as classes dominantes, sob o capitalismo dependente, eram incapazes de realizar a revolução democrática e nacional; em consequência, se pode explicar o recurso constante ao "Estado autocrático burguês" como uma espécie de "contrarrevolução permanente". Por outro lado, a ques-

138 FERNANDES. *A ditadura em ...*, op. cit. p.3

139 Em outra parte afirmava sem vacilações: "Que é [...] a abertura democrática? Trata-se, no fundo, do máximo de resistência obstinada possível; não um avanço aberto na direção da democracia, mas sim uma tentativa de restringir o impacto das forças sociais que lutam pela revolução democrática e para reduzir seu espaço político." Mais adiante sublinha: "a abertura democrática busca [...] manter a contrarrevolução por outros meios". Cf. *Brasil: em compasso...*op. cit. p. 66. Sobre a via pela qual transita a "abertura democrática", ou seja, o famoso "colégio eleitoral (Congresso transformado em instância que elege o presidente da República) afirmaria mais adiante: "No Colégio Eleitoral a democracia não está em questão. O que está em questão é a abertura política: se ela continuará sua realização nos termos da tutela militar, ou se ela se deslocará para um equilíbrio maior entre o poder militar e o poder civil, supondo algumas concessões difíceis dos poderosos aos subalternos". Cf. *Que tipo de república?* São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 153.

140 Também deste período é o livro *Movimento socialista e partidos políticos*, São Paulo, Hucitec, 1980, onde se discutem as dificuldades do movimento socialista nos países latino-americanos e no Brasil. No mencionado livro sobre a revolução cubana, Florestan "improvisa" em duas direções: o estudo do socialismo no mundo moderno e o significado de Cuba socialista para América Latina. Sobre estes dois temas afirmou: "Com referência a Cuba, mesmo que tivéssemos avançado no início da década de 1960, ao redor de 1965 ou imediatamente depois, não se justifica a omissão. Não se pode nem se deve atribuir ao regime implantado em 1964 esta situação. Ela deriva, claramente, do conteúdo provinciano de nosso "espírito universitário". Como ignorar o significado de um novo padrão de desenvolvimento econômico, social e político nas Américas? Seria possível entender a revolução cubana e o socialismo em Cuba nas relações (e nas lutas) das nações periféricas contra as nações centrais: *Cf. Da guerrilha ao socialismo*...op. cit. p. 3.

tão da democracia era enfocada desde a perspectiva socialista e também da maneira militante. Abordou o tema de diversas maneiras e em muitos escritos. Recordaremos aqui pequenas mostras deste ponto que atualmente ocupa quase totalmente a imaginação de nossos sociólogos.

Em geral a questão democrática era vista por Florestan como um desafio à ordem burguesa, ou seja, se tratava de verificar até que ponto as condições de dependência permitiam a incorporação das classes populares e do protesto dos trabalhadores nos marcos do capitalismo. A este fenômeno Florestan dava o nome de "revolução democrática" ou a "revolução dentro da ordem". Verificava também que, nas condições da América Latina, as burguesias "nacionais" se viam limitadas para levar adiante essas tarefas, dada sua aliança com o imperialismo e a contrarrevolução existente em escala mundial.

Assim, a autocracia burguesa cumpria a função de "garantir a incorporação, permitir a transição rápida e violenta da periferia na economia, na cultura e no sistema de poder dos países centrais e sua superpotência", assim como "impedir a luta pelo socialismo". [141] Essa autocracia acabaria então "com aquelas ilusões de que poderia haver dentro das sociedades capitalistas espaço político para que os setores da burguesia realizem revoluções dentro da ordem. Nesta etapa em que nós estamos os setores burgueses já não realizam revoluções dentro da ordem"[142].

Como consequência dessa concepção, Florestan enfrentou com extraordinária firmeza da "falsa discussão da via democrática ao socialismo". Para ele não existe uma via democrática antes que o movimento socialista "alcance uma grande massa da população". Agregava que "*se o movimento socialista tivesse que fazer uma opção democrática, isso teria que ser feito depois e não antes da tomada do poder*. Fala-se muito de "socialismo democrático" em termos de uma grandeza histórica, de algo absoluto, metafísico. Bom, se está falando pura e simplesmente de manter a burguesia no poder. Qual é a burguesia que deixa seu Estado, e sua democracia constitucional e representativa, para a conquista do poder pelas classes trabalhadoras? Onde está ela? Nos Estados Unidos? Na França, Itália, Inglaterra ou Alemanha? Não existe tal burguesia! Portanto, necessitamos acabar com essa ideia falsa e mistificadora de que há *um caminho democrático absoluto* e sem o qual as pessoas enterrariam todo o socialismo. O caminho democrático se delineia depois da tomada do poder e somente se luta pelo socialismo democrático, ou seja, quando se defende condições democráticas de realização do socialismo. Esta luta se realiza depois e impregna a revolução socialista"[143].

141 FERNANDES. *Movimentos socialistas...* op. cit. p. 31.
142 *Idem*, p. 32.

Como anunciamos, a sociologia militante de Florestan se divide nesse período em dois campos. Na primeira fase ele afirma seu combate contra a ditadura e sintetiza seu esforço por sua superação revolucionária. Alcançada essa fase com o aparecimento da *nova república*, o sociólogo se lança com todas as energias no combate contra a democracia restringida nascida das costelas da ditadura. Os textos dessa época são em sua grande maioria recompilação de seu intenso e importante trabalho jornalístico[144].

A "transição democrática" que permite o aparecimento da nova república foi para Florestan o "último e surpreendente refúgio" da ditadura. Seu combate frontal ao governo de José Sarney não foi menos intenso do que o havia sido contra a ditadura. No centro da disputa está outra vez a questão democrática. Para Florestan, "este governo débil não é nem pode ser democrático", porque "a democracia é uma realidade histórica a se conquistar"[145].

Uma vez mais, sem rodeios, desafiava o "consenso" existente entre os conservadores e grande parte da esquerda, afirmando que o debate contemporâneo sobre a questão democrática omite um dado fundamental: a democracia não é uma questão abstrata ou ideal. Por isso, "(...) o que está em jogo é a capacidade das classes possuidoras, sob a forma periférica e dependente do capitalismo monopolista (o que associa inexo-

143 *Idem*, p 32.
144 *Idem*, pp. 59-60.
145 FERNANDES, Florestan. *Nova República?*Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1985, pp. 29-30.

ravelmente as formas 'nacionais' e 'estrangeiras' do capital financeiro), de manter, reproduzir e ampliar sua supremacia social e sua hegemonia ideológica e política sobre as classes subalternas, em geral, e as classes trabalhadoras, em particular [...]. Nos resta saber se o desenvolvimento capitalista confere (ou não) aos despossuídos, assalariados e oprimidos meios pacíficos de organização e de luta para amenizar a supremacia burguesa e solapar o monopólio burguês do poder político estatal [...]. O combate a um nefasto regime ditatorial [...] embaralhou as ideias e sentimentos políticos, difundindo uma confusão generalizada em relação à democracia como valor em si e como a 'única saída' que poderia unir a gregos e troianos, burgueses e proletários, opressores e oprimidos. Hoje já não se justifica semelhante confusão, que é somente água para os moinhos dos poderosos [...]"[146].

Além da crítica ao manejo liberal e conservador do conceito de democracia, Florestan indica de maneira cristalina que a "conciliação" responsável pela aparição da Nova República necessitava eliminar as reformas "das esferas das realizações concretas da burguesia". Perguntava-se, por exemplo, "se a reforma agrária é uma premissa histórica do desenvolvimento do capitalismo diferenciado e sustentado..., por que as classes burguesas a excluem de sua órbita de atividade histórica e criadora?"[147].

A velha "explicação" da falta de uma burguesia forte com capacidade de direção sobre todas as demais frações foi frontalmente combatida. Considerando que existia no país uma burguesia industrial e financeira bastante forte, Florestan chega outra vez ao ponto da integração capitalista subordinada: "O que ocorre é que a burguesia industrial e financeira é compósita, possui uma costela nacional e outra internacional [...] o estrato verdadeiramente hegemônico, em termos econômicos, quer a mudança sob controle, modernização gerenciada e comercializada a partir de cima. É assim como se situam as multinacionais, a superpotência capitalista e as nações capitalistas avançadas. O estrato que simula

146 *Ibidem*, p. 50
147 *Ibidem*, p. 66

a hegemonia, por ser interno e 'nacional' e por dispor de vínculos orgânicos com o Estado "soberano", luta pelo controle da mudança, mas termina submetendo-se à modernização calibrada e dirigida a partir de fora"[148].

Para que tal mudança democrática ou transição para a democracia fosse realmente ampla, ou seja, que incorporasse as classes subalternas de maneira independente mesmo "dentro da ordem", seria necessário "que ocorresse uma autonomização da condição burguesa e da situação nacional".[149] Portanto, a conciliação dos de "cima", que se expressou no governo de "transição" de Sarney, estava impossibilitada de realizar as reformas. A "conciliação é, em si mesma e por si mesma, *contrarreforma*, o expediente para eliminar e excluir a reforma social da história viva". Tal quadro é o que oferece a base para que se imponha a época das revoluções proletárias. "Uma burguesia que não luta pela forma política burguesa da democracia arrisca-se a tudo."[150]

Neste contexto, entramos na discussão pelo "lado" dos proletários, dos "de baixo". O conceito de revolução democrática que atravessa toda a obra de Florestan Fernandes ganha seu significado concreto para o país: "No caso brasileiro, o conceito indica que os oprimidos, em geral, e as classes trabalhadoras, em particular, procuram desprender-se da tutela paternalista dos "conservadores" e tentam imprimir à sociedade civil e ao Estado uma forma autenticamente democrática. Ultrapassando os objetivos defensivos da classe, avançam no sentido de comprimir (para em seguida eliminar) a supremacia burguesa e prepara-se para as lutas políticas complexas que envolverão o controle direto ou indireto do Estado e a conquista do poder"[151].

A perspectiva crítica de Florestan volta-se para o novo sindicalismo surgido nas greves de fins dos anos setenta e dos partidos "proletários", especialmente o Partido dos Trabalhadores. Sobre isso afirmará: "O sin-

148 *Ibidem*, pp. 66/67
149 *Ibidem*, p. 68
150 *Ibidem*, p. 73
151 *Ibidem*, p. 85

dicato que se diz 'apolítico' é um sindicato esterilizado (e anulado) pelos interesses e valores das classes sociais dominantes. O partido 'popular' ou 'proletário' que se diz neutro em relação ao anarquismo, ao socialismo e ao comunismo é um partido domesticado pelos donos do poder"[152].

O desafio da esquerda era, por isso, imenso: "(...) para atuar eficazmente, as esquerdas deverão refazer seus roteiros e nelas incluir a luta simultânea em duas frentes, o encadeamento dialético das várias etapas da revolução dentro da ordem e da revolução contra a ordem"[153].

A *nova república*, fruto da conciliação "por cima", sem vocação reformista e expressando uma democracia restringida deixava, não obstante, uma lição importante: "(...) a burguesia falhou (e continuará falhando, já que o componente imperialista destrói até o elemento reformista mais brando do desenvolvimento capitalista, qualquer que seja a intensidade e qualquer que seja o volume da modernização da economia, da sociedade e do Estado)"[154].

Assim, se articulam na discussão sobre a democracia conceitos quase totalmente abandonados atualmente e que constituem uma "herança" das teses da teoria da dependência. A relação entre imperialismo, soberania e economia com democracia mais que nunca revela sua força para desvelar a natureza restringida da democracia existente no Brasil e impede a apologia que surgiu pela via da "democracia sem adjetivos" na maioria dos países latino-americanos, impulsionada pelo pensamento conservador e capitalista.

Marxismo e sociologia

A relação entre marxismo e sociologia é tema antigo entre os intelectuais, razão pela qual existem vários trabalhos a respeito[155]. Em Florestan, tal temática tampouco poderia passar sem menção explícita e de fato pode aclarar em grande medida como o autor equacionou este problema em seu trabalho intelectual. É sabido que na formação de Florestan Fernandes incidiram a sociologia clássica, o marxismo e a contribuição crítica latino-americana[156].

Antes de entrar no núcleo dessa interminável polêmica, é importante assinalar a posição do próprio autor sobre sua relação com o marxismo: "Apesar de minha condição de socialista militante, não tentei vincular a estratégia de trabalho (...) exclusivamente ao marxismo. Tanto no plano do ensino quanto no da pesquisa *não busquei romper com o ecletismo* (itálico nosso, NDO) herdado dos professores europeus e posto por mim na outra órbita, com uma compreensão mais rigorosa da interdependência dos vários modelos de explicação na sociologia. Evoluí rapidamente, portanto, para um ecletismo balanceado e que convergia, criticamente, ao significado lógico e empírico específico de cada solução metodológica e de cada contribuição teórica"[157].

Devemos tomar com cautela essa conclusão. O mesmo homem que utiliza vários autores para elaborar uma sociologia crítica e militante, e que explica seu "ecletismo balanceado", sabe perfeitamente que "não se podem somar os contrários, conciliando Marx e Durkheim (como pretendia Cuvillier) ou Marx e Max Weber (como sustentava Freyer)"[158].

152 *Ibidem*, p. 88
153 *Ibidem*, p. 93
154 *Ibidem*, p. 94
155 Entre eles veja-se BOTTOMORE, Tom. *La sociologia marxista*. Madrid: Alianza, 1975; GHORAN, Therborn. *Ciencia, clase y sociedad. Sobre la formación de la sociología y del materialismo histórico*. Espanha: Siglo XXI, 1980.

156 O sociólogo Octavio Ianni, sem dúvida o principal discípulo de Florestan, afirma que são cinco as fontes do pensamento do mestre: a teoria sociológica clássica moderna, o pensamento marxista, a "corrente mais crítica do pensamento brasileiro", os "desafios da época" e "a presença dos grupos e classes sociais que compreendem a maioria do povo". Creio que tal classificação confunde os planos da influência e por tal razão propomos outra. IANNI, Octavio. *Sociologia da sociologia*. 3ª ed. ver. e ampl. São Paulo: Ática, 1989, pp. 94-100.
157 FERNANDES. *A sociologia no Brasil*, op.cit., 196
158 Florestan agregaria que essa "conclusão que teria importância capital para mim e que seria o alicerce sobre o qual iria construir o que há de original em minha versão do que são a sociologia, as suas divisões, os seus métodos e problemas" *Ibidem*, p. 173.

Após essa advertência, que em muito esclarece a posição do autor, voltemos a relação entre marxismo e sociologia, descrita por Florestan desta maneira: "se o marxismo contém uma sociologia, ele vai muito além disso; se a sociologia encontrou no marxismo uma de suas raízes, ela também o transcende. Portanto, seria falso e simplificador tomar a diretriz "tudo ou nada", que nasce de um mecanismo estreito e de um dogmatismo cego"[159]. Segundo sua compreensão, "Marx foi, num só tempo, a maior figura do socialismo revolucionário de sua época e um expoente do pensamento sociológico clássico"[160]. Pior para a sociologia que não foi o objetivo último de Marx. Não obstante, a lucidez implacável com que levou às últimas consequências uma posição negadora e revolucionária explica a grandeza de seu pensamento sociológico.

Assim, fica claramente estabelecido que o caráter crítico da sociologia – aspecto mais importante para a discussão atual – somente pode nascer a partir da "negação da ordem" burguesa vigente. Florestan afirma que "só do socialismo o sociólogo pode extrair uma autêntica vocação sociológica crítica..."[161]. É importante recordar que por socialismo Florestan estava sempre identificando os clássicos do marxismo. Neste sentido, é importante sublinhar que em muitos livros escritos durante a ditadura e na fase posterior a 1985, os ensinamentos de Marx estão sempre presentes de maneira implícita ou explícita[162].

Não podemos esquecer também que sua importante obra de divulgador de autores clássicos – marxistas ou não – no terreno da política, economia, sociologia, geografia, história etc – no Brasil. Nesta direção, creio

159 FERNANDES, Florestan. *A natureza sociológica da sociologia.* São Paulo: Ática, *Ensaios 65*, 1980, p.100

160 *Ibidem*, p. 111.

161 FERNANDES. "Sociologia e socialismo" em *A sociologia no Brasil*, op.cit. p. 256

162 Um exemplo contundente pode ser visto em "Nós e o marxismo", em *Marx hoje*, São Paulo, Cadernos Ensaios 1, 1987. Na mesma direção, sua intensa atividade jornalística compilada nos dois livros anteriormente citados. Florestan "utilizou" Marx de maneira extraordinariamente criativa e oportuna, sem as reticências ou ainda vergonhas que abundam atualmente.

que sua contribuição mais importante realizou-se quando coordenou a *Coleção Grandes Cientistas Sociais* da Editora Ática, onde apareceram autores inéditos ao público brasileiro, tais como Febvre, Racliffe-Brown, Mauss, Pavlov, Della Volpe, Oskar Lange, "Che" Guevara, Lukács, Godelier, Malthus, Mannheim, Mariátegui, Mao, Trotsky, Lênin, Adorno, Ratzel, Bukharin, Quesnay, Pareto, Ho Chi Minh, Bourdieu, Bastide, Sarmiento, Simmel, Malinowski, Dieter Prokop, M. Sorre e muitos outros. Creio, contudo, que a tradução de *Crítica à economia política* no ano de 1946 foi, como vimos, absolutamente decisivo para o marxismo no Brasil e para a própria evolução do pensamento de Florestan.

A "sociologia militante" de Florestan Fernandes

Na última parte deste ensaio torna-se importante sublinhar as tensões existentes historicamente entre o intelectual e a práxis política. Tal perspectiva é ainda mais necessária quando observamos que a maior parte dos intelectuais, seguindo modas europeias e estadunidenses, se declaram *livres-pensadores* e atuam de maneira coadjuvante no esforço por esterilizar as universidades, eliminando de seus currículos, e portanto do universo intelectual de nossos estudantes, os grandes e graves problemas do continente latino-americano.

Quando vivemos o fim de outra grande moda acadêmica, a *pós-modernidade*, na verdade outra das vias pela qual um grande número de intelectuais abandona qualquer compromisso com as classes populares – e que deixa um lastro de mediocridade em milhares de universitários – vale a pena reconstruir, ainda que parcialmente, a solução a tais tensões que nos propõe Florestan Fernandes.

A opção por este tema não é tão arbitrária como se poderia imaginar, dado que ao longo dessa obra a questão da responsabilidade do intelectual aparece de maneira sempre explícita. Em uma nota autobiográfica, Florestan Fernandes se definiu como um *socialista nato*[163], que encontrou na via política o caminho da solução efetiva dos grandes

163 FERNANDES. *Que tipo de República?* op.cit. p. 252

problemas nacionais. Afirmaria, não obstante, que passado esse primeiro período de militância se enfrentou "com uma posição improdutiva: ser militante, com sacrifício de minhas possibilidades intelectuais, ou ser universitário, com atividades políticas de fachada, mistificadoras". Em retrospectiva parcial, creio que tais dilemas foram resolvidos com a crescente participação política anteriormente mencionada e com uma igualmente importante definição política e ideológica, que se afirmou com o passar do tempo.

Sabemos que o contato inicial de Florestan foi com o movimento trostkista. Desde esse ponto de partida até a atualidade existe um longo caminho que merece uma breve reflexão.

A característica mais marcante da extensa obra de Florestan é que nunca ocultou suas definições político-programáticas com a intenção de manter uma suposta "neutralidade intelectual", que, como afirmou muitas vezes, somente leva a água ao moinho dos adversários. Por outro lado, e na medida em que as condições sociais permitiam, avançou das definições anteriormente mencionadas até declarar-se *marxista-leninista*[164], ainda nos tempos da ditadura militar.

Ao contrário de outros, que certamente expressariam certa decepção nesta corajosa autodefinição, é necessário sublinhar que esta nunca diminuiu sua lucidez, senão, ao contrário, lhe deu uma capacidade analítica que de outra forma houvera sido impossível. Esta não é uma constatação de caráter subjetivo; está plasmada em páginas e páginas dedicadas ao papel dos intelectuais na sociedade de classes. Sobre este papel, reproduzo uma manifestação contundente: "Sou acima de tudo um intelectual com experiência militante escassa, de uma dúzia de anos, em condições de uma ditadura ultrarrepressiva (a do *Estado Novo*) e uma prática acadêmica mais profunda e determinante. Porém, como Lênin, desconfio dos intelectuais. Eles inventaram o cooperativismo, o socialismo, o anarquismo, o comunismo, porém há de intelectuais a intelectuais. Sem teoria não há revolução. Não obstante, depois da der-

164 FERNANDES. "A concepção reacionária de radicalismo" em *Brasil em compasso...*, op.cit., p. 151.

rota das revoluções de 1848-1850, Marx ironizou os extremistas, todos intelectuais, que se acomodavam em seus sofás e condenavam a revolução, que era impossível. E Lênin, um intelectual da cabeça aos pés – o "estrategista da revolução russa", segundo Trotsky –, indicou repetidas vezes quanto os intelectuais contribuíram para aburguesar o marxismo. Os *socialistas de cátedra* foram, como o são em nossos dias os marxistas de cátedra, um perigo para os ritmos oscilantes da luta de classes. "De repente homens como Gorz se derrubam e os marxistas de escritório não sabem o que fazer com seus conhecimentos sobre Marx e Engels, a revolução russa, a revolução e a contrarrevolução, o capitalismo monopolista da era atual, etcétera."

Desde uma perspectiva que valoriza sua própria trajetória, mas sem perder de vista a visão sociológica do problema, Florestan indica o grave problema do colonialismo ao afirmar que "(...) A questão é mais grave no Brasil. Os intelectuais são universitários e sua erudição se vincula à carreira acadêmica, não à atividade revolucionária. Podem-se arrolar as várias modas, que procedem da Europa e em parte dos Estados Unidos, como "pacotes culturais" da esquerda: Lukács, Sartre, Goldman, Gramsci, Althusser, a Escola de Frankfurt, Castoriadis e Lefort, Habermas... *As estrelas sobem, empalidecem e somem!* Fica como permanente a ânsia de entrar na "nova onda", de caminhar à frente, de estar sempre na moda. Ora, os operários não tem nada a ver com esse mundo de ideias, escavado nos livros. Marx foi, desde o princípio, contra essa espécie de "marxismo" (...) No Brasil, como no resto da América Latina, ficamos prisioneiros de sucessivas reflexões sobre o marxismo, que vinham prontas e acabadas de fora. Os "intérpretes" fabricavam colonialmente a cabeça dos revolucionários de gabinete (...)"[165].

Talvez possa parecer que insisto em demasia no tema, mas é claro que a posição dos intelectuais possui relevância quando constatamos que o pensamento crítico está espremido nas universidades e o que atualmente ali domina não somente expressa as posições burguesas,

165 Cf. "Introdução" ao livro de Adelmo Genro Filho, *Contra o socialismo legalista*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

mas representa uma descarada cumplicidade com o *establishment* e o triste papel da grande maioria dos intelectuais não supera o triste papel de justificadores morais das misérias a que estão submetidas as maiorias. Contudo, é decisivo assinalar que na esteira dos processos de democratização ocorridos na América Latina voltou a existir um forte movimento de massas e, em consequência, abre-se um espaço social necessário para que o intelectual ocupe seu lugar junto a esse processo que já caminha a passos acelerados. Tal posição não é alheia a conflitos políticos ou pessoais[166].

Florestan seguiu com sua crítica nos últimos anos de vida, temperada por décadas de militância sociológica e política. No *Partido dos Trabalhadores* não economizou esforços na defesa de uma linha revolucionária, que *socialmente* já era possível na sociedade brasileira. A revolução dentro e contra a ordem – enigma revelado em vários de seus escritos – foram então levados à difícil prática partidária. Por esta razão, não somente resistiu aos discursos colonizadores e esterilizantes da prática socialista que também dominavam a sociedade brasileira e jogava seu Partido para o campo do aburguesamento político, senão que reafirmou a dimensão anticapitalista de sua luta em sua obra: "o socialismo comprometido com a democracia burguesa ainda é uma forma de reprodução do sistema capitalista de poder". A revolução proletária somente é possível pela emancipação coletiva dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores. O PT decifra a solução correta desta necessidade histórica na cena brasileira ou se somará às filas dos partidos reformistas ligados à *reforma capitalista do capitalismo, ao capitalismo melhorado ou ao capitalismo do bem-estar social*[167].

166 Ainda em 1989, Florestan atacava frontalmente seu "ex-discípulo" Fernando Henrique Cardoso quando o qualificou como "teórico do mudancismo da conciliação conservadora". O que não diria o "mestre" depois que – mais que teórico – o sociólogo, outrora participante dos debates sobre a realidade latino-americana, foi o presidente da grande burguesia brasileira, acompanhado, como manda a tradição, dos mais ilustres representantes das forças reacionárias do Brasil?

167 *Ibidem*,

Em relação ao papel do marxismo na luta socialista, a posição de Florestan Fernandes foi igualmente contundente. Em um pequeno panfleto de campanha política, elaborado quando disputava a reeleição para uma vaga na Câmara Federal, explicava o que denominou os "eixos" de sua atividade parlamentar e concluía: "Este elenco indica que o referencial político de minha candidatura se baseia no marxismo". Em um momento de "crise do marxismo", não seria esta uma intromissão intelectual e política retrógrada no seio do PT? Claro que não! O que fica do *socialismo petista* se se submete ao paradigma capitalista da socialdemocracia ou à visão catastrofista da morte do socialismo? Como partido de operários, dos trabalhadores da terra e dos setores radicais ou em pauperização da pequena burguesia e da classe média, cabe ao PT assumir com firmeza as tarefas políticas e históricas do movimento operário e sindical da qual nasceu e ao qual representa. Para que possa lançar-se às pugnas pelo estado de direito e pela democracia, para chegar à reforma social dentro da ordem existente e para lutar pela revolução socialista propriamente, o PT necessita manter vivos todos os laços que o vinculam com a ótica marxista de classe, da luta de classes e do significado do movimento operário e sindical nas evoluções assinaladas. Ou avança na direção do marxismo ou se adapta à condição de outros partidos de *centro-esquerda*, que não passam de variantes tímidas anacrônicas e mistificadores do radicalismo burguês."[168]

Os dilemas dos socialistas

O alerta de Florestan Fernandes não poderia ter sido mais acertado. Como podem observar mesmo os mais "disciplinados militantes" petistas, o fracasso histórico do PT em enfrentar a ordem burguesa que se confirma a cada dia nas medidas tomadas pelos governos de Lula ou de Dilma, revela a fecundidade da crítica desenvolvida por Florestan Fernandes. O abandono de uma perspectiva analítica crítica, que

168 Cf. "Eixos de um debate político", em *"Florestan Fernandes na luta parlamentar"*, mimeo, 1989.

encontrou no marxismo latino-americano sua fronteira mais avançada, pode ser constatado pelo caráter moralista que a crítica política assumiu no Brasil e também em outros países da América Latina. Ainda que possa ter existido a "traição" do PT e de seu governo – argumento que, finalmente, confina a crítica ao simplismo moralista tão conveniente às classes dominantes –, os socialistas e revolucionários devem compreender que a história não cumpre suas promessas pela ascensão eventual do operário ao governo, mas pela longa história da luta entre as classes que produziu esse governo. Neste contexto histórico, os governos de Lula e de Dilma, mais do que sentenciar o colapso do esforço dos socialistas no Brasil, indica, antes de mais nada, que a advertência de Florestan no sentido de identificar os dilemas da luta dentro e contra a ordem, ainda não foi elucidado pelos socialistas.

De renúncias e tradições[169]

A influência de Maria da Conceição Tavares na formação de parte dos economistas brasileiros é compreensível. Em uma profissão marcada pela falta de originalidade, carreira em que os estudantes são obrigados por semestres a fio à leitura de manuais estadunidenses de duvidosa qualidade intelectual, Conceição Tavares foi durante anos a voz da indignação contra o "papagaísmo", ou seja, esse estranho hábito de adotar no Brasil as "teorias" emanadas dos centros metropolitanos a despeito das sandices ou das hipóteses convencionais e falsas que são divulgadas como se fossem verdades científicas. Além disso, numa profissão marcada pela astúcia e o "bom mocismo" interesseiro, Conceição Tavares tinha – e mantém – um "temperamento" absolutamente indispensável tanto na política quanto na lúgubre academia. Todos nós sabemos que apesar da pompa com que é anunciada e repetida pelos meios de comunicação, a maior parte das hipóteses difundidas pelos economistas no país está destinada apenas e tão somente à justificação do subdesenvolvimento em nome de um futuro que jamais chegará. Maria da Conceição Tavares, matemática de formação, professora de várias gerações de economistas figurou voz destoante, especialmente durante os anos da oposição progressista à ditadura. É justificável que tenha o reconhecimento que muitos, com frequência, expressam; mas esse reconhecimento não a torna, obviamente, imune a graves erros.

O ambiente atual no Brasil é um cenário excelente para os apologéticos de sempre. Há, de fato, um otimismo ingênuo muito propício para que os economistas convencionais sigam repetindo as consignas que retiram dos manuais de micro e macro economia sem ruborizar-se. Esses economistas ignoram o fato de que em todos os demais países do mun-

169 Publicado originalmente na *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo.

do, o pensamento dominante, ou seja, o neoclássico, recebeu um duro golpe com a erupção da crise capitalista em setembro de 2008. Incapazes de prever a crise mundial do capitalismo e atônitos diante de seu desenrolar, os economistas neoclássicos se limitam a repetir suas verdades eternas ou simplesmente fazem de conta que não possuem responsabilidades sobre a crise global que queima riqueza e gera crescente desigualdade social. Mas não nos enganemos: a despeito da catástrofe, ainda estamos longe de um acerto de contas teórico e político com o pensamento dominante. A crise mundial, é verdade, não arrefeceu minimamente as convicções dos neoclássicos, embora tenha vitalizado antigas ilusões keynesianas que em grande medida também alimentam o otimismo ingênuo sobre as possibilidades brasileiras na economia mundial.

Neste contexto, não deixa de ser uma surpresa a declaração recente de Conceição Tavares sobre as possibilidades do Brasil: "não tem centro e periferia como antes. Há países de desenvolvimento intermediário, entre os quais estamos." Para aqueles que não perderam a memória, percebe-se logo que se trata de uma ruptura com um dos pilares de sua formação, especialmente quando é anunciado por uma economista que sempre rendeu merecido tributo ao economista chileno Aníbal Pinto, um dos ícones do estruturalismo cepalino na América Latina. Na mesma linha e ainda com mais ousadia, Conceição Tavares chama atenção de todos nós para outra novidade que julgo ainda mais importante: "(...) você não pode deixar de levar em conta que mudou a divisão internacional do trabalho. Paradoxalmente, não vejo muita gente mencionar isso. Houve uma mudança radical da divisão internacional do trabalho, na qual nós estamos bem colocados porque a gente exporta para todo mundo. E, em particular, no que diz respeito a matérias-primas, exportamos mais para a China do que para a Europa, por exemplo. Nunca exportamos matérias-primas para os EUA."[170]

O Brasil está realmente bem colocado nesta mudança radical na divisão internacional do trabalho?

170 Folha de S. Paulo, 12/09/2010.

A elaboração teórica do chamado "sistema centro-periferia" foi uma das principais conquistas do pensamento cepalino na América Latina. Na prática, significou colocar por terra as teses ricardianas do famoso capítulo VII dos *Princípios de Economia Política e Tributação*, mais tarde resgatadas convenientemente pelos economistas universitários sob a mistificação da denominada "teoria das vantagens comparativas". De fato, a original contribuição do economista argentino Raul Prebisch sobre a "deteriorização dos termos de troca" representou um passo adiante do pensamento crítico sob a apologética dos economistas da ordem que repetiam na periferia capitalista a mencionada "teoria da vantagem comparativa", destinada a consagrar a posição dos países latino-americanos na economia mundial como meros exportadores de matérias-primas e produtos agrícolas.

Contudo, se Prebisch foi brilhante na identificação do fenômeno, constatando a diferença entre os preços dos produtos que a América Latina importava e a tendência de baixa dos produtos que exportava, seu esforço intelectual foi insuficiente na explicação do problema e apenas convencional na solução: a industrialização da periferia terminaria por fechar a brecha entre os preços, acreditava. Os marxistas latino-americanos descobriram logo que a saída cepalina era não somente falsa, mas, sobretudo, que terminaria por também contribuir para a justificação do subdesenvolvimento em que ainda estamos afundados. Foi nesse terreno que surgiu a "teoria do intercâmbio desigual", em que André Gunder Frank (1964), Ruy Mauro Marini (1968) e Arghiri Emannuel (1968) revelaram originalmente que a industrialização não seria capaz de tirar os países latino-americanos do subdesenvolvimento e da dependência. Mesmo assim, é preciso recordar que antes deles um desconhecido polaco, membro da Escola de Frankfurt, "economista" entre filósofos, escreveu importante livro em 1929, em que o tema do intercâmbio desigual aparecia magistralmente estabelecido na tradição marxiana: *La ley de la acumulación y el derrumbe del sistema capitalista*, lamentavelmente sem tradução em nosso país.

A questão fundamental na formação intelectual do economista latino-americano residia nesse ponto crucial, onde os críticos (marxistas ou não) indicavam o caráter polarizante do capitalismo, inexoravelmente dividido entre um centro desenvolvido e uma vasta periferia, cuja característica fundamental era o nível de pobreza de sua população. O pensamento crítico buscava, obviamente, amparo em Marx e Engels. Foi Marx, ainda em 1848, quem se burlou dos defensores da ideologia do livre-comércio afirmando que "se os defensores do livre-comércio são incapazes de compreender como pode um país enriquecer-se a custa de outro, não necessitamos nos assombrar de que os mesmos senhores compreendam ainda menos que, dentro de um país, uma classe se enriqueça a custa de outra." Seu inseparável amigo Engels também tocou no assunto muitos anos depois, quando Marx já não existia (1888); criticando a força ainda mais intensa da ideologia do livre-comércio sob impulso do imperialismo inglês, Engels escreveu que "(...) a consigna era agora o livre-comércio. A tarefa imediata dos fabricantes ingleses e de seus porta-vozes, os economistas, era difundir a fé no evangelho do livre-comércio e criar um mundo em que Inglaterra fosse o *centro* industrial e os demais uma *periferia* agrícola dependente (itálicas minhas, NDO)".

Desde então, a crítica entre os economistas latino-americanos se dividiu: de um lado aqueles que, seguindo a tradição cepalina, indicavam a industrialização como o único caminho para superar a indesejável polarização existente no sistema capitalista. No Brasil, Celso Furtado foi indiscutivelmente o mais criativo e insistente defensor desta perspectiva (*Brasil, construção interrompida, 1992*). De outro lado, os marxistas indicavam que a dependência e o subdesenvolvimento somente poderiam ser superados com a revolução socialista e a ruptura com o sistema capitalista. Eram, em grande medida, alternativas radicalmente distintas, ainda que muitos observadores identificassem certas coincidências entre as opções.

Esse "programa de pesquisa" está esgotado, foi superado pela realidade? Ignoravam os críticos do passado a possibilidade de uma "mudança radical na divisão internacional do trabalho", como anuncia agora Conceição Tavares? Definitivamente não! No posfácio (1971) da importante obra *La acumulación a escala mundial - Crítica a teoria del subdesarrollo*, o egípcio Samir Amim reconhecia explicitamente os méritos do debate iniciado na América Latina e perguntava: o sistema mundial "caminha em direção a dicotomia cada vez mais crescente entre centro-periferia?, ou não é mais que uma etapa da evolução do sistema, e neste caso tende em direção a uma sorte de formação capitalista mundial homogênea." Nos termos atuais: a existência de uma suposta "semiperiferia" teria dado por concluído a antiga polarização centro-periferia?

O sistema centro-periferia pode admitir a existência de um país "semiperiférico"? Esta hipótese tampouco é rigorosamente nova; foi aventada insistentemente por Immanuel Wallerstein, mas ele próprio tem consciência da dificuldade ou, creio, debilidade do conceito. Na sua obra, *O moderno sistema mundial*, Wallerstein (1980) indica que o elemento constante no que denomina "economia-mundo capitalista" é a divisão do trabalho hierárquica, na qual existe uma igualmente "constante variável localização da atividade econômica". O caso historicamente relevante para a "análise do sistema-mundo" é o sueco, no século XVII, que segundo esta interpretação logrou sair da periferia sistêmica e acomodar-se à condição razoavelmente confortável de semiperiferia. Contudo, as condições suecas eram reconhecidamente excepcionais e de impossível generalização para todo o sistema, especialmente para os países latino-americanos. Ademais, enquanto a Suécia praticou o mercantilismo para sair da periferia, as classes dominantes dos países latino-americanos se curvam diante da lei do valor apostando na "liberalização". Finalmente, nunca é demais recordar: a Suécia é um país europeu, ou seja, situado no centro da "economia-mundo". Muitos anos após a publicação de sua trilogia iniciada em 1974, é o mesmo Wallerstein quem em entrevista realizada em 1999 reconhece que as condições necessárias para um país avançar em direção à semiperiferia – conceito que incluiria tanto o Brasil quanto o México e, talvez mais surpreendente, a China! – são muitas e não são fáceis. Na mesma oportunidade,

Wallerstein indica que "dentro da lógica do sistema" e para *manter* a condição de semiperiferia, o Brasil teria que investir recursos significativos no âmbito militar e, claro, assegurar, durante décadas, superioridade na produção de mercadorias em relação aos seus competidores. É claro que os defensores desta linha de interpretação podem também alegar aos que insistem na dicotomia centro-periferia que acomodar Brasil e Honduras como "países periféricos" tampouco oferece a precisão conceitual necessária para captar a especificidade brasileira, posto que o "gigante do sul" possui extraordinárias vantagens em relação ao pequeno país centro-americano na economia mundial. Como estabelecer uma linha divisória mais sólida?

Os marxistas identificaram o ponto decisivo do sistema centro-periferia: a transferência de valor. Ao longo da história do capitalismo se pode observar que a característica essencial do sistema é a reprodução da desigualdade que impede qualquer desejo de homogeneização no capitalismo. A ruralização da indústria no interior do país, o deslocamento de atividades produtivas sob controle das empresas multinacionais para a zona periférica são exemplos de mecanismos que foram essenciais para o processo ininterrupto de acumulação. São movimentos necessários para manter a troca desigual. Até mesmo Wallerstein reconheceu que, embora a troca desigual represente uma prática antiga, somente quinhentos anos após a consolidação do que ele denomina "capitalismo histórico" foi desvelada de forma sistemática pelos oponentes do sistema. *Foi o pensamento crítico latino-americano o responsável por esta conquista teórica, indiscutivelmente.* Em termos marxianos: a transferência de valor mantém a vitalidade do sistema, para a qual requer não somente deslocamentos espaciais da produção, mas, sobretudo, níveis elevados de exploração da força de trabalho e, especialmente, a superexploração da força de trabalho. É aqui que Honduras e Brasil se encontram. Enfim, o esforço para captar a especificidade de um país qualquer ou os movimentos inerentes a acumulação mundializada não pode ignorar a lógica totalizante inerente ao sistema capitalista.

A possibilidade de uma nova configuração da divisão internacional de trabalho é também uma novidade, como anuncia Conceição Tavares? Está efetivamente ocorrendo? O Brasil está "bem colocado" nesta nova situação?

O tema tampouco é novo se recordamos um texto não tão antigo de Ruy Mauro Marini (2000), publicado logo após seu precoce desaparecimento. Marini reflete sobre as tendências da chamada globalização, indicando a *possibilidade* ou o *projeto* de uma nova divisão internacional do trabalho aberta pela plena vigência da lei do valor em escala planetária. O texto escrito na década de noventa se insurgia contra a hegemonia então absoluta do "neoliberalismo" na América Latina, e indicava que os países centrais apostavam na nova reconfiguração da divisão internacional de trabalho necessária para aproveitar duas vantagens estratégicas que possuíam na economia mundial. A primeira vantagem decorria da "superioridade em matéria de pesquisa e desenvolvimento", em que as potências exercem o monopólio tecnológico. A segunda estaria dada pelo controle que os países centrais possuem no processo de transferência das atividades industriais para a periferia capitalista, especialmente aquelas menos intensivas em conhecimento. Em qualquer caso, afirmou Marini, o conserto estaria construído de tal forma que as economias nacionais periféricas não lograriam jamais a condição de uma *economia nacional integrada*. É fácil supor que nem mesmo o mais otimista dos economistas brasileiros se atreveria a afirmar que estamos caminhando na direção de uma economia nacionalmente integrada, capaz de sair da periferia.

Esta é a razão pela qual verificamos o elogio à *economia exportadora*, tão recorrente mesmo entre economistas de boa formação. Assim como a economia política inglesa sabe desde William Petty que um país pode exportar muito e empobrecer, o pensamento crítico sabe que um país pode destinar suas exportações para muitos países e não mudar um milímetro sua posição na divisão internacional do trabalho. O fato de o Brasil destinar aos Estados Unidos apenas uma parte pequena de suas exportações não muda em absolutamente nada a posição do país

na adversa divisão internacional do trabalho. De fato, o Brasil exporta produtos agrícolas e minerais para muitos países do mundo sem que supere o subdesenvolvimento e a dependência; ao contrário, se pode afirmar que esta é uma das razões pelas quais seguimos no atoleiro do subdesenvolvimento.

Portanto, a existência de países de "desenvolvimento intermediário", situação na qual o Brasil – segundo a opinião de Conceição Tavares – ocuparia, não figura precisamente como novidade histórica e/ou teórica. Porém, anunciado fora de uma explicação totalizante (sistema centro-periferia), pode parecer simples apologia do subdesenvolvimento e tentativa de dar legitimidade teórica (base científica) para o otimismo ingênuo que segue inibindo a reflexão crítica necessária para mudar radicalmente o país. Após a grande crise mundial de setembro de 2008, ocorreu importante mudança na correlação de forças em escala planetária, que permite reformas mais avançadas em favor das classes subalternas, inclusive no Brasil. Mas para aqueles que pensam de outra maneira – que as condições políticas para lutas mais avançadas não existem – o que ganharemos com a renúncia no terreno teórico?

É sedutor – e talvez parte do otimismo que se abateu sobre o Brasil – pensar como José Luis Fiori, para quem estamos vivendo momentos de uma "revolução intelectual", em que "algumas ideias e teorias de esquerda e direita... já não dão conta das transformações do continente" latino-americano (*Valor, 29/09/2010*). No que se refere à esquerda, quiçá seria então necessário admitir que a antiga concepção centro-periferia foi finalmente superada pela realidade, pelo menos para nós, brasileiros. Neste acaso, também é necessário reconhecer que não há originalidade no movimento. Enfim, no propósito de legitimar um dos bandos na luta política eleitoral (conjuntural) que o país atravessa, cada um dirá, com forma própria e no tempo adequado, um brado já conhecido: "esqueçam o que escrevi".

Um genial intelectual antiacadêmico[171]

Para a geração que frequentou as universidades no início dos anos oitenta e descobriu a importância da práxis política, o nome de André Gunder Frank sempre aparecia como sinônimo de polêmica. Demorei a perceber que aquele adjetivo era a forma como o pensamento dominante tentava bloquear o conhecimento de um autor tão decisivo para as ciências sociais latino-americanas quanto indispensável para a juventude. A maior parte de suas obras não estava – como ainda não está –, disponível em português, de tal forma que se tratava de um autor consagrado internacionalmente, ultraconhecido nos países de fala hispânica e no Brasil sempre muito comentado, mas pouco lido.

Essa incômoda condição – ser muito comentado e pouco lido – Gunder Frank compartilhava com outros genuínos pensadores da realidade mundial e latino-americana, entre os quais estavam os brasileiríssimos Ruy Mauro Marini, Theotonio Dos Santos e Vânia Bambirra, também reconhecidos como notáveis intelectuais brasileiros na Europa e nos Estados Unidos, que, não obstante, amargavam o ostracismo em sua própria pátria. Enfim, autores que brilhavam nas universidades europeias e estadunidenses e eram olimpicamente ignorados nas nossas. Durante algum tempo, toda a responsabilidade por essa situação era atribuída à ditadura militar, mas logo foi possível perceber que parte da intelectualidade que reinava no Brasil participaria ativamente do bloqueio político-intelectual a figuras que contribuíam como poucos à criação de um pensamento crítico na região. Agustín Cueva analisou com precisão essa ilustrativa situação em um ensaio memorável, lamentavelmente não publicado em português: *Las democracias restringidas de América Latina* (Planeta/Letraviva, Equador, 1988).

171 Publicado no www.iela.ufsc.br

No Brasil, é possível que o mecanismo mais exitoso no bloqueio à divulgação do pensamento crítico foi o Cebrap, prestigioso centro de estudos bancado com dólares oriundos dos Estados Unidos, que, sob o manto (consentido) de proteger a liberdade de pensamento, consagrava o domínio do liberalismo na intelectualidade brasileira e especialmente na paulista. Recordo que, como estudante de economia, esperava a pauta estabelecida pela *Revista do Cebrap* como aquilo que líamos com interesse juvenil ou, no meu caso, éramos obrigados a ler, porque os professores "críticos" e os aliados e/ou adversários da militância liam e reproduziam tanto em salas de aula como em assembleias universitárias. Uma afirmação do tipo "saiu na *Cebrap*" equivalia para muitos quase a um "Lênin disse...".

De todas as formas, várias gerações de professores e estudantes, especialmente o pessoal da pós-graduação, "conheceram" a turma da teoria da dependência por meio da revista paulista, cujo auge foi o artigo assinado por FHC e José Serra – originalmente escrito quando regressavam de um período nos Estados Unidos – dedicado a bloquear a recepção dos radicais da teoria da dependência no processo de democratização nacional que apenas iniciava. Nessa guerra, até mesmo um texto de Marini foi alterado por Serra e FHC para melhor criticá-lo e, como poucos conheciam o original, uma vez mais a versão prevaleceu sobre a história real. A fabricação do consenso brasileiro contra a versão radical da teoria da dependência permitiria que os socialdemocratas ao estilo FHC e seu grupo divergissem politicamente dos socialdemocratas ao estilo Lula e seus "radicais", embora todos concebessem a acumulação de capital no país em termos rigorosamente iguais. Divergências políticas e partidárias à parte, todos estavam no mesmo barco teórico, como demonstra de maneira inequívoca a situação atual. Tratei exaustivamente esse tema em minha tese de doutorado em 1995 – *La teoria marxista de la dependência: una história crítica*, UNAM, revelando que o marxista José Genoíno Neto e o socialdemocrata Fernando H. Cardoso professavam a mesma fé nas possibilidades do capitalismo periférico.

Entre os autores responsáveis pela criação da teoria da dependência, Gunder Frank foi certamente o mais criticado e, possivelmente, o mais adulterado, como condição para seus adversários realizarem a tarefa de criticá-lo com maior facilidade. Tenho sob meus olhos uma matéria póstuma publicada por um jornal paulista (Folha de São Paulo 26/04/2005) em que novamente a obra de Gunder Frank é apresentada com extrema malevolência e não poucas imprecisões. No texto, uma nota da redação nos "informa" que Gunder Frank, "ligado à esquerda marxista norte-americana", defendia que no Brasil "a dependência condenava o país à estagnação econômica, enquanto FHC e Faletto argumentavam que esse desenvolvimento já estava ocorrendo, porém de forma subordinada". Não menos importante, a mesma fonte jornalística indica que "há até hoje divergências sobre a paternidade da teoria – na mesma época em que Gunder Frank publicava seu livro *Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina*, os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto finalizavam *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, lançados ambos em 1967", dando mostras de um indisfarçável orgulho provinciano pelo intelectual paulista.

A nota merece um breve comentário, pois com insistência inusitada sigo escutando a mesma música por anos nos principais meios de comunicação do país. Gunder Frank foi, desde cedo, o grande e primeiro animador do debate acerca do que mais tarde seria reconhecida como a teoria da dependência. A polêmica guarda íntima relação com o Brasil, pois já em 1964, em um período que permaneceu na UNB a convite de Darcy Ribeiro, Gunder Frank visitou o Congresso Nacional e desbancou o que chamou de "mito do feudalismo na agricultura brasileira"; de quebra, tornou irreversível a crise do monopólio que os partidos comunistas mantinham então sobre o marxismo, tanto no seio da esquerda como entre a intelectualidade. Um desses mitos destruídos por sua genial intuição foi propiciado pouco tempo antes do golpe de 1964, quando escreveu em Brasília o ensaio intitulado *Capitalism and the myth of feudalism in brazilian agriculture*, logo publicado na coletânea *Capitalism and underdevelopment in Latin América. Historical Studies of Chile*

and Brazil (Monthly Review Press, New York and London, 1967). Note--se que, se falamos de paternidade da teoria, somente em 1968 surgiria o mencionado texto de Cardoso e Faletto e, como sabemos, não surgiria só: no mesmo ano já corria na forma de cópias o clássico *Dialética da Dependência* de Ruy Mauro Marini que, expressamente, acolhia uma das máximas "frankianas": o Brasil e os demais países latino-americanos não marchavam para a estagnação, mas para o desenvolvimento do subdesenvolvimento, fórmula que o mesmo Marini reputaria como "impecável". A nova formulação era incômoda para o pensamento da época, pois inclusive as formulações de esquerda estavam impregnadas por fragmentos das teorias da modernização e, mesmo entre os marxistas, ainda se pensava o Brasil como resultado do atraso feudal e não como subproduto necessário da acumulação em escala mundial. No PCB, foi visível a irritação do pensamento majoritário contra a adesão parcial de Caio Prado Júnior a esse marxismo crítico.

Creio que essa aceitação despreocupada à crítica, comportamento que caracterizou a trajetória intelectual e política de Gunder Frank, sua admirável ousadia, contrastava com a prudência que costuma marcar a carreira da maioria dos intelectuais consagrados ainda hoje. Ele ainda agia como o velho e necessário intelectual público que reconhece a função social de um pensador no mundo moderno e especialmente nas condições da periferia capitalista. É claro também que a genial intuição de Frank acerca de problemas teóricos e dramas reais inerentes ao subdesenvolvimento mereceram muitas vezes acertadas críticas de seus adversários e mesmo de seus companheiros de rota, posto que ele nem sempre foi um cuidadoso carpinteiro na elaboração de categorias para sustentar suas próprias e importantes descobertas. Theotonio Dos Santos, por exemplo, não poupou críticas a alguns de seus escritos, muito embora nunca deixasse de tê-lo como interlocutor decisivo. Frank valorizava a polêmica e não decepcionou em suas respostas. Contudo, o que realmente contava na contribuição de Frank era seu dom de destruir a reprodução mal feita e o eurocentrismo ainda tão presente nas ciências sociais, do qual não escapou obviamente nem mesmo o próprio

e intocável Marx. Em seu livro *ReOrient: global economy in the Asian Age* (University of California Press, Berkeley, 1998), ele voltou à carga com o mesmo humor ácido e irreverência que marca toda sua trajetória de intelectual herege, reivindicando um genuíno "globalismo" em oposição ao eurocentrismo que informa as teses sobre a globalização. Essa verdadeira reconstrução histórica das ciências sociais sugerida insistentemente por Frank apenas começa a ser feita e somente poderá ser levada a cabo com êxito caso conseguirmos superar o império da disciplina, a falta de educação científica e o desprezo pela história que acompanha a carreira de nossos cientistas sociais, especialmente a dos economistas. Em um mundo universitário sempre hostil, Frank conseguiu muito, quase o impossível, se consideramos que nos últimos anos o cerco acadêmico sobre o pensamento crítico fechou-se completamente e tornou as universidades da periferia sistêmica escravas da reprodução do conhecimento gerado no centro. Restou neste ambiente, contribuições intelectuais muito modestas – quando existentes – e, de acordo com a tradição colonial, currículos exuberantes!

Seu último livro reproduz, de certa forma, antiga polêmica que travou com Gunnar Myrdal, o economista Nobel e autor de *Asian Drama*, a quem Gunder Frank criticou em um inspirado artigo, no qual concordava com Myrdal que "até mesmo os hereges permanecem limitados pelo pensamento tradicional ao formular suas heresias", mas o censurava porque este considerava como válida a "generosa suposição de que o ponto de vista ocidental é bastante adequado para o estudo das condições ocidentais". André Gunder Frank mostrava de maneira clara o quanto era falso o suposto de todo o pensamento social dominante, quando insistia que as características próprias da África e da América Latina constituíam a causa de seu subdesenvolvimento. A "totalidade" era o grande ponto de partida de Frank, razão pela qual afirmava que "todos estes pseudocientíficos que não examinam nem um momento o sistema social em conjunto observam somente as características que lhes resultam convenientes e excluem de sua explicação todas as características que lhes parecem inconvenientes, abandonam por completo

esse principio realmente sagrado da ciência." Por esta mesma razão, publicou outro livro indispensável, *Acumulação mundial 1492-1789*, orientado pela tentativa de construção de uma genuína história econômica universal, na qual a economia mundial aparecia como resultado de um "único e abrangente (embora desigual e irregular) processo de acumulação de capital". Em escritos anteriores, realizados aqui mesmo no Brasil, embora somente publicados mais tarde no Chile, Frank afirmaria sempre a tese que lhe acompanhou até seus últimos dias, ou seja, que "desenvolvimento e subdesenvolvimento estão relacionados através da influência mútua, ou seja, recíproca, que tiveram, tem e terão um sobre o outro no transcurso da história" (*Sobre el subdesarrollo capitalista*, Editorial Anagrama, Barcelona).

A crise mundial foi de maneira recorrente tematizada na obra de Frank, sobre a qual destacamos dois tomos onde estão recolhidos vários artigos, alguns deles decididamente brilhantes. Ali também sua atinada intuição apareceria, quando chamava a atenção de todos para o fato de que as relações entre o "socialismo" e o "capitalismo" marchavam, a despeito da guerra ideológica e fria, bastante bem. Esta percepção, orientada pela convicção que os dois "sistemas" estavam unidos por um único mercado mundial, determinou sua saudação ao que chamou de "empresa transideológica" e a inscrição das economias socialistas na divisão capitalista internacional do trabalho. Por esta razão, irritando críticos à esquerda e à direita, Gunder Frank afirmava ainda em 1976 que os países "socialistas" provavelmente transitavam para o sistema capitalista e que, independentemente de um juízo sobre a natureza daquela formação social, era evidente que "formavam, cada vez mais, parte integrante do sistema econômico mundial capitalista". Todo o trabalho desses livros estava orientado a "documentar esta integração e sua tendência acumulativa e inclusive acelerada", revelando um pesquisador atento da realidade e da história econômica das relações internacionais.[172] Quem se atreveria a formular tal heresia duas décadas antes da queda do muro de Berlim?

172 *Idem* p. 246.

Sem intenção de realizar uma exaustiva retrospectiva da obra de André Gunder Frank – tarefa que ele próprio realizou em um importante ensaio autobiográfico –, creio oportuno sublinhar sua longa coerência como intelectual crítico, que soube, a despeito das modas que invariavelmente dominam o meio universitário em todas as épocas, manter fidelidade a um programa de pesquisa que se revelou vital para entender e transformar o mundo atual. Em 1969, muito antes de Immanuel Wallerstein formular sua teoria do sistema-mundo e insistir na existência de uma economia-mundo capitalista, Gunder Frank pretendia uma "teoria histórica do subdesenvolvimento capitalista na Ásia, África e América Latina". Neste mesmo ano, defendeu na V Reunião de Faculdades de Economia da América Latina, que se realizou em Maracaibo, Venezuela, que todos necessitavam de "uma teoria científica do subdesenvolvimento capitalista, que possa explicar estes fatos, devendo esta ser histórica, estrutural e dialética, para coadjuvar na superação deste subdesenvolvimento pela única via possível, dada a estrutura e a política da burguesia, para não falar do imperialismo. A única via é a revolução armada, a liberação nacional e o desenvolvimento socialista". Os adversários aproveitavam a ocasião para chamá-lo de aventureiro, uma vez que a morte de Che Guevara na Bolívia, ocorrida um ano antes, indicava para muitos que a luta armada não tinha possibilidade alguma naquela conjuntura. Mas era evidente que Frank exibia uma estreita relação entre a reflexão teórica e a práxis política, que gradualmente foi evitada pela maioria dos cientistas sociais da região. Quem se atreveria a defender no meio acadêmico atual algo inclusive mais modesto, como, por exemplo, a relação entre economia e política?

Para os que iniciam o estudo em ciências sociais, creio que será sempre útil regressar ao seu conhecido ensaio "Sociología del desarrollo y subdesarrollo de la sociología: un examen del traje del imperador", publicado originalmente em 1970 e, na forma de livro, no México, em 1973, sob o título *América Latina: subdesarrollo o revolución*. O diagnóstico ali apresentado sobre a sociologia do desenvolvimento certamente segue sendo útil para confrontar com aquilo que Agustín Cueva denominou

a "sociologia da ordem", atualmente dominante em nosso continente. Quantos hoje estariam dispostos a realizar um diagnóstico tão preciso e corajoso como ele realizou na década de sessenta? E quantos estariam dispostos a admitir que tal postura é tão necessária hoje quanto o foi naquela época? Recordemos Frank: "Submetida a uma análise crítica, esta nova sociologia do desenvolvimento resulta empiricamente nula quando confrontada com a realidade, teoricamente inadequada nos termos de suas próprias normas clássicas sócio-científicas, e ineficaz em seu propósito de levar a cabo suas supostas intenções de promover o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos".

Ora, não seria este diagnóstico hoje aplicável à maioria dos estudos políticos e econômicos em nossas universidades? O mal denominado "neoliberalismo" não é senão outra versão da velha sociologia do desenvolvimento, revestida da colonial e ideológica tentativa de nos levar para o primeiro mundo na base de sucessivas ondas de modernizações do subdesenvolvimento! E o domínio da neoclássica nas faculdades de economia e especialmente em nosso sistema de pós-graduação, não é apenas outro nome para as mesmas insuficiências metodológicas, a mesma falta de compromisso com a transformação revolucionária da realidade atual e a velha reprodução de teorias alheias cujo objetivo estratégico é perpetuar o subdesenvolvimento e a dependência?

André Gunder Frank foi responsável por outra formulação que se tornaria clássica, ao estabelecer os limites históricos das burguesias latino-americanas sob o capitalismo dependente, ao caracterizá-las como "lumpemburguesias, responsáveis, portanto, por um lumpemdesenvolvimento". O orgulho que ainda permanece em muitos intelectuais críticos pelo "diversificado e complexo parque industrial brasileiro" impediu, obviamente, que todas as consequências da formulação fossem exploradas adequadamente. E igualmente decisiva foi sua formulação sobre a opção "subdesenvolvimento capitalista ou revolução socialista", que apresentou em Havana, no ano 1968, publicada algum tempo depois em coletânea de ensaios sob o título *América Latina: subdesarrollo o revolución* (Editora Era, 1973, México).

Alimentou extraordinária polêmica com Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e Samir Amim, que data de 1980, sobre a dinâmica da crise global, tema recorrente em seus artigos e livros, sempre recordando o postulado fundamental: a predominância do todo sobre as partes. Samir Amim recordou esta última parceria carinhosamente, lamentando a ausência que no futuro Frank fará.

Sua influência não se limitou à América Latina, como podemos observar no indispensável livro de Walter Rodney, dirigente guianês assassinado em seu país em junho de 1980, logo após publicar um livro ainda desconhecido de todos nós, *De como Europa subdesarrolló a África* (Siglo XXI Editores, México, 1982).

Recordo quando o vi pela primeira vez, no final da década de oitenta, sentado sob o sol, nas portas do imponente edifício do Instituto de Investigações Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México. Reconhecendo-o pela lembrança de uma antiga foto, me aproximei sem cerimônia e perguntei: "Frank, afinal, a velha dependência existe?". Ele não se surpreendeu com a pergunta e, como se estivesse conversando com um velho conhecido, apontou para a verde grama sob seus pés e retrucou: "A grama existe?". Respondi afirmativamente e ele então arrematou: "Tal como a grama, a dependência existe; a grande questão segue sendo o que vamos fazer com ela". Minutos depois, assisti a sua conferência em uma mesa compartilhada com outros conhecidos intelectuais e alunos americanos, emocionado por voltar ao México e à América Latina que tanto amou e com a qual se sentia plenamente identificado, defendendo, para horror de muitos, que não estava à vista um processo de ruptura com o capitalismo e tantas outras hipóteses, sempre muito sugestivas.

Essa capacidade de polemizar com o pensamento estabelecido, ampliando novos horizontes e oferecendo pistas geniais que muitas vezes ele próprio não soube aproveitar, fazia de Gunder Frank uma figura obrigatória nos seminários internacionais organizados na América Latina durante as últimas quatro décadas. Sua generosidade e sensibilidade para com todos era uma marca que sempre lhe acompanhou, como também o reconhecimento de que muito de suas conquistas teó-

ricas e suas opções de vida, ele tributava ao ser e ao mundo latino-americano.

Visitou Florianópolis em 2002 para um seminário e permaneceu na cidade por mais alguns dias, discutindo com a mesma vivacidade e humor, apesar de seu delicado estado de saúde, debilitado naqueles dias por uma fratura que o obrigava ao uso de muletas.

Frank deixou uma obra que necessita ser conhecida e, sobretudo, uma conduta cada dia mais difícil de encontrar nos cientistas sociais latino-americanos, especialmente nos brasileiros: a ousadia! Manteve-se sempre distante das *benesses* que o mundo acadêmico concede ao bom comportamento, ao renunciar, em plena guerra contra o Vietnam, à condição de professor titular, o que lhe valeu não poucas amarguras na velhice, quando não tinha emprego nem salário para sobreviver dignamente depois de tantos anos de trabalho e dedicação ao estudo, mas mesmo assim não abandonou suas posições. Numa sociedade em que quase todos têm seu preço e buscam a justificativa mais elegante para dar sua contribuição ao cinismo universal, a conduta de Frank era novamente revolucionária. Nos últimos anos, necessitava emprego e as universidades dominadas pelo doutorismo não podiam abrigá-lo, embora fosse provavelmente o economista mais citado mundialmente. Com outro colega do departamento de economia da UFSC, checamos a possibilidade de trazê-lo por um semestre, mas os órgãos que poderiam acolher nossa solicitação tiveram seus recursos orçamentários contingenciados e, em consequência, não dispunham de bolsas excepcionais para casos como esse.

Na última disputa para reitoria na UFSC o convocamos juntamente com outros intelectuais a assinar um manifesto em favor de nossa candidatura a reitor, ao que respondeu com a imaginação de sempre e uma lúcida dose de ironia: "Claro que sim, mas não sei se isto o ajudará!". Escolado com tantas lutas e muitas décadas de trabalho universitário, creio que olhava nossa empreitada com respeito, mas sem deixar no ar uma necessária advertência: "Você ainda acredita que poderá mudar a universidade?".

Recentemente, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) o procurou para republicar o velho texto sobre a agricultura brasileira. Não deixa de chamar a atenção que muitos anos após um importante movimento social, geralmente considerado fora da ordem, quase sempre às raias da criminalização pela ação dos governos democráticos, revaloriza a contribuição histórica de um autor igualmente incômodo para a ordem burguesa. Ele ficou contente com a possibilidade e solicitou a uma amiga comum a revisão, reclamando a unidade do texto, pois o mencionado ensaio estava publicado em português, porém em duas partes e em revistas diferentes.

Nesta nova conjuntura da América Latina, na qual as classes subalternas retomam a iniciativa política, deveremos estar atentos ao novo que a realidade rebelde do continente sempre nos traz, tal como ensinava André Gunder Frank. Trata-se de um período em que não deveríamos desprezar as conquistas teóricas e políticas acumuladas em tantos anos de esforço individual e coletivo na construção de uma sociedade socialista. Conhecê-las parece-me que é o mínimo que um genuíno cientista social, e especialmente os economistas, deve fazer neste momento.

O escritor latino-americano e o nacionalismo

Mário Vargas Llosa ganhou o Nobel de Literatura em 2010. Não desperdiçou a oportunidade para empenhar seu crescente prestígio literário em defesa do liberalismo. As revistas, jornais e televisões no mundo logo repercutiram com força suas declarações sobre a literatura latino-americana e especialmente suas críticas à política na América Latina. É preciso recordar que nem sempre foi assim; o festejado Vargas Llosa também amargou dias de marginalidade literária e política.

A propósito da repercussão do prêmio no Brasil, encontrei comentário tão antigo quanto atinado de Darcy Ribeiro sobre o agora laureado: "Mario Vargas Llosa nunca teve muito espaço na imprensa no Brasil quando falava com sua própria voz. Hoje, como porta-voz da direita, quando vai lá é um herói, com páginas inteiras nos grandes jornais e todo o Sistema Globo de Televisão a serviço de sua glória" [173].

De minha parte, li há pouco *Sables y Utopias. Visiones de América Latina*, uma coletânea de ensaios agora também publicado no Brasil em que podemos observar os escritos de Vargas Llosa durante os últimos 40 anos sobre temas, problemas e personagens de nosso continente. No livro se vê claramente a evolução do escritor progressista dos anos sessenta ao homem de direita da atualidade. Em uma larga entrevista no semanário de maior circulação no Brasil, ele investiu novamente contra os governos populares da região, afirmando que "o nacionalismo fez muito mal à América Latina. O nacionalismo é a cultura dos incultos".[174] Na verdade, as declarações recentes repetem o que escreveu em 2006 – ensaio também incluído no livro – em seus ataques ao presidente Evo

173 RIBEIRO, Darcy. *Testemunho*. Brasília: Apicuri/Editora UnB, 2009, p. 155.
174 *Revista Veja*, 20 de outubro de 2010.

Morales, quando o boliviano realizou uma exitosa visita a Europa revelando as razões históricas, o ímpeto e os sentidos das mudanças revolucionárias em curso no país andino. Mario Vargas Llosa condena todo nacionalismo; ele sequer suspeita, como George Orwell advertiu há mais de 70 anos, que "o nacionalismo é um tema enorme", razão pela qual sua eloquente sentença só não é superficial porque, muito possivelmente, é apenas um brado para *ocultar* algo que julgo essencial: o nacionalismo dos países centrais.

Ao contrário do que acontece na maioria dos outros países latino-americanos, o discurso do escritor peruano – nacionalizado espanhol – funciona no Brasil como peça adicional na campanha antinacionalista permanente da imprensa brasileira. "O nacionalismo é a cultura dos incultos!" Sem dúvida, é o bordão preferido da "elite pensante" nacional. Não deixa de ser curiosa a situação. Nosso mundo é feito de nações e estamos assistindo em 2011 o nascimento do Sudão do Sul na África e a possibilidade de divisão da "civilizada" Bélgica em dois novos países não se pode descartar.

Há exemplos mais importantes, obviamente. Aqui no Brasil ninguém percebe que o discurso de posse de Barak Obama foi uma peça nacionalista sem antecedentes nos Estados Unidos. Não somente uma declaração de fé no seu povo, mas a afirmação de que os Estados Unidos são capazes de sair da crise inaugurada de maneira visível em setembro de 2008, como serão especialmente escolhidos pelos deuses para ordenar o mundo em torno da "democracia e dos mercados livres". A julgar pela imprensa brasileira, tampouco é possível observar que Nikolas Zarkhozy é outro nacionalista obstinado em recuperar o poderio francês numa Europa que gira cada dia mais em torno da Alemanha. No entanto, observado desde o trópico brasileiro, parece que Zarkhozy é apenas um conservador, jamais um ultranacionalista conservador, na mesma medida em que Obama é um democrata nacionalista e somente secundariamente um afrodescendente na presidência da potência mundial cambaleante. Poderia ser diferente? Alguém poderia imaginar nos EUA um presidente que não fosse nacionalista? E na França, um primeiro-ministro não nacionalista?

Apesar das abundantes evidências, os líderes das nações imperialistas aparecem na imprensa brasileira como homens genuinamente preocupados com o futuro da humanidade e nunca interessados exclusivamente em manter ou conquistar mais poder para suas próprias nações. Mas se é impossível ler num jornal brasileiro o adjetivo *nacionalista* para o primeiro-ministro francês ou para o presidente dos EUA, é fácil encontrá-lo quando se trata de Evo Morales ou Rafael Correa e – sem dúvida, o preferido entre todos – Hugo Chávez. Neste caso, o leitor poderá conferir como a ordem-unida se faz com perfeição no exercício da liberdade de imprensa: o "presidente nacionalista Evo Morales disse...", "o presidente nacionalista Rafael Correa determinou..." e, principalmente, "o ultranacionalista Hugo Chávez ordenou...". Enfim, o tratamento jornalístico dá a impressão que o nacionalismo é uma doença tropical, impossível de encontrar-se nos Estados Unidos, na Inglaterra ou na França.

Li com sumo interesse o último livro de Vargas Llosa e não é difícil perceber que sua conversão para as teses liberais que aprofundaram a desigualdade na América Latina é sabotada – esta é a palavra – pelo conceito de *subdesenvolvimento* que ainda permanece em seus textos, inclusive os recentes. É como se a conversão de Vargas Llosa ao liberalismo não fosse suficientemente profunda para erradicar um conceito que, em oposição aos liberais autênticos, se opõe à ideologia da *modernização*, responsável pela aceitação popular de expressões ideológicas como "vias de desenvolvimento", "países emergentes" etc. Ao contrário destas expressões, o conceito de *subdesenvolvimento* mantém certa tradição crítica, difícil de extirpar; e eu diria – provavelmente para espanto de Vargas Llosa – que é a chave para elucidar a *questão nacional* nas sociedades dependentes.

A sociologia uspiana, e em consequência o mundo "culto" brasileiro, tentou por todos os meios evitar o incômodo conceito (subdesenvolvimento) desde sempre. O resultado prático desta opção é que, entre nós, tanto a formação do jornalista quanto a do sociólogo curva-se mais ao espírito de Poliana do que às exigências epistemológicas ou teóricas que deveriam acompanhar a profissão. Por isso, até mesmo um

aprendiz de sociólogo sabe que deve buscar o lado moderno em tudo, inclusive na indústria de suco de laranja, por exemplo. O jornalista, o escritor ou o sociólogo buscam com obstinação uma molécula de modernidade capitalista em todas as relações sociais. Enfim, treinados para ver o lado moderno em tudo, os "homens de cultura" no Brasil não percebem que a simbiose entre o moderno e o atrasado caminha bastante bem para manter o país nas malhas do subdesenvolvimento. Vargas Llosa, neste aspecto, é menos apologético que seus colegas de rota no Brasil. Mas ambos estão de acordo em condenar qualquer comportamento ou política nacionalista na periferia capitalista subdesenvolvida. E estão, obviamente, menos inclinados a aceitar que desenvolvimento e subdesenvolvimento são duas caras da totalidade capitalista.

Na atualidade, ao contrário da época em que pensava os caminhos de superação do subdesenvolvimento, o escritor latino-americano julga estar imune à *indústria cultural*, cujo motor se encontra nos países metropolitanos. Em função dessa regressão intelectual, ele esquece que a falta de leitores para seus livros, as edições inapelavelmente limitadas em função da concentração da renda que caracteriza a economia, a política cultural do Estado marcada pelo colonialismo, são resultados necessários do subdesenvolvimento. Em consequência, ao evitar o tema do subdesenvolvimento, o escritor latino-americano não percebe que a falta de espaço no jornalismo para sua produção artística ou cultural está intimamente articulada com a opção pelo Tio Patinhas, os milhões de livros de Harry Porter, a promoção cinematográfica hollywoodiana, o modismo literário ou artístico criado pela televisão e as páginas dos cadernos culturais dos jornais paulistas... Ingenuamente, parte considerável dos escritores latino-americanos, atemorizada pela sensação de ficar fora da moda, não vacila em afirmar seu antinacionalismo e, em consequência, professa espécie de liberalismo ingênuo, que supõe a existência de "espaço para todos", como se fosse possível ao escritor desconhecido apenas os méritos de sua obra para alcançar o grande público. Ele não entende que a competição com o produto cultural promovido em escala industrial pelos países centrais não se realiza em igualdade de condições. Em poucas palavras, ele evita o tema do subdesenvolvimento e ignora o fato de que o colonialismo organizou a vida social na periferia latino-americana por três séculos (até 1825) e, quando desapareceu, entramos no período histórico do subdesenvolvimento.

Por isso, foi uma delícia ler os textos de Vargas Llosa: a tradição crítica que ele pretende evitar no pensamento latino-americano e que com tanto empenho execra na política é a razão da vitalidade de sua literatura. Por outro lado, os textos revelam imensas contradições que, esclareço logo, fizeram minha felicidade. Vargas Llosa desbanca, por exemplo, o empresariado peruano, considerado "sem imaginação e sem espírito, a quem aterra a ideia da concorrência e cujos esforços, em vez de produzir, se orientam somente a conseguir privilégios, prebendas, monopólios". Enfim, com semelhante burguesia, onde estão as forças para *modernizar* o Perú? Ademais, o DNA da burguesia peruana não é muito semelhante ao encontrado nas burguesias de outros países latino-americanos?

Há também sentenças que na boca de um esquerdista seriam condenadas peremptoriamente e consideradas um mecanicismo inaceitável, mas serão serenamente aceitas como verdade quando ditas pelo Nobel: "o problema é que a democracia política sem desenvolvimento econômico dura pouco!" De certa forma, esta afirmação é melhor do que a de Francisco Weffort, nosso ex-ministro de Cultura, quem afirmou certa vez que o desafio brasileiro era a consolidação da democracia em meio à imensa pobreza. Enfim, mesmo com mais da metade da população com os pés na lama, a democracia poderia funcionar bastante bem...

Em um texto de 1985, quando já era um desinibido conservador, Vargas Llosa indica que os problemas enfrentados pela Revolução Sandinista são, essencialmente, derivados dos "condicionamentos brutais do subdesenvolvimento" e não, suponho, exclusivamente pela cabeça desmiolada dos revolucionários que lideraram a Revolução em 1979. Muitos anos depois, já convertido completamente ao credo liberal e engrossando o coro contra Daniel Ortega – que exercia novo mandato presidencial na Nicarágua –, o escritor manifestava que para o país centro-americano ainda faltava muito para superar "este poço de horror e

vergonha que chamamos subdesenvolvimento", afirmação que situa os descaminhos do sandinismo em um marco mais realista.

Outra pérola é seu discurso em Davos, em 2001, quando ele já era um profeta da globalização e dos supostos benefícios que esta traria para os países dependentes: "... apesar de haver deixado atrás o subdesenvolvimento há tempo em matéria de criatividade artística – nesse campo, somos, ao contrário, imperialistas – a América Latina é, depois da África, a região do mundo onde há mais fome, atraso, desemprego, dependência, desigualdades econômicas e violência." Poderia haver confissão de maior impotência, após anos de aplicação do receituário liberal na maioria dos países latino-americanos? Li preciosidades sobre o sistema político da região, repleta de ironia contra a tradição de esquerda, supostamente avessa ao compromisso político: "Porém a democracia tem grandes dificuldades para aclimatar-se em países refratários, por tradição e por cultura, a aceitar a pobre realidade, o medíocre caminho do gradualismo, do possível, da transação e do compromisso, da coexistência da diversidade (...)".

Como se as classes dominantes fossem afeitas a acordos com as classes populares em nosso continente...

Há também cumplicidades com os donos do poder que não se pode admitir num crítico mordaz de quase tudo e todos. Em 1981, escrevendo desde Lima, Vargas Llosa ataca o nacionalismo cultural e elogia os modernos meios de comunicação como instrumentos de democratização da cultura, consideração que não poderia ser tomada senão como ingenuidade, no melhor dos casos. "Os meios de comunicação massivos não são culpados do uso medíocre ou equivocados que se faça deles. Nossa obrigação é conquistá-los para a verdadeira cultura, elevando mediante a educação e a informação o nível do público, transformando-o em cada vez mais rigoroso, mais inquieto e mais crítico, e exigindo sem tréguas aos controladores destes meios – o Estado ou as empresas particulares – uma maior responsabilidade e um critério mais ético no emprego que dão." Leitor de Machado de Assis, a quem nunca poupou elogios, Vargas Llosa parece desconhecer as *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, (1908) de Lima Barreto,

autor do melhor diagnóstico sobre a imprensa e os modernos meios de comunicação. Como é possível alegar sobre o "uso equivocado" ou "medíocre" dos meios de comunicação como se os mesmos não fossem expressão de monopólios que se dedicam, com mais eficácia que a escola e as igrejas, à produção de ideologia destinada a perpetuar – na acertada sentença de Ludovico Silva – "a dependência nas cabeças mesma dos neocolonizados"? Como e onde exigir "sem tréguas" aos proprietários das TVs, rádios e jornais, compromisso ético ou qualidade na programação?

Não sei se a crise iniciada em setembro de 2008 abalou a fé de Vargas Llosa na política liberal que pregou sem rodeios até bem pouco tempo. É provável que não. De qualquer modo, ele tem evitado tratar temas da política e da economia em seus artigos na imprensa após o início da grande crise capitalista, refugiando-se novamente na literatura. Nada de novo nessa posição de avestruz. Recordo a respeito que Octavio Paz, após defender enfaticamente as reformas neoliberais no México por Salinas de Gortari – presidente que se beneficiou de uma fraude eleitoral para chegar à Presidência e enriqueceu como poucos no exercício do cargo – também se dedicou exclusivamente às letras no preciso momento em que os mexicanos conheciam o resultado do programa aplicado: colapso econômico, convulsão política e decadência moral sem precedentes. Nenhuma autocrítica apareceu nas páginas da *Revista Vuelta*, dirigida por Paz (e Enrique Krause), que, apoiado pelo monopólio Televisa, defendeu durante anos, com unhas e dentes, o programa liberal. Enfim, quando não era mais possível esconder os assassinatos, a corrupção generalizada e a pobreza em massa criada pelas reformas liberais em seu país, Octavio Paz se refugiou na literatura e esqueceu definitivamente a política.

Os liberais possuem razões de sobra para pregar que a solução para o subdesenvolvimento e a pobreza que caracterizam nossa formação social somente pode ser enfrentada com sucessivas ondas modernizantes, ou seja, a aplicação das políticas recomendadas pelos países centrais por meio de organismos considerados "internacionais" (FMI, BM, FAO etc). A razão é simples: trata-se da ideologia que lhes permite

acumular poder e riqueza à custa da maioria da população, cujo destino tem sido a miséria, a imigração ou simplesmente o conformismo de viver em países que "não deram certo". É neste contexto que podemos entender a adesão sem reparos da classe dominante em nosso continente ao conto da "globalização". Da mesma forma, o ressurgimento do "pensamento crítico latino-americano" por parte de amplos setores sociais empobrecidos deve ser considerado uma resposta intelectual das maiorias àquela espoliação que foi apresentada como uma oportunidade indiscutível para nossos países. A incapacidade da "globalização" em atender as necessidades básicas da maioria da população criou as bases para a renovada relevância do nacionalismo. Mas, qual nacionalismo? O nacionalismo revolucionário, ou seja, aquele que enfrenta os dilemas históricos do capitalismo dependente, incapaz de dar vida digna a milhões de pessoas, de superar a dependência tecnológica, a miséria e a marginalidade política e social, a alienação cultural.

O nacionalismo – que seguirá sendo objeto de intensa controvérsia – pode, na verdade, ser tão nocivo quanto emancipatório, razão pela qual representa grave erro simplesmente condená-lo. Gilberto Freire, este ícone das letras paulistas, alertou em 1946 que "a história de nações como as latino-americanas está assim caracterizada tanto por um nacionalismo de proteção como por um nacionalismo de agressão". O argumento tem algo de verdadeiro, embora não há notícias de uma invasão ou agressão militar de um país latino-americano a qualquer potência imperialista. O contrário é verdadeiro. É claro que existiram e ainda permanecem tensões regionais que implicaram em conflitos bélicos entre os países latino-americanos, mas quem se atreveria comparar os termos da questão?

É expressivo de seu caráter polêmico o fato que tanto um historiador marxista como E. J. Hobsbawm quanto o literato liberal considerem o nacionalismo perigoso anacronismo. Ambos não conseguem estabelecer relação entre a terrível realidade do subdesenvolvimento e a erupção do nacionalismo revolucionário, principal fenômeno político da América Latina contemporânea. A origem da inesperada coincidência é que Hobsbawm e Vargas Llosa – figuras opostas no espectro político – expressam considerável dose de eurocentrismo, razão pela qual julgam que todas as nações estão prontas, historicamente concluídas. Desde Madri e Londres, onde estão confortavelmente instalados, o mundo tem obviamente outra feição...

Vargas Llosa prefere pensar que o nacionalismo é, juntamente com o "populismo", o "indigenismo" e a "corrupção", um obstáculo ao desenvolvimento. No fundo, alimenta-se da ilusão do desenvolvimentismo, típico subproduto da sociologia da ordem de inspiração rostowiana, segundo a qual, com um pouco de esforço e seguindo as pegadas dos países centrais, chegaremos lá. Viver na periferia capitalista não é, efetivamente, desfrutar de uma vida agradável, tantos são os problemas reais ou imaginários. Portanto, é compreensível que dirija suas baterias contra qualquer manifestação de nacionalismo, especialmente quando a bandeira é empunhada pelas classes subalternas. Para ele, a "visão patrioteira e provinciana da cultura e da política" funciona como espécie de "contracapa do nacionalismo" e é a melhor receita para jamais sair do subdesenvolvimento, como escreveu em 2005. Eis o segredo do postulado de Vargas Llosa – como também de todos os liberais latino-americanos –, pois supõe que mesmo uma dose cavalar de liberalismo nunca será suficiente para modernizar nossos países. É como afirmou um "profeta" liberal brasileiro já merecidamente esquecido: "o neoliberalismo seria bom, mas lamentavelmente nunca contraímos a enfermidade". Em resumo: por mais intensa que sejam as medidas liberais aplicadas – privatização, abertura da economia, flexibilização dos salários, entre outras conhecidas medidas antipopulares – o fato é que a realidade não se transforma jamais na direção pretendida pelos liberais. Ao contrário, confirma o acertado prognóstico de Gunder Frank, pois a "onda modernizadora" aprofunda o *desenvolvimento do subdesenvolvimento*.

O fato é que o liberalismo se renova sem jamais cumprir sua promessa de redimir da pobreza milhões de pessoas e de garantir às nações latino-americanas um lugar que não seja a subalternidade no cenário

internacional. Eis a razão pela qual o nacionalismo se mantém como força política imprescindível na América Latina como de resto em toda periferia capitalista, pois sem ele, a debilidade da nação e as desigualdades sociais que a acompanham seriam ainda mais gritantes.

Um mundo sem nacionalismos somente seria possível com o ocaso das nações. É desejável? Certamente, mas é preciso levar em conta que o grande capital não pode prescindir do Estado-nação a seu exclusivo serviço. Portanto, seguirá exorcizando qualquer manifestação de nacionalismo na periferia que impeça o mínimo de controle popular sobre recursos estratégicos da nação, ou seja, minerais, mão de obra, alimentos e, especialmente, fluxos financeiros. É claro que a análise deste fenômeno não deveria ocultar outro dado elementar do mundo moderno: o nacionalismo praticado historicamente pelos países centrais não somente segue intacto como ganhou força nas décadas em que o chamado neoliberalismo foi aplicado sem restrições. Em consequência, tanto na cultura quanto na economia, o nacionalismo realmente destrutivo segue sendo aquele praticado pelos países centrais contra os países periféricos.

Um mundo sem nacionalismos? Os povos dos países latino-americanos certamente seriam os primeiros interessados em eliminar da face da terra o nacionalismo em qualquer de suas manifestações. É simples perceber que numa verdadeira comunidade mundial, sem o domínio dos nacionalismos dos países centrais (imperialismo), a opressão nacional sob os países periféricos cessaria. Neste cenário utópico – o fim do nacionalismo em *escala planetária* – poderíamos, quiçá, ter melhor sorte do que aquela reservada às maiorias das nações sob controle das classes dominantes locais em íntima relação com as elites dos países metropolitanos. Estou convencido que precisamente as classes populares da periferia capitalista seriam as primeiras a lutar pelo fim das fronteiras nacionais e o fim de todo e qualquer nacionalismo. Estaríamos vivendo o fim do capitalismo, certamente. Mas esta generosa possibilidade, como se pode ler no livro de Vargas Llosa, não existe para o escritor.

O pensamento cativo

A partir de 1994 a política econômica em curso no Brasil expressa um pacto de classe que a mantém substancialmente inalterada até os dias de hoje. No entanto, os defensores do governo Lula/Dilma – de maneira geral autodefinidos como desenvolvimentistas – insistem que existe grande diferença entre seu governo e o de Fernando Henrique Cardoso, especialmente no que se refere ao trato da questão social. Contudo, os elementos de continuidade são maiores do que os de ruptura, razão pela qual podemos observar que os bandos em aparente conflito (PSDB e PT) implementam uma política econômica marcada pelo respeito sacrossanto ao conhecido tripé entre taxa de inflação (prioridade suprema), taxa de juros e taxa de câmbio.

O terreno da divergência em política econômica – tolerar mais inflação em nome de maior taxa de crescimento do PIB ou contê-la sacrificando o emprego – está garantido pelo fato de que a econômica política já assegurou algo decisivo: o lugar de cada fração de classe na condução do país. De fato, enquanto o latifúndio ganhou força durante estes anos, especialmente a partir do último ano do primeiro mandato do presidente Lula, a fração industrial, especialmente aquela produtora de máquinas e equipamentos, perde visivelmente vitalidade no interior do bloco dominante. O resultado do pacto de classe produz a ideologia da "desindustrialização", grito da fração industrial destinada a arrancar do Estado compensações e benefícios diante de sua incapacidade de competir com os capitais internacionais em qualquer ramo da produção de mercadorias. É a astúcia de uma burguesia rapaz, incapaz de montar um projeto próprio de país, e sem qualquer disposição para enfrentar as potências dominantes e liderar um bloco latino-americano com independência nas relações internacionais. A burguesia comercial aproveita a "moeda forte", ou seja, o câmbio sobrevalorizado, para comprar na China não

somente máquinas e equipamentos, mas também todo tipo de artigo de consumo destinado inclusive às classes populares e não somente ao consumo suntuário. Na crista da onda, o capital internacional avança poderosamente, garante ganhos de produtividade crescentes e alimenta uma transferência de valor importantíssima para o ciclo do capital em escala global, enquanto o capital financeiro acumula força política e econômica com a multiplicação da dívida pública, um valiosíssimo instrumento de acumulação de capital que, em consequência, impõe às classes populares uma austeridade fiscal permanente. A política social não pode, neste contexto, ter alcance maior, pois os recursos destinados ao pagamento de juros e serviços da dívida (interna e externa) consomem quase sempre 50% do orçamento público desde que o Plano Real foi implementado e soldou uma aliança de classe que ainda nos governa. Também desde aquela época, a situação brasileira assemelha-se a uma economia de guerra, em que a maior parte dos recursos do país é destinada a um esforço de destruição considerável.

Esse pacto de classe é o que garante a continuidade da política econômica, razão pela qual não importa se o ministro da Fazenda é um médico (Palocci) ou um economista (Malam e Mantega), porque os "fundamentos" são respeitados pelos dois bandos em aparente conflito. Em qualquer caso, os argumentos em favor da continuidade e o respeito ao Plano Real, em suma, a defesa da "estabilidade da moeda", são os mesmos para o consórcio "petucano". Os franceses certamente diriam que se trata da hegemonia do "pensamento único", reafirmando velha predileção pela diferença; ainda assim, a análise é notoriamente insuficiente: sem o conceito de *colonialismo* é impossível explicar o domínio da neoclássica no terreno do pensamento econômico. Em outros termos, sem explicar o caráter mundial da produção de conhecimento e as redes neocoloniais criadas no mundo universitário que o alimentam, a permanência de uma "teorização" que luta contra os fatos e por eles é derrotada – especialmente após a grande crise de 2007/2008 –, seria impossível explicar a força da neoclássica no ensino de economia dos países latino-americanos.

O historiador marxista inglês Eric Hobsbawn, em um livro de pretensão secular, manifestou surpresa diante do ressurgimento do liberalismo como ideologia dominante no final do século XX, uma vez que este havia sido derrotado após a segunda guerra, justamente por sua responsabilidade intelectual nos dois conflitos mundiais. Fruto desse processo, o keynesianismo gozou de grande prestígio durante longo período sob o signo da suposta existência dos "anos dourados" do capitalismo, o que propiciou a um conhecido conservador proclamar sem ruborizar-se que todos "somos keynesianos". A resistência mais célebre e, possivelmente, solitária ficou por conta de Hayeck e seu grupo, quando dedicou seu libelo pró-capitalista (*O caminho da servidão*) aos "socialistas de todos os partidos". Contudo, a constante no mundo é a mudança, o movimento, razão pela qual também Keynes seria considerado ultrapassado, cedendo seu lugar aos conservadores de distintos tipos. Enfim, a partir de 1980/1982, a neoclássica tornou-se então soberana.

Na atualidade, devemos perguntar: de onde nasce a força do pensamento dominante em economia? É impossível compreendê-la sem considerar a tentativa de retomada da hegemonia estadunidense, pois o retorno da teoria neoclássica no terreno das ideias expressa a força material dos Estados Unidos na economia mundial. Observando a situação global desde uma perspectiva latino-americana, constatamos que a partir de Ronald Reagan o continente curvou-se! A Revolução Cubana criou mecanismos suficientemente fortes para defender-se do criminoso bloqueio econômico e das eternas hostilidades, mas limitou-se heroicamente a defender as conquistas sociais da Revolução e a soberania da maior ilha do Caribe; a Revolução Sandinista foi hostilizada na raiz desde o primeiro dia da vitória militar, ainda que tenha mudado radicalmente o cenário centro-americano por algum tempo; os movimentos guerrilheiros de El Salvador e Guatemala foram desmobilizados e cada qual a sua maneira assinaram acordos de paz; os movimentos sociais, com raras exceções, declinaram em todas partes, especialmente porque os mecanismos inerentes ao terrorismo de Estado jamais foram eliminados em qualquer parte; a democratização dos sistemas políticos se

reduziu à esfera eleitoral sem jamais debilitar as reservas estatais controladas minuciosamente pelas classes dominantes, desde o Banco Central, ao Exército e à Polícia Militar; a soberania das nações foi severamente limitada; a economia latino-americana aprofundou sua dependência a níveis jamais imaginados; a astuta combinação entre endividamento externo e interno se transformou em eficaz mecanismo de acumulação de capital, dominando e empobrecendo milhões de pessoas que as estatísticas tiveram que dividir entre pobres e miseráveis.

O ensino de economia num país dependente

Enquanto os problemas econômicos e sociais se agravavam em uma ponta, o ensino e a pesquisa em economia se esterilizavam na outra. Mesmo a Cepal, uma instituição sólida e com certa tradição crítica, sofreu naquela época os efeitos da regressão colonial em suas formulações. A observação sobre sua trajetória intelectual – especialmente na década de noventa – permite observar o quanto a entidade contribuiu para o pensamento cativo, situação que somente agora está sendo superada, ainda que muito lentamente. Essa regressão implicou em empobrecimento metodológico, em perda de imaginação política, na incapacidade de propor algo mais atrevido aos governos que, finalmente, lhe dão sustentação.

No Brasil, de maneira mais ou menos rápida, duas tendências se estabeleceram. A primeira, representada pelos estudos sobre a "economia brasileira" deixou raras contribuições teóricas, mas ganhou em popularidade na exata medida em que era instrumentalizada em favor dos "economistas de oposição" à ditadura. Concentrados no eixo Rio-São Paulo, vincularam sua sorte à derrota da ditadura cívico-militar e a combateram de forma educada. A segunda adotou sem nenhuma mediação o padrão importado dos Estados Unidos e gozava, em certa medida, de um antecedente importante: apenas caminhava na trilha batida do conhecido Acordo MEC/Usaid, que reformou a universidade brasileira em 1968. Para a maioria dos estudantes de economia, a existência das duas tendências era a prova inequívoca de que vivíamos o clima saudável do pluralismo. Qual pluralismo? Ora, o único que o liberalismo permite nos trópicos: todo conhecimento em economia estará limitado na disputa entre keynesianos e neoclássicos, sem mencionar jamais (ou apenas secundariamente) os marxistas. Enfim, o pensamento crítico em economia está, inexoravelmente, eliminado ou contemplado apenas de maneira marginal.

Para o imperialismo estadunidense (e para as classes dominantes locais) tanto melhor, pois o pluralismo reinante não era anticapitalista; ao contrário, a linha "plural" garantia a possibilidade de *mudança sem ruptura*, exigia convivência submissa dos keynesianos à neoclássica, com a qual finalmente dividiam grande parte dos axiomas fundamentais, exibindo, entretanto, certo charme na crítica, indispensável tanto para suceder aos economistas da ditadura no futuro estado democrático, quanto necessário para enfrentar a onda conservadora representada pelo "neoliberalismo" que surgiria – com algum atraso em relação aos demais países latino-americanos – também no Brasil. A convivência entre keynesianos e neoclássicos é de tal ordem que, excetuando poucos rebeldes, a maior parte dos economistas de corte keynesiano adotam ou admitem que existem "fundamentos" próprios da neoclássica que efetivamente não admitem dúvidas. Da mesma maneira, os novos profetas, completamente desinibidos com a vitória intelectual sobre os "heterodoxos" avançaram o sinal, afirmando que a "agenda da estabilização", ou seja, na linguagem vulgar, o programa neoliberal, era, na verdade, parte constitutiva da agenda do desenvolvimento. Eles afirmavam que na prática eram os únicos que poderiam "garantir um modelo de crescimento que consiga reduzir desigualdades sociais sem impactos inflacionários". Enfim, produzia-se na periferia um conhecido brado: "todos somos desenvolvimentistas".

Um debate marcado pelo dualismo funcional aos interesses dominantes então se estabeleceu e parece ainda dar mostras de vitalidade: naqueles tempos – como também nos dias que correm – qualquer pessoa que se graduasse em uma faculdade de economia se filiava entre os adeptos do "crescimento econômico" ou imediatamente era considera-

da como representante do batalhão "recessivo". Então, como agora, todos lutavam contra a pobreza: para os primeiros o emprego era a prioridade decisiva e para os segundos o combate à inflação era pré-condição para o crescimento. A miséria e a fome cresciam e tudo indicava que os economistas se preparavam em ambos os bandos para uma digestão moral da pobreza, garantida pela proximidade intelectual cada vez maior e certo apreço por programas sociais. De um lado, os neoclássicos defendiam programas "focados", porque numa economia moderna de tipo capitalista tudo dependerá em última instância do crescimento da produtividade das empresas, enquanto os keynesianos ou "heterodoxos" exigiam programas sociais de alcance "universal". A história do programa "bolsa família", criado no governo Fernando Henrique Cardoso e turbinado depois no governo Lula é bem representativo deste cenário, no qual, finalmente, a questão social não será mais resolvida como se fosse um caso de polícia, mas tampouco poderá encontrar solução tocando na propriedade e no poder. Eis o terreno da caridade que deixaria o "nobre e bom" Mandeville irritado.

Como foi possível chegar a tal grau de insensibilidade social e indigência intelectual que presenciamos agora? Como foi possível que o pensamento na economia ficasse prisioneiro de esquemas tão frágeis? Por que e como ficou, finalmente, cativo? Ofereço a seguir duas pistas que, certamente, não são exaustivas, mas não poderiam ser honestamente desconsideradas em esforço mais consistente para elucidar a crise atual do "pensamento econômico brasileiro".

A luta pela nacionalização da reflexão em economia é antiga. Até 1964 havia certo esforço autônomo na reflexão, talvez só parcialmente observado, mas a derrocada do governo de João Goulart pela conspiração civil-militar apoiada por Washington possibilitou que a ditadura mudasse a correlação de forças e inaugurasse um novo cenário. Uma das primeiras medidas da ditadura foi a implementação da "reforma universitária", para a qual o governo contou com o "apoio" dos Estados Unidos por meio de uma conhecida agência chamada USAID (United States Agency for International Development). Em consequência, em

1967, o relatório MEC-USAID produziu um conjunto de mudanças na universidade brasileira, entre as quais figurava a "departamentalização", a introdução do vestibular, o sistema de créditos etc. Contudo, o famoso relatório também recomendava de maneira expressa que seria necessário encher o currículo de economia com problemas nacionais.

O professor da Universidade de Michigan, John M. Hunter, consultor da USAID, indicava de maneira expressa que o "contexto institucional" e o mundo conhecido pelos professores da periferia que estudavam economia nos Estados Unidos não eram adequadamente assimilados. Em consequência, reproduziam em seus países programas e conteúdos que nunca resultariam em benefício de seu povo e, mais grave, eram por esta mesma razão intelectualmente pouco estimulantes para os estudantes. O relatório recomendava de forma enfática a alteração do rumo da disciplina no país: "se a economia deve ser significativa para o Brasil, tem que ter um substancial conteúdo brasileiro – algo que aparentemente está faltando". A reforma universitária, como sabemos, foi inspirada nos mínimos detalhes pelo temível relatório de uma agência agora em desuso (o Banco Mundial cumpre as mesmas funções com mais eficácia), contudo o fato curioso fica por conta do desprezo destinado a essa recomendação pelas autoridades instaladas no Ministério da Educação durante a ditadura. Desde então, os cursos de economia no país mantém uma essência tecnocrática, cuja função implícita é o de supostamente "preparar tecnicamente bem" o economista, enquanto o aliena de maneira completa em relação aos problemas econômicos e sociais de seu povo. Assim, um economista se forma com enorme distância dos problemas reais de seu país, acumulando grande ignorância e alienação sobre aqueles pensadores que teorizaram sobre sua realidade. As sucessivas mudanças curriculares e também aquelas alterações sofridas pelo modelo universitário jamais adotaram a recomendação da USAID, fato que não pode passar sem reflexão. Afinal, por que uma recomendação tão clara, indicando a *nacionalização da reflexão sobre problemas do país*, jamais foi adotada pela ditadura e por qualquer governo do regime democrático?

Concluída a graduação, o economista enfrentará o mercado de trabalho – a realidade brasileira – sentindo-se em grande medida despreparado para atuar, pois o ensino que recebeu, repleto de matemática e orientado pelos manuais *from esteites* raramente lhe garantem segurança intelectual e potência profissional. Uma vez formado, a opção universitária aparece como opção profissional. Neste caso, deve então, inevitavelmente, buscar um mestrado que, na cadeia de produção de um professor, não é mais do que um ritual de passagem ao doutorado. Na atualidade terá que fazê-lo no país, porém, nas condições intelectuais reinantes, provavelmente, aumentará sua ignorância sobre a realidade nacional. Em muitos casos, podemos dizer que seu mestrado poderia estar sendo realizado em Michigan, Oxford ou Harvard, pois muito provavelmente sua formação será completamente alheia aos grandes problemas nacionais. Na prática muitos alunos "testam" aqui um modelo matemático elaborado por um professor universitário dos Estados Unidos, no qual nosso país aparece como "estudo de caso", como se, de fato, estivessem tratando de problemas de nossa realidade. Não é incomum, por exemplo, que o estudo da macroeconomia – disciplina obrigatória – seja ministrada a partir do manual de macroeconomia de Rommel (em inglês!!!) porque sequer possui tradução ao português.

No caso da economia, para ingressar no sistema de pós-graduação, o economista deverá enfrentar o exame da ANPEC (Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação). Trata-se de uma associação cujas origens explicam em grande medida a incapacidade da denominada "ciência econômica" em prever, explicar e, principalmente, superar os problemas da realidade nacional e continental. O eixo articulador do exame da ANPEC é constituído de disciplinas onde o dogma neoclássico representa o núcleo duro na maioria dos programas de pós-graduação do país. Portanto, não há alternativas críticas em nosso sistema de ensino em economia: após o ensino tecnocrático da graduação, o estudante aprofunda-se nos estudos *teológicos* disponíveis.

O exame nacional para ingresso na pós-graduação em economia não é totalmente destituído de méritos; em sua defesa, pode-se dizer que

se por um lado representa um filtro ideológico de grande eficácia, por outro impediu o *coleguismo* muito frequente em exames cuja seleção é local e, nos quais, nem sempre são admitidos os melhores candidatos, mas simplesmente aqueles para quem os professores aplicam o critério das "afinidades eletivas". Contudo, essa vantagem não pode justificar a seleção nacional, uma vez que, de outros processos, deveríamos apenas recolher os melhores exemplos e não os piores. Como sabemos, em economia – na maioria dos programas – somente os aprovados no concurso nacional possuem direito a bolsas, de maneira que para a quota local na seleção – quando esta existe – não há alternativa senão a realização de um mestrado em condições precárias.

O problema tem sido parcialmente contornado, mas não sem graves prejuízos intelectuais, já que algumas bolsas são concedidas aos estudantes, mas estão vinculadas a projetos de pesquisa dos professores, onde o aluno realizará *parte* do trabalho docente e, certamente, abandonará o projeto que inicialmente o motivou na busca da pós-graduação. Assim, um período decisivo da formação do futuro mestre ou doutor é consagrado a projeto ou mesmo perspectiva analítica que foge ao interesse do aluno. Não é necessário insistir no fato de que, no ambiente plural que sofremos, não se financiam projetos sobre caminhos para a superação da dependência e o subdesenvolvimento.

Uma vez no Programa – qualquer programa – o aluno enfrentará em todo o território nacional as mesmas disciplinas obrigatórias: macro e microeconomia, métodos quantitativos etc., onde, assim, o ciclo se completa.

Um exemplo contundente do colonialismo na formação do economista pode ser visto no ensino da macroeconomia, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Toda geração de estudantes tem como tarefa "intelectual" decifrar um manual, cuja origem é inapelavelmente os Estados Unidos. Na atualidade, o manual ultrautilizado é o de Olivier Blanchard, ex-professor de Harvard e do MIT, quem agora ocupa o importante cargo de economista chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI). Após a crise de 2007/2008 que levou bancos, monopólios, se-

guradoras e o sistema de hipotecas nos Estados Unidos à bancarrota, Blanchard afirmou sem vacilação sua dúvida diante das antigas certezas que ajudou a divulgar na época em que todos eram liberais e apostavam tudo no "bom funcionamento dos mercados". Em entrevista ao jornal *Valor*, afirmou que após a crise "aprendemos que existem coisas em que acreditávamos que provavelmente não são corretas. Temos que repensar como executamos políticas macroeconômicas, mas ainda não chegamos lá. Ainda falta muito." Quando perguntado sobre em que bando ele se alinhava, se definiu como keynesiano – agora todos são keynesianos!, NDO –, ou seja, "alguém que acredita nos mercados, mas acredita que às vezes eles funcionam mal e que as políticas públicas devem ter um papel central". É fácil perceber que quando o colapso da economia capitalista se apresenta, todos os antigos neoclássicos se transformaram rapidamente em keynesianos, pois a intervenção estatal em favor dos ricos se torna um assunto emergencial e não admite ambiguidades. No entanto, os professores universitários seguem entrando nas salas de aula com a antiga fé que nem mesmo o autor do evangelho professa.

No batalhão de Vanderbilt

Nos estudos de pós-graduação em economia, as marcas do colonialismo são indisfarçáveis. Os primeiros cursos, localizados no eixo Rio-São Paulo, são produtos do programa IPE/USAID/Vanderbilt, que data de 1966. O programa foi considerado por seus ideólogos como uma "revolução intelectual", pois implicou em "rápida transformação no perfil dos docentes ao longo da década de setenta".

No início, tudo tinha um caráter informal, relata um autorizado cronista: "(...) a razão dessa informalidade está sem dúvida ligada ao fato de que a ANPEC se estabeleceu no contexto e sob o amparo do programa IPE/USAID/Vanderbilt. Desse programa (e da Fundação Ford) vinham os recursos para custear as primeiras atividades da Associação".

A "unificação do concurso" para ingresso na pós-graduação em economia tornou-se quase um símbolo da atividade da ANPEC e sua

inscrição neoclássica eliminou a controvérsia necessária a qualquer formação intelectual. No entanto, nem sempre foi assim, pois durante a ditadura todos estavam de acordo que a "pluralidade de orientação" deveria ser estimulada. Em sua fase juvenil, a ANPEC defrontou-se com o pedido de inscrição da Unicamp, então considerada "herege" para os padrões dominantes. O curso de Campinas foi admitido, mas não sem traumas, pois em óbvio protesto pelo "desvio" a Fundação Getúlio Vargas retirou-se da ANPEC, para retornar somente alguns anos mais tarde sob a liderança de Mário Henrique Simonsen. O argumento para o veto superava sem inibições o apelo "pluralista" que já naquelas alturas da democratização era iniludível: os cariocas acusavam o programa transgressor de nada menos do que "insuficiente estatura científica". Enquanto os primeiros conformavam a máxima de Jevons, segundo a qual "se a Economia deve ser, em absoluto, uma ciência, deve ser uma ciência matemática", a admissão dos "rebeldes" paulistas consagrava a ideia de que estávamos funcionando em clima de "pleno pluralismo".

Versiani indica que o episódio do distante ano de 1974 reforçou a ideia unânime de que "a ANPEC deveria atuar como um fórum multilateral de discussão econômica, sem restrições metodológicas ou de posição política." Tem sido assim? Quando consideramos a lista dos convidados aos encontros nacionais – critério sugerido pelo próprio Versiani –, podemos constatar que a linha plural, nos termos aqui definidos, realmente existe. Considerando ainda os artigos publicados na Revista da ANPEC também podemos encontrar certo pluralismo, obviamente limitado à presença de keynesianos no ninho da neoclássica. Contudo, quando analisamos a grade curricular do processo de formação do mestre ou doutor do programa padrão da ANPEC, salta aos olhos que os "centros de excelência" mal admitem pluralismo e, menos ainda, heresia. Como chegamos a isto?

Em fins de 1987, a Associação organizou uma reunião com os ex-secretários em que um deles indicou um novo rumo para ampliar a área de atuação da entidade: "procurar influenciar o padrão de ensino, tanto de pós-graduação quanto de graduação." Privilegiar, portanto, o "papel

pedagógico" da entidade. Esta decisão se dá logo após o final da ditadura (1985), momento em que ocorria a iniciativa do Conselho Federal de Economia na direção de renovar o ensino de graduação na direção do pluralismo necessário à legitimação da Nova República.

Esse foi o caminho para a plena restauração do espírito de Vanderbilt! O caráter plural da entidade privada não se reflete nos programas e igualmente no sistema de distribuição de bolsas, cuja única via de acesso é o exame nacional orientado com respeito a fins. Estabeleceu-se o reino da neoclássica no sistema de pós-graduação, de tal forma que, enquanto a graduação abria-se para a emergência do marxismo e ampliava o espaço para os keynesianos, fechava-se completamente na formação do futuro professor. Não se pode esquecer que na maioria dos estados da federação, para entrar numa universidade pública sempre foi indispensável exibir o título de doutor, razão pela qual era igualmente necessário ser aprovado num programa de mestrado com as características indicadas anteriormente e não menor carga de neoclássica na formação do doutor. Enfim, o ensino de economia tornava-se plural na graduação (com reduzido espaço para o marxismo) e completamente ortodoxo (neoclássico) na pós-graduação. Como se viu, era uma questão de tempo para que o corpo de professores ficasse muito rapidamente monolítico.

Outra contribuição estratégica para o atual estado da arte tem sido o sistema de avaliação dos cursos de pós-graduação. Há muito a dizer nessa direção, mas limito-me a indicar um debate no interior da ANPEC, no qual Ana Maria Bianchi adotou uma posição francamente colonial, ao sugerir três medidas destinadas a "elevar o nível do ensino" da pós-graduação em economia. A primeira consiste em aumentar a exposição de nossos pesquisadores em termos internacionais, já que, segundo sua concepção, "uma possibilidade de aumentar a exposição internacional dos pesquisadores brasileiros é de os próprios brasileiros incentivarem seus colaboradores a publicar em inglês". Em uma reunião de meu departamento, ouvi certa feita, de maneira crua, o argumento na mesma direção, sem a cordialidade de Bianchi, que publicação internacional em revista do Paraguai não era válida... Dispenso comentário.

A segunda sugestão de Bianchi é "não pontuar todos os periódicos brasileiros para não incentivar a proliferação" que, presumo, deve ser considerada nociva. Mais incrível ainda é a terceira medida proposta pela autoridade: "aumentar o diferencial das publicações nacionais e estrangeiras" em favor das últimas. Enfim, a sábia professora sugere que um artigo publicado numa revista brasileira deve render menos pontos quando comparado a outro publicado numa revista de economia da Inglaterra ou dos Estados Unidos. Ora, em um país que pouco publica e lê menos ainda, ela afirma sem constrangimento que "até tentou ajudar a conter a onda de revistas". Recordo, aqui, diálogo com um alemão que permaneceu em meu departamento por dois anos na condição de professor visitante; ao ler no mural de meu corredor a pontuação da Capes, perguntou-me: "Adam Smith não nasceria aqui?" Com imensa amargura, respondi: "definitivamente, não!". Ele então cobrou: "você não vai dizer nada?" Eu agreguei, desconsolado: "Já estou rouco e descobri que meus colegas estão surdos!". Na verdade, todo esse sistema de avaliação inscreve-se na lógica colonial, produto da "cultura da avaliação" inaugurada na administração do ministro Paulo Renato de Souza, que adotou sem restrições os programas do Banco Mundial. O que o governo Lula/Dilma fez para revisar o processo? Rigorosamente nada; ao contrário, seguiu atuando como se a política tucana fosse de fato uma conquista republicana que deveria ser tratado como "assunto de Estado" e não como "política de governo". Assim, reproduziu um bordão liberal, segundo o qual há assuntos que não podem ser tocados por governos, porque simplesmente representam interesses de Estado... Neste momento, os sinais indicam que existe uma enorme disputa na qual as forças mais importantes pretendem aprofundar a linha indicada por Bianchi, enquanto a outra, alternativa, apenas começa a exigir mudanças que contemplem critério não somente mais plural, mas, sobretudo, que as publicações reflitam a preocupação com temas nacionais que não podem ser considerados de menor importância científica. Contudo, como manda nossa tradição, a mudança deve acontecer em termos braudelianos: lenta, muita lenta.

Ana Maria Bianchi tenta ocultar sua orientação colonizante ao defender o "pluralismo" na publicação – pois para ela a "estrutura da profissão é conservadora, e o *ranking* internacional reflete isso" – e, recordando Hirschman, recomenda que não copiemos "bobamente as classificações estrangeiras"; contudo, esta recomendação representa um completo disparate se consideramos a orientação por ela traçada. Neste contexto, é preciso resgatar a importância da expressão "fracassomania", muitas vezes utilizada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso sem o devido rigor e que, de fato, tem implicações mais profundas que o senso comum não recolhe. Não se trata de simplesmente evitar em nosso país a cópia do *ranking* internacional, mas precisamente de eliminá-lo. Por quê? Ora, é por meio de mecanismos acadêmicos e supostamente científicos como um "*ranking* internacional" organizado por empresa privada ou universidade estadunidense que o ensino de economia se "descola de problemas reais", pois estará imune a qualquer tipo de *validação social do conhecimento*. O sistema de avaliação de pares atualmente em vigor constitui, neste contexto, o meio pelo qual o Estado brasileiro explicita a reduzida margem de soberania que de fato possui e, em consequência, alimenta o sistema mundial de produção de conhecimento, enviando para os países centrais pequenas e decisivas descobertas científicas, que são recebidas por "revistas internacionais" (ou seja, apenas uma revista estadunidense, francesa ou germânica considerada pela mentalidade colonial em nosso país como "internacional") e aproveitadas como insumo para o registro de patentes e a descoberta de novos produtos nos mais diferentes ramos da produção. A análise deste fenômeno eu realizei em outro livro (*Crítica à razão acadêmica*), razão pela qual não serei exaustivo neste momento.

Aqui importa considerar que esse sistema incentiva o "descolamento" do cientista social dos problemas reais, aqueles vinculados à fome, ao subemprego crônico ou a superexploração da força de trabalho, às transferências de valor da periferia aos países centrais, ao raquitismo estatal, ao grave problema de endividamento público (interno e externo), entre outros tantos. Na exata medida em que não temos mecanismos de valida-

ção social do conhecimento e a cumplicidade dos pares se apresenta sem limites na avaliação do "mérito" do trabalho do colega que divide porta com a sua, o cientista social não necessita atender demandas sociais e tampouco sente a pressão da sociedade – especialmente das classes populares – sob os temas que realmente necessitaria estudar ou pesquisar.

Assim, o cientista social atua de costas para sua própria realidade e a história de seu país ou continente, comportamento particularmente grave no contexto latino-americano. Voltemos ao bem comportado Hirschman que, com efeito, utiliza a expressão "fracassomania" num sentido adequado para nossa breve reflexão: "O termo indica, mais do que qualquer outra coisa, o desconhecimento da bagagem de experiências herdadas do passado. É a convicção de que tudo o que foi feito se transformou em *fracasso*, em derrota. Neste ponto, a única coisa que se pode fazer é importar coisas do exterior, posturas, valores, sem procurar aprender da própria experiência. Alguns desses temas emergiam da discussão sobre a teoria da dependência. Acho que falta capacidade de aprender com a experiência do passado. *Os jovens são mandados para estudar nas universidades norte-americanas e europeias e, quando retornam, acreditam saber e conhecer tudo, sem ter aprendido nada da experiência dos velhos que sempre viveram na América Latina. Visto que o que sabem aprenderam em Harvard, Princeton, Munique ou Oxford, acham que conhecem tudo, que* não tem nada a aprender com os velhos. A falta de intercâmbio entre as velhas e as novas gerações: eis uma outra forma de "fracassomania". Em certo sentido, este é um aspecto da dependência. Usei, às vezes, para definir a figura do consultor das reformas, que trás novas ideias e novas propostas sem observar a realidade e a experiência do país para a qual as reformas estão voltadas".

O postulado de "aprender com os velhos" sequer figura como uma possibilidade real entre nós. Alguém estaria disposto a incluir como disciplina obrigatória na graduação ou na pós-graduação brasileira em economia o estudo da contribuição cepalina à compreensão do "capitalismo periférico" e/ou a crítica marxista ao modelo cepalino representada pelo que se convencionou chamar "teoria da dependência"? A

resposta, de maneira geral, tem sido negativa, razão pela qual o "espírito" de nossos professores está sempre "aberto" para receber a boa nova criada na Europa ou nos Estados Unidos. O figurino francês, desde o século XVIII. O figurino gringo, no século XX e XXI.

Um argumento vulgar esgrimido pelos defensores do sistema atual consiste em afirmar que um estudante de pós-graduação tem por obrigação o conhecimento da neoclássica. Ora, este argumento também pode ser utilizado por um keynesiano ou marxista e nem por isso os estudos de Marx e Keynes constituem disciplinas obrigatórias. Afinal, um bom estudante de economia poderia ignorar, como ocorre com a grande maioria daqueles que possuem inclinação neoclássica, a importância intelectual das duas referências anteriormente mencionadas? Aqueles que defendem uma formação "completa", mas a restringem ao estudo da neoclássica, deveriam sugerir um exame nacional baseado nas distintas escolas de pensamento. Desta forma, poderíamos conquistar um novo patamar de estudantes, certamente mais cultos, com formação efetivamente plural e um sistema democrático no ingresso. Não há em economia, definitivamente, o argumento da superioridade intelectual de uma escola sobre outra para iludir programas ou evitar autores.

Adiós Vanderbilt?

No distante ano de 1984, já nos estertores da ditadura, os economistas brasileiros avançaram em um processo de renovação intelectual inspirado na ideia do pluralismo como valor fundamental em sua formação. Rompia-se, pelo menos em parte, a formação tecnocrática, *manualesca* e predominantemente neoclássica vigente durante a ditadura, em favor de outra que permitia o estudo de Keynes e os keynesianos, liderada por universidades paulistas e cariocas. No entanto, a primavera foi breve! Enquanto a reforma de extração plural avançava no escalão de baixo (a graduação) no diapasão do pluralismo, o andar de cima (pós-graduação) marchava a passos rápidos para a neoclássica. Em pouco tempo, a inevitável renovação do corpo docente disponibilizava em salas de aula uma expressiva presença de jovens neoclássicos

dispostos à reforma espiritual no país. Quando a onda conservadora finalmente arrebatou a presidência da República, primeiro com Fernando Collor e depois com Fernando Henrique Cardoso, colocando o país no reino do "neoliberalismo", começou também a reversão das pequenas conquistas curriculares da transição operada na segunda metade da década de oitenta. Desta forma, gradualmente, os currículos voltaram – já em pleno regime democrático e amparado em forte convicção acadêmica – à velha cantilena neoclássica revestida de pretensão científica. Por esta razão, os estudantes e/ou mesmo professores com outras pretensões ou inclinações intelectuais foram imediatamente batizados como "economistas literatos". Portanto, a pós-graduação brasileira em economia criou – em clima de absoluta liberdade política – os padres necessários para o catecismo da onda mundial em favor do capital. Devemos reconhecer que a estratégia indicada por Rosemberg sugerindo a mudança no padrão de atuação da ANPEC, e elegendo "o papel pedagógico como prioritário", foi coroada de êxito!!!

Uma década depois, em 1994, algo importante ocorreu no enredo dessa breve história. O Plano Real representa uma oportunidade para que velhas divergências fossem definitivamente eliminadas entre os economistas e inaugurou uma nova fase para o ensino de economia, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Formou-se, em primeiro lugar, um perigoso consenso, segundo o qual tanto a estabilidade monetária quanto a política fiscal austera eram valores que deveriam ser defendidos por todos. No conhecido argumento de um ex-desenvolvimentista convertido ao credo neoliberal, Pedro Malan, a austeridade fiscal e estabilidade monetária não representavam teses "nem de direita nem de esquerda", mas uma conquista intelectual de qualquer escola de pensamento. As críticas iniciais ao Plano realizadas pelos economistas que se alinhavam à esquerda – naquela época basicamente os economistas do PT – não foram duradouras e variaram ao longo do tempo, passando da denúncia do caráter recessivo – que nunca se confirmou – à irresponsabilidade da política cambial "populista" que se desfez em janeiro de 1999. Hoje, podemos afirmar que são poucos os keynesianos

e menos ainda os que não se intimidam diante da pressão exercida pelo clima dominante. Muitos dos que resistiram, o fizeram abandonando a condição de críticos e, em consequência, adoram a rentável condição de assessores informais da política oficial por meio da grande imprensa. Talvez por esta razão, a maior conquista do pensamento dominante neste período é aquela que resulta do aprisionamento do debate econômico em termos de política econômica.

Neste contexto, é importante recordar que mesmo organizações internacionais como a UNCTAD já advertiam, na década de setenta que o crescimento, ao invés de diminuir as tensões sociais, na verdade as agravava. No Brasil não seria necessário ler os informes da UNCTAD, bastaria recordar a experiência do "milagre brasileiro", que exibiu taxas nunca vistas de produção (PIB) enquanto ampliava a miséria de milhões. Mas tornou-se um hábito entre os economistas desconhecer as lições de nossa própria história.

Esse acordo básico entre as "duas escolas" (neoclássicos e keynesianos) não impediu, por certo, desacordos a aspectos da estabilização que sofremos nos últimos anos, pois estes obedeciam exclusivamente à lógica eleitoral que, como podemos observar, são logo convenientemente esquecidas uma vez que os economistas da oposição chegam ao governo. Não seria a primeira vez que os antigos críticos adotariam o comportamento dos economistas oficiais. O ex-ministro Bresser Pereira foi pródigo no exercício da dupla moral do economista. Durante a ditadura, na condição de economista de "oposição", ele não deixava de espetar os tecnocratas do regime, declaradamente inspirados nas "recomendações" do FMI, época em que Bresser-Pereira julgava recessiva e desindustrializante a política econômica sugerida pelo organismo; mais adiante, logo que assumiu a condição de ministro de economia do governo de José Sarney, numa sabatina no congresso nacional, afirmou sem ruborizar-se que "o economista é um na oposição e outro no governo". Hoje são os economistas do PT aqueles que reconhecem os méritos dos economistas neoliberais e professam também a sua maneira que existem postulados acima de posições "ideológicas".

Não obstante, a verdade é que a neoclássica – e também a teoria keynesiana – demonstrou rapidamente sua incapacidade de explicar e, mais ainda, de superar os grandes problemas econômicos que afetam a América Latina. Hoje, o mais otimista divulgador dessa perspectiva analítica terá que reconhecer que não é mais possível ocultar a responsabilidade do consenso construído na política econômica – amparado nos programas da graduação e da pós-graduação – pelo dramático quadro social e a drástica limitação do horizonte intelectual de nossos estudantes de economia. A definição de um novo projeto político-pedagógico inicia-se, portanto, aqui. Seremos capazes de superar esta triste situação? Seremos capazes desde a universidade de libertar a criatividade dos economistas e estimulá-los intelectualmente? Seremos capazes de romper com as amarras que mantém o pensamento cativo?

O que aprender com os gringos

Em 1988, a *American Economic Association* (AEA) organizou uma comissão de alto nível para analisar os rumos da graduação e da pós-graduação em economia nos Estados Unidos. Participaram da comissão figuras conhecidas de todos nós, como, por exemplo, Anne O. Krueger (Duke University), ex vice-diretora do FMI, Kenneth J. Arrow (Stanford University), conhecido de nossos estudantes, Robert Lucas (University of Chicago), importante figura neoclássica, Laurence H. Summers (Harvard University), e ex-secretário do Tesouro dos Estados Unidos, o ex-vice-presidente do Banco Mundial e o atual "crítico" da globalização, Joseph E. Stiglitz (Stanford University), entre outros nomes.

Não será possível expor aqui todas as conclusões e recomendações do documento, mas para nossa análise basta recolher algumas delas. A comissão foi motivada pelo fato de que num seminário realizado em 1986 pela National Science Foundation chegou-se à conclusão que o ensino de economia estava bastante afastado das questões relevantes da vida social, fato que foi tomado em sério pela influente AEA.

Após ressaltar as conquistas do ensino em economia (*"the positive side"*), cujas medidas eram as grandes possibilidades de emprego, os diferentes campos de atividade em que pode atuar e a boa remuneração que o economista poderia conquistar, a Comissão indicou que, não obstante a ênfase nas ferramentas e teorias dos cursos de economia, os estudantes apresentavam reduzida capacidade criativa, divorciada dos problemas do mundo real (*divorced from real world questions*). Além disso, os estudantes de outras áreas que buscavam pós-graduar-se em economia exibiam domínio das matemáticas, mas conheciam pouco ou mesmo nenhum conhecimento de "problemas e das instituições econômicas".

Outro aspecto que muito preocupou a Comissão da AEA era que em cada nova geração aumentava a exigência em matemática, atrofiando ainda mais o processo. O diagnóstico indicava que "pode-se ensinar a linguagem matemática, mas não a lógica da economia, valorizando a gramática da disciplina, ao invés da substância". Não menos importante constitui o alerta pedagógico completamente desconsiderado ainda hoje: "a linguagem em sala de aula necessita ser inteligível pelos estudantes".

Desta forma, disseram os especialistas, formou-se nos Estados Unidos uma geração de "idiotas sábios", em que a formação "oprime a capacidade criativa, fruto da dicotomia entre as disciplinas básicas (neoclássica) e o espaço da criatividade". Por outro lado, as habilidades de redigir e comunicar dos novos PhD's em economia é considerado crítico pelo informe, fato que também implicou na perda de terreno no mercado de trabalho. Os destacados membros da comissão da AEA afirmavam também que o inglês como idioma estava sendo muito maltratado. Finalmente, a comissão indicava que o tempo médio para conclusão ampliou para 6,4 anos, em função das vantagens que o mercado de trabalho oferece aos doutores e a redução do programa de bolsas no país.

Neste aspecto, é clara a diferença com os programas de pós-graduação no Brasil, onde durante décadas menos de 20% dos estudantes possuíam bolsas de estudo e, portanto, não dispunham de tempo

completo para a formação. Tampouco podemos desconsiderar que o valor da bolsa para nossos estudantes de pós-graduação implica em não poucos casos que a coordenação do curso simplesmente faça olhos de mercador para o fato de que muitos estudantes seguem trabalhando para complementar a renda, prática expressamente proibida na legislação universitária. O contraste é ainda mais acentuado quando percebemos que estamos formando mestres e doutores para o desemprego ou o subemprego, mas isso parece não preocupar os coordenadores dos programas; estes, na prática, funcionam como donos do cronômetro de uma competição sem sentido, em busca de um "tempo médio" sempre menor, ainda que o sacrifício da qualidade seja inocultável, tornando a defesa de grande parte das dissertações e teses produzidas nessas circunstâncias sofrível.

É claro que a Comissão da AEA nos Estados Unidos não poderia prescrever Marx ou Keynes nos programas de economia que, basicamente, seguem aferrados à neoclássica. Contudo, o fundamental é que aqueles que dirigem o sistema analisam sua própria experiência e corrigem suas falhas. Os Estados Unidos não buscam fórmulas na Europa ou no Japão para o seu sistema de ensino. A despeito das limitações do diagnóstico produzidas pela *American Economic Association*, é importante observar que eles não vacilaram em cortar na própria carne, analisando criticamente os resultados de seu sistema. Em consequência, não vacilaram em escrever sobre as graves limitações que lá se verificam, um contraste com a conduta dos coordenadores de cursos de pós-graduação e pró-reitores de pesquisa das universidades brasileiras. No Brasil, o silêncio das autoridades responsáveis pela educação – do ministro aos reitores – não é somente expressão de covardia política, da ausência de compromisso com o pensamento crítico sobre a dependência e o subdesenvolvimento, mas também expressão de uma conduta que expressa o grau de colonialismo incorporado que transforma uma imensa catástrofe em um sistema de "mérito" tecnocrático.

Qual a razão fundamental desse contraste na condução do sistema de pós-graduação? Ora, uma potência imperialista sempre "ensinará"

a outros povos, desde que estes saibam aprender autonomamente com a experiência alheia. Na América Latina, a experiência estadunidense tem sido ignorada olimpicamente, mas não os recados das agências e institutos estadunidenses que divulgam sua cultura e sua ideologia pelo mundo afora. O colonialismo na região é muito forte e parece que o comportamento intelectual do latino-americano típico nas ciências sociais em geral e na economia em particular, ou seja, o neocolonialismo, já está incorporado ao DNA dos economistas brasileiros.

Contudo, não há razão para supor que nada está mudando. Na exata medida em que o sistema político brasileiro criou um consenso em matéria de política econômica – situação que aproximou neoclássicos e keynesianos – o atual sistema de ensino se revela incapaz de formar um economista com capacidade de explicar, prever e solucionar os grandes problemas nacionais. O consenso cada dia maior entre neoclássicos e keynesianos não consegue explicar as razões pelas quais, a despeito do otimismo dominante, não conseguimos superar o subdesenvolvimento e a dependência, razão pela qual se abriu inesperado espaço social e intelectual para que a crítica se exerça com mais força, com mais independência política, com mais rigor teórico. Portanto, exatamente agora, quando tudo parece estar dominado, abrem-se novas oportunidades para todos aqueles que querem estudar economia de maneira crítica, apegados à realidade nacional e latino-americana e dispostos a devolver alguma credibilidade política e científica a uma profissão que, justificadamente, a perdeu.

Um continente sem teoria?[175]

Num artigo publicado há algum tempo – *Um continente sem teoria* – José Luis Fiori nos oferece uma brevíssima e curiosa história das ideias na América Latina, destinada a espetar o liberalismo que sempre se contentou em repetir nos trópicos as teorias "cosmopolitas" que com frequência colonial aqui se reproduzem. Contudo, ao realizar crítica correta ao eurocentrismo, Fiori termina por aderir ao esporte preferido pela intelectualidade paulista: a crítica à interpretação marxista da dependência e o elogio velado "à escola paulista de sociologia", especialmente àquela vinculada ao nome de Fernando Henrique Cardoso.

No Brasil, o debate acerca da dependência sempre foi mal compreendido. Na verdade, é quase desconhecido entre nós. Contudo, esse desconhecimento não é resultado do acaso, pois tem sido construído como um instrumento de dominação política e de legitimação do capitalismo dependente no país. As ciências sociais paulistas – USP e Unicamp em especial, mas não exclusivamente – manufaturaram um consenso sobre a teoria da dependência que rendeu prestígio acadêmico e posições no aparelho de Estado para alguns professores, mas é rigorosamente falso.

O principal "argumento" para a manufatura do consenso é agora repetido por Fiori, para quem a vertente marxista da dependência considerava "o desenvolvimento dos países centrais e o imperialismo um obstáculo intransponível para o desenvolvimento capitalista periférico. Por isto, falavam do "desenvolvimento do subdesenvolvimento" e defendiam a "necessidade da revolução socialista imediata, inclusive como estratégia de desenvolvimento econômico".

175 Publicado originalmente em www.iela.ufsc.br.

Sabemos que a fórmula "desenvolvimento do subdesenvolvimento" é uma criação do genial André Gunder Frank. O mineiro Ruy Mauro Marini, quem insistiu na necessidade de uma teoria marxista da dependência e deu importante contribuição nessa direção com seu magistral *Dialética da dependência*, escreveu que a fórmula frankiana era mesmo "impecável". Portanto, posso concluir sem medo de errar que a crítica de Fiori – repetindo agora Fernando Henrique Cardoso, Guido Mantega e José Serra – está dirigida basicamente contra Frank e Marini. Mas essa crítica é essencialmente injusta e não corresponde à história do debate.

André Gunder Frank (1929-2005) jamais disse a asneira de que o capitalismo era inviável na periferia do sistema mundial. Ao contrário, Frank, que pode ser considerado sem dúvida o precursor do debate marxista acerca da dependência, não somente desbancou as teses sobre a feudalidade na América Latina, como foi o principal crítico do capitalismo dependente que se desenvolvia aos olhos de todos. Neste contexto, a crítica recente é injusta, porque o próprio Fiori teve o privilégio de assistir aos seminários de Frank no Chile e certamente ouviu não poucas vezes do próprio sua crítica tanto ao reformismo comunista quanto ao estagnacionismo, que de certa forma seduziu muita gente antes do chamado "milagre brasileiro". Mas não era necessário participar das aulas de Gunder Frank para saber o óbvio sobre sua longa e ainda desconhecida obra; bastaria (re)ler *Capitalism and underdevelopment in Latin América. Historical studies of Chile and Brazil* para entender a posição de Frank e sua notável contribuição ao debate das ideias latino-americanas.

Fiori, é preciso recordar, já foi mais entusiasta da tradição latino-americana de pensamento. Contudo, após adotar a perspectiva de Maria da Conceição Tavares e aquilo que denominou com excessiva admiração a "economia política internacional", Fiori afastou-se lenta e inexoravelmente da tradição criada pelo pensamento crítico latino-americano. Na prática, seus estudos possuem a pretensão de observar a América Latina desde a perspectiva do "sistema mundial" de óbvia inspiração nos trabalhos de Immanuel Wallerstein, ainda que ele próprio não esteja de acordo com essa afirmação, pois filia seus trabalhos na tradição Karl Polanyi, Fernand Braudel, Giovanni Arrighi, Charles Tilly e, no Brasil, na linha de Maria da Conceição Tavares.

Contudo, a principal limitação da análise de Fiori consiste em sua premissa de que "os dependentistas nunca estudaram nem se interessaram pela geopolítica internacional, e por isso nunca compreenderam a existência nem o funcionamento do 'núcleo central' do sistema, composto por um número limitado de Estados que competem entre si e condicionam a dinâmica global a partir de sua própria competição". É um grave erro de Fiori. Nos estudos sobre a dependência de inspiração cepalina, a totalidade "sistêmica" aparece sob a forma de centro-periferia e cada um dos problemas indicados por Prebisch derivam precisamente deste ponto de partida, ou seja, o sistema capitalista considerado como *sistema mundial*. Não é necessário recordar a título de ilustração que uma tese central na perspectiva analítica do estruturalismo cepalino indicava precisamente a lenta e parcial difusão dos frutos do progresso técnico que, emanados nos países centrais, terminariam por limitar as alternativas de desenvolvimento para os países da imensa periferia sistêmica. Há que ser justos com os adversários, como recomendou Gramsci. As ilusões burguesas que a Cepal difundiu com seu desmedido otimismo, e também como expressão da consciência burguesa possível na periferia do sistema capitalista, não pode desconsiderar que seus principais funcionários tinham clareza da existência de um sistema mundial ou dessa novidade acadêmica chamada "economia política internacional". Ainda um liberal – no melhor sentido desta expressão – ao estilo de Celso Furtado, sabia que a sorte da América Latina dependeria da "evolução estrutural do sistema capitalista", como se pode ler em *O mito do desenvolvimento econômico* publicado em junho de 1974. Mais adiante, quando publicou *Prefácio a uma nova economia política*, as ilusões burguesas de Celso Furtado apareceram de forma ainda mais evidente, mesmo que ele estivesse genuinamente interessado em captar com mais precisão a relação entre acumulação e progresso técnico,

pois esta seria um ponto central da teoria do desenvolvimento, da qual jamais se afastou. Nesse livro – publicado em julho de 1976 e certamente destinado a superar o pessimismo evidente que informa *O mito*, o otimismo ingênuo de Furtado pode ser visto na "agenda para o futuro", que ele ali apresenta e que precisamente possui como ponto de partida as grandes transformações ocorridas no sistema capitalista em escala global e na empresa multinacional de maneira particular. Portanto, ele – e todo o batalhão cepalino – não ignorava a "dinâmica" do desenvolvimento global do sistema capitalista, ainda que estivessem interessados em captar a especificidade do subdesenvolvimento nesse quadro. É claro que mesmo considerando este postulado decisivo – a totalidade capitalista – a geração do economista mais importante do país assinalava que "pensar o Brasil foi o desafio que sempre guiou minha reflexão", reconhecimento que é válido para Raul Prebish, Jorge Ahumada, Victor Urquidi, Anibal Pinto etc. A esse respeito, ainda assinalando suas limitações, era mérito de Furtado defender um "projeto de nação", ainda que de impossível realização nos termos indicados por ele, pois nós sabemos que esta jamais se complementaria nos marcos da sociedade burguesa ou do capitalismo dependente.

Agora, se entre os "dependentistas" Fiori pretende incluir também os marxistas, ou seja, aqueles que defenderam e lançaram um programa de pesquisa identificado como "teoria marxista da dependência", então a crítica não seria somente injusta porque completamente descabida, mas também rigorosamente falsa, pois todos os intelectuais marxistas *partiam* da teoria do imperialismo, que precisamente elucida o papel dominante dos países centrais no funcionamento do sistema capitalista em escala mundial. Ruy Mauro Marini, por exemplo, inicia sua reflexão sobre "subdesenvolvimento e revolução" publicado no distante ano de 1974 assinalando precisamente que "a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial".

Neste contexto, não há, em consequência, novidade alguma na tematização proposta por Fiori, ainda que possam existir fenômenos novos dignos de atenção para compreender o mundo em que vivemos. A

diferença decisiva entre os cepalinos, os marxistas e a "nova economia política internacional" defendida por Fiori consiste no fato de que os primeiros pretendiam não somente interpretar o mundo de forma diferente, mas, sobretudo, transformá-lo. Não se trata de uma diferença qualquer, razão pela qual não devemos banalizá-la. Esta premissa não resta, obviamente, importância à interpretação de Fiori e tampouco lhe torna ingênua. O academicismo que domina o ambiente universitário e lima a vitalidade da universidade brasileira também pretende aproximação com o poder político e ambiciona, a sua maneira, influenciá-lo. No que diz respeito à possível vitalidade do enfoque defendido por Fiori, estou em completo desacordo com a ideia de que a tradição estruturalista acumulada deveria ser enriquecida "pelas novas abordagens históricas que trabalham, desde a década de 70, com os conceitos de economia do mundo capitalista (Braudel) e sistema mundial moderno (Wallerstein)". Os estruturalistas não ignoravam essa historiografia e podemos afirmar que Furtado é em grande medida um braudeliano precoce entre nós. Também Theotonio Dos Santos pretendeu – sem êxito algum – conciliar a análise do sistema-mundo (Wallerstein) com a teoria da dependência, como se a primeira fosse a herdeira da segunda. Esta impossibilidade não decorre "apenas" do fato de que a interpretação marxista da teoria da dependência possui uma legalidade a partir do método de Marx – perspectiva que não está contemplada na "teoria do sistema-mundo" –, mas também pelo fato de que a "análise do sistema-mundo" de Wallerstein, para dar apenas um exemplo, tem um caráter contemplativo diante da luta de classes. Com efeito, para Wallerstein não existe a possibilidade das revoluções nacionais, pois todas elas, quando realizadas, estariam prisioneiras de um sistema interestatal que terminará, inexoravelmente, por esterilizar seu potencial revolucionário confinando a luta de classes no Estado-nacional.

Impossível não observar a valorização dessa perspectiva analítica nos marcos da luta de classes na América Latina. Neste contexto, é importante indicar que esse enfoque ou análise ganhou certa visibilidade entre nós, especialmente no Brasil, num momento de baixa do movi-

mento de massas. Contudo, quando mais exercia certa influência em nosso país em círculos reduzidos, ressurgiu na América Latina a presença das massas na política, impulsionadas pelo nacionalismo revolucionário (Venezuela, Equador e Bolívia, especialmente), que ainda possui alguma vitalidade política. Assim, as exigências sociais sobre a teoria limitaram da mesma forma que expuseram o caráter passivo dessa linha de interpretação sobre a evolução do "sistema mundial". Em oposição, essas forças que emergiram também atualizaram exigências teóricas e políticas sobre a teoria marxista da dependência com tal profundidade que a antiga tematização voltou com renovada força, especialmente para todos aqueles que buscam uma alternativa para as classes subalternas nos marcos do capitalismo dependente. Enfim, a teoria marxista da dependência voltou a se apresentar como força material e a última palavra sobre essa perspectiva teórica esta longe de ser oferecida. Este contexto pode ser tudo, menos aquele em que o continente aparece c mo um espaço sem teoria.

É correto afirmar – como indica Fiori – que em épocas passadas existiam aqueles que defendiam – reciclando ideias cepalinas tingidas de marxismo do Partidão (PCB) – que os "obstáculos externos" ao desenvolvimento representavam uma estratégia imperialista. Postulavam, portanto, que a "nação" deveria se opor ao "imperialismo", o que, obviamente, implicava em uma aliança de classe no interior do país dependente entre o proletariado e a burguesia considerada "nacional". Mas precisamente contra estes André Gunder Frank dirigiu suas baterias, destruindo a uma só vez o "mito do feudalismo na agricultura brasileira" e os "obstáculos externos" ao desenvolvimento. Foi uma crítica devastadora e ainda insuperável ao dualismo estruturalista da Cepal e aliados. A fórmula "desenvolvimento do subdesenvolvimento" capta com precisão essa dinâmica. Ao contrário daqueles que afirmavam os "obstáculos" e/ou o "estagnacionismo" – presentes nos escritos de Furtado em 1965, por exemplo – Gunder Frank e Ruy Mauro Marini afirmavam que o desenvolvimento capitalista efetivamente ocorreria, mas sob a forma do subdesenvolvimento.

Na breve história narrada por Fiori, existiria uma vertente da teoria da dependência – de filiação a um só tempo marxista e cepalina (!?) – que teve vida mais longa e logrou resultados melhores, num surpreendente e discreto elogio – tanto tardio quanto surrado – a FHC. Contudo, a tipologia construída por este e Enzo Faletto no *Dependência e desenvolvimento na América Latina* é obviamente de inspiração weberiana e o reconhecimento do conflito de classes no interior da nação que despertou tanta simpatia nos intelectuais progressistas não é, como sabemos, exclusividade de marxistas, porque também existem liberais que valoram a luta de classes sem vacilação, ainda que não tirem as mesmas conclusões que aqueles marxistas.

O "apagão mental" mencionado por Fiori foi produto de uma derrota política que, no Brasil, se consolidou com o golpe militar de 1964. No interior da luta pela democratização, os liberais progressistas fizeram sua parte, caluniando e falsificando a história do pensamento crítico, especialmente da versão marxista da dependência, sem recorrer aos textos de Frank e Marini, muitos ainda sem tradução ao português. O Cebrap foi um instrumento valioso nessa operação ideológica, mas "respeitáveis figuras" do mundo acadêmico paulista – especialmente nas escolas de economia e sociologia da USP e Unicamp – aproveitaram a correlação de forças permitida pela ditadura para extirpar a principal contribuição marxista sobre o capitalismo latino-americano da vida intelectual e universitária brasileira. Frank e Marini não foram apenas proscritos: foram também falsificados! Outro tanto ocorreu também com Theotonio Dos Santos, autor do imperdível *Socialismo ou fascismo: o dilema latino-americano*, lamentavelmente ainda não traduzido ao português.

Parte daquele "apagão mental" é produto da outrora útil distinção partidária entre tucanos e petistas, que sempre ocultou algo importante, cada dia mais difícil de disfarçar: no terreno teórico, tanto uns quanto outros se alinhavam na manufaturação do consenso em favor da versão palatável dos estudos acerca da dependência, representada por Cardoso e Faletto. Não é apenas uma coincidência que a tese doutoral de Guido Mantega, finalmente vertida no livro que adultera

completamente as teses de Frank e Marini, se beneficiou do "agudo senso crítico" de Fernando Henrique Cardoso.

Finalmente a questão central. Vivemos num continente sem teoria? É pouco provável. O programa de pesquisa lançado por Frank e Marini não foi superado teoricamente, ainda que sofresse uma derrota política a partir de 1964 pela força do terror de Estado. Mas as condições mudaram radicalmente no cenário latino-americano e aquela vertente crítica da dependência, de extração marxista, está sendo resgatada com muita força em toda a América Latina, impulsionada pelos governos do nacionalismo revolucionário existentes na Venezuela, Equador e Bolívia. Mas também no Brasil o interesse pela teoria marxista da dependência voltou e não é mais possível reforçar o coro dominante que anestesiou algumas gerações de estudantes e militantes socialistas.

Enfim, se efetivamente queremos construir um projeto nacional-popular para o Brasil – que eu defendo socialista –, a tarefa intelectual decisiva é a superação do "apagão mental" que tantas limitações impôs ao ambiente universitário e político brasileiro. Neste contexto, podemos ou não compartilhar o ceticismo em relação às insuficiências teóricas nos programas destinados a superar a dependência e o subdesenvolvimento, mas não temos o direito de esquecer e menos ainda alterar os termos do debate de décadas passadas. Daí o caráter surpreendente do artigo de Fiori, pois ele reforça velhos preconceitos e não capta a nova correlação de forças que já está criando uma nova América Latina sob o lema do "socialismo do século XXI". Afinal, diante do "desenvolvimento do subdesenvolvimento", não era o socialismo a única alternativa indicada por Frank e Marini?

O populismo radical

O general James T. Hill, chefe do Comando Sul dos Estados Unidos, afirmou em 2004 que uma nova ameaça aos interesses estadunidenses surgira na América Latina: o populismo radical. Segundo o graduado militar, o problema para os interesses estadunidenses já não seria o velho populismo, mas o que definiu como *populismo radical*, um fenômeno que segundo ele opera quando a conhecida tradição da política latino-americana encontra um líder com capacidade de radicalização. Para aqueles que por conveniência ou ignorância insistem que o populismo representa uma indesejável deformação congênita da política latino-americana, o general esclarece que a emergência do populismo radical deve-se ao fato de que as reformas aplicadas na região a partir de 1982 foram incapazes de assegurar condições de vida para as maiorias, frustrou a expectativa de milhões de pessoas nos "mercados" e, de quebra, comprometeu a necessidade de uma nova geração de reformas destinadas à correção das deficiências geradas pela primeira.

"O populismo – diz o general – não é uma ameaça. Não obstante, a ameaça emerge quando um líder se radicaliza..." O general Hill agrega ainda que "alguns líderes da região estão se aproveitando das profundas frustrações derivadas do fracasso das reformas democráticas em fazer chegar os bens e serviços prometidos. Utilizando essas frustrações, que se combinam com as frustrações causadas pela desigualdade econômica e social, esses líderes são ao mesmo tempo capazes de reforçar suas posições radicais inflamando o sentimento antiestadunidense" [176].

176 Testimony of General James T. Hill. United States Army Commander/United States Southern Command. House Armed Services Committee. United States House of Representatives. March 24, 2004.

Na sociologia latino-americana o tema do populismo é controverso e muito pouco preciso conceitualmente; no Brasil, por exemplo, não existe um único estudo digno de nota que ofereça alguma certeza sobre o fenômeno. Ao contrário, a sociologia e a ciência política se especializaram em "teorizar" sobre os males inerentes ao que confusamente denominam "populismo" sem resultados importantes, exceto se considerarmos que com tal "contribuição" conseguiram exorcizar a tematização da questão nacional. Recentemente, Ernesto Laclau publicou um livro que certamente ajudará na reflexão, retomando uma linha de pesquisa com a qual já trabalhara no passado. Ofereceu novas luzes ao indicar o essencial do populismo: a existência de uma razão popular[177].

Contudo, se entre as tendências de esquerda ainda prevalece muita confusão e não menor dose de desconfiança, no espectro da direita, especialmente entre os economistas, o populismo tem um significado muito preciso: como afirmam Rudi Dorbusch e Sebastián Edwards, o populismo "é um enfoque na análise econômica que insiste no crescimento e na distribuição de renda, e minimiza os riscos da inflação e do financiamento deficitário, as restrições externas e as reações dos agentes econômicos diante das políticas 'agressivas' que operam fora do mercado".[178]

Trata-se, obviamente, de um diagnóstico que subalterniza o crescimento econômico e exorciza a distribuição de renda. Tal opção parece impecável, racional, não fosse pelo fato de que se aplica em um continente no qual, segundo a Cepal, o percentual de pobres e indigentes alcançou em 2013 nada menos do que 163 milhões de pessoas. A cifra é metodologicamente conservadora, porque elimina do cálculo todos aqueles que possuem renda superior a um 1,3 dólar diário.

177 LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: FCE, 2005. Não obstante a notável contribuição do argentino, o equatoriano Agustín Cueva fez importantes críticas a seus trabalhos anteriores que não podem ser esquecidos. Veja-se, a respeito, CUEVA, Agustín. *Las democracias restringidas de América Latina. Elementos para uma reflexión crítica*. Quito: Planeta/Letraviva, 1988.

178 RUDIGER, Dornbusch e EDWARDS, Sebastián. "La macroeconomia del populismo en América Latina", em *Economía y populismo. Ilusión y realidad en América Latina*. Quito: Noel Ramírez (Editor), INCAE, 1991, p. 39.

Não obstante o cerco midiático a que tem sido submetido, é necessário reconhecer que a "tentação populista" veio para ficar. Contudo, não creio que na América Latina o socialismo será a fase superior do populismo, como indica uma parcela do espectro político de direita. A atual rebelião dos povos, representada pela emergência de líderes mais ou menos carismáticos e turbinada por programas populares mais ou menos coerentes tenderá à radicalização, porque o panorama econômico, político, cultural e social é mesmo devastador após a aplicação sistemática do projeto modernizador impulsionado na região desde que Ronald Reagan assumiu a Presidência dos Estados Unidos em janeiro de 1981.

Fruto daquela estratégia – e dos males típicos do subdesenvolvimento e da dependência que nunca foram enfrentados – novas tendências surgiram no desenvolvimento capitalista na América Latina. Entre elas destaco três: a) o reforço da economia exportadora; b) a forte imigração da força de trabalho ocorrida nas décadas de oitenta e noventa; c) o conflito na integração latino-americana diante da dinâmica anexionista dos Estados Unidos representada pela ALCA e os tratados de livre-comércio.

A *economia exportadora* é uma obsessão dos governantes latino-americanos, porque é parte constitutiva da economia política da América Latina. O presidente Fernando Henrique Cardoso expressou como ninguém esse objetivo ao exclamar diante de uma caixa de melões em um porto alemão o famoso brado da elite regional: "exportar ou morrer"! Isso implica que para as empresas – nacionais ou estrangeiras – parte considerável – e crescente – de seus lucros tem origem no mercado externo. Antes do Plano Real, a parte dos lucros oriundos das vendas externas não passava de 10%, mas agora já superam os 20% em muitas empresas. Como afirmou o insuspeito ex-presidente da FIESP Horácio Piva a propósito do segundo mandato do presidente Lula, "o mercado interno é débil, incapaz de construir uma classe média que constitui a base de consumo e sustentação de qualquer país desenvolvido. Os pla-

nos de investimentos são aqueles em áreas específicas ou com olhar para fora"[179]. Contudo, a "vocação exportadora" do capitalismo dependente não transforma as empresas exportadoras em empresas multinacionais e mesmo aquelas que conseguem construir plantas produtivas em outros países o fazem de maneira muito modesta. Jamais conseguirão se transformar em empresas com capacidade de liderar um setor tecnológico ou comercial significativo. A expansão tão somente completa as carências inerentes ao mercado interno, reduzido pela superexploração da força de trabalho, antes de impulsionar uma ação destinada a ganhar a liderança no mercado mundial.

A ênfase na exportação permite às elites enfrentar os desequilíbrios crônicos e estruturais do balanço de pagamentos, especialmente reforçados depois da onda privatizadora que permitiu ao capital internacional repatriar lucros e dividendos de maneira crescente nos últimos anos. Mas as taxas de crescimento do produto são, neste contexto, sempre muito modestas e, em consequência, o desemprego estrutural muito elevado. Na verdade, a elite *optou* por deixar uma parte da população brasileira fora do exército industrial de reserva: mantida as atuais condições, parte considerável dela é inaproveitável.

A segunda tendência, consequência necessária da modalidade de ajuste dominante e das altas taxas de desemprego que caracterizam a política econômica, é a forte imigração que se verifica na América Latina a partir de 1982, ano que inaugura a crise da dívida externa na América Latina, com a moratória mexicana. A elite latino-americana observa cinicamente o processo, pois enquanto a imigração se multiplica, as remessas de dólares aumentam em tal velocidade que somente em 2005 alcançaram 35 bilhões de dólares (em 2006 a cifra chegou a 45 bilhões de dólares), montante superior ao investimento estrangeiro direto, a pérola da política econômica das últimas décadas. Sem essas remessas, as dificuldades para fechar o balanço de pagamentos seriam ainda maiores para os países da região; o Brasil já foi o segundo maior

179 Cf. *Folha de S.Paulo*, 25/07/2006.

beneficiário, perdendo apenas para o México. Mas esses recursos não são apenas importantes para fechar o balanço de pagamentos, eles são, também, decisivos para diminuir o impacto da crise social. Para o insuspeito BID, as remessas constituem atualmente o único programa social consistente e duradouro, posto que milhões de famílias sobrevivem aqui do recurso conquistado duramente pelos imigrantes em condições de trabalho humilhantes e dificuldades crescentes, especialmente nos Estados Unidos. O escritor mexicano Carlos Montemayor chamou essa gente de "novos escravos da economia mundial", caracterização que parece apelativa, mas expressa de maneira clara o mundo do trabalho da diáspora terceiro-mundista em curso. Até 2000 foi precisamente na América Latina onde a imigração cresceu com maior velocidade, superando facilmente a África e a Ásia.

É claro que a crise mundial inaugurada em setembro de 2007 alterou significativamente a situação. O nível de desemprego de 10% nos Estados Unidos e o colapso da economia europeia expulsaram força de trabalho latino-americana e as remessas reduziram-se drasticamente. A suposta emergência da "nova classe média" em países como o Brasil é incapaz de sustentar taxas de acumulação consistentes no médio prazo baseadas no mercado interno. No entanto, esta será sempre uma pulsão permanente.

A terceira tendência do desenvolvimento capitalista na América Latina evidencia o choque entre aquelas forças que optaram pelo aprofundamento da dependência – assumindo os consequentes tratados de "livre-comércio" e a dolarização das economias nacionais – e sua alternativa mais visível: a integração latino-americana. Após o fracasso do Mercosul original, esta opção começa a ser levada a sério por forças que até então a caricaturavam, como bem o demonstram as antigas críticas à ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas), apresentada há poucos anos pelo ex-presidente venezuelano Hugo Chávez Frias. Curioso processo, pois enquanto a elite no poder observa com indisfarçável inveja colonial a constituição comunitária na Europa, é incapaz de reconhecer valor na integração latino-americana.

No Brasil, a falta de consciência sobre a importância da integração latino-americana fez com que os demais países da região figurassem exclusivamente como *sócios comerciais* e nunca como *aliados estratégicos* em uma genuína integração regional que aumentaria o poder da América Latina diante do império do norte. A fórmula necessária para esta situação – *ceder soberania para ganhar poder* –, essencialmente válida para países na mesma condição, implicaria no Brasil em ruptura definitiva com a tradição neocolonial ainda dominante no Itamaraty. Mas a chancelaria brasileira parece não estar disposta a renunciar para sempre ao modelo de "liderança regional" que Washington tradicionalmente nos reserva e inclusive reforça em momentos que sua política externa não encontra aliados na região. De resto, o modelo da "liderança regional" tornou-se obsoleto, porque nas novas condições políticas da região a proposta é reconhecida por nossos vizinhos e potenciais aliados como *expansão subimperialista*. Neste contexto, o *subimperialismo* é inútil como estratégia para o cenário mundial e um poderoso obstáculo à integração latino-americana, que deveria figurar como objetivo estratégico da diplomacia brasileira.

Estas três tendências combinadas com os graves problemas típicos do subdesenvolvimento seguirão jogando água no moinho daquilo que o general Hill denomina *populismo radical*. Por isso, creio que os Estados Unidos pouco podem fazer neste momento em função de seus graves problemas internos, da crise de sua política exterior, que já não encontra defensores nem mesmo entre os ultraconservadores (veja-se, por exemplo, o significativo desembarque de Francis Fukuyama das teses que embalaram Bush nos dois mandatos), e das dificuldades de encontrar meios para as saídas tradicionais. Para aqueles que duvidam da severa crise de hegemonia que vivem os Estados Unidos, basta observar o fracasso do golpe tentado contra o Presidente Hugo Chávez Frias em abril de 2004 na Venezuela, e em Honduras em 2007, além do desastre produzido no Haiti após a "intervenção humanitária" da ONU comandada pelo Brasil.

O general Hill tampouco perdeu a oportunidade para falsificar a história. É óbvio que não é verdade quando diz que o velho populismo não era um problema para a dominação imperialista dos Estados Unidos. A história registra que quando o velho populismo surgiu nas décadas passadas os interesses estadunidenses conspiraram para derrubar governos eleitos constitucionalmente e atuaram para implantar ditaduras destinadas a transnacionalizar economias, superexplorar trabalhadores, endividar o estado, controlar recursos estratégicos etc. Portanto, são conhecidos os meios com os quais a Casa Branca enfrentou o populismo e, em consequência, sabemos também que a tradicional estratégia ainda consta no manual dos militares e da classe dirigente do norte, mas encontra dificuldades crescentes para lograr êxito neste novo cenário.

A redefinição da política externa estadunidense para a América Latina – bem distante da miríade sobre o "abandono" a que supostamente a região estaria sofrendo por parte da potência na última década – e, por outro lado, o fracasso do projeto modernizador, incapaz de realizar as promessas que no passado mobilizaram milhões em sua defesa, deixa a elite sem alternativas para o período próximo. Este cenário permite e até mesmo exige ousadia política. Mais complexo ainda: a modernização capitalista dirigida de fora para dentro e de cima para baixo destruiu os sistemas políticos tradicionais (no México, Paraguai, Uruguai, Equador, Venezuela, Argentina, Peru, entre outros), razão pela qual a antiga forma de dominação já não possui a eficácia de outros tempos. Foi na esteira do colapso do sistema político regional, aliado à resistência dos movimentos sociais, de partidos de esquerda e das forças nacionalistas, que emergiu a *democracia participativa* que atualmente mobiliza milhões ao trazer para a decisão das maiorias questões centrais da economia e da organização estatal. Este novo horizonte da política latino-americana supera as limitações da *democracia representativa* de corte neoliberal que, por sua vez, é incapaz em muitos países de responder as necessidades elementares de milhões de latino-americanos.

A América Latina vive um processo de radicalização política cuja tendência é crescer ainda mais. Não devemos temê-lo, pois suas energias estarão dirigidas contra a velha estratégia da conciliação por cima, que fortalece um arremedo de república incapaz de assegurar vida digna para as maiorias. E também porque precisamente a raiz dessa radicalização, a democracia na América Latina terá alguma oportunidade de renovar-se. Caso contrário, não será mais que um sistema de dominação que interessa somente aos poderosos ou perecerá nas mãos dos golpistas de sempre, sem que ninguém derrame uma única lágrima em seu favor.